



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 145

IV Sessão Legislativa

Horta, sexta-feira, 11 de setembro de 2020

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputado Manuel Pereira e Deputada Elisa Sousa (substituída no decorrer da sessão pelo Deputado Marco Costa)*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, a sessão iniciou-se com a continuação do debate do [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 52/XI – “Altera o Decreto Legislativo Regional n.º 19/2006/A, de 2 de junho”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Assim, usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Paulo Mendes (*BE*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), João Vasco Costa (*PS*), Joaquim Machado (*PSD*), Artur Lima (*CDS-PP*), Graça Silveira (*Independente*), Paulo Estêvão (*PPM*), bem como o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

Submetido a votação, o diploma foi rejeitado.

Prosseguiu-se com a [Apresentação do Relatório Final da Comissão Eventual para a Reforma da Autonomia \(CEVERA\)](#).

A apresentação do relatório coube ao Sr. Deputado João Vasco Costa (*PS*), tendo-se seguido as intervenções dos Srs. Deputados João Bruto da Costa (*PSD*), António Lima (*BE*), Artur Lima (*CDS-PP*), João Corvelo (*PCP*), Francisco Coelho (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

De seguida, a Sra. Deputada Mónica Rocha procedeu à [Apresentação do Relatório do Grupo de Trabalho para a Avaliação e Acompanhamento do Processo de Reabilitação de Infraestruturas Danificadas pela Passagem do Furacão Lorenzo pelos Açores](#).

Feita a apresentação, intervieram os Srs. Deputados Bruno Belo (*PSD*), Alonso Miguel (*CDS-PP*), António Lima (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), André Rodrigues (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

Dando continuidade à agenda da reunião, passou-se à [Eleição dos Representantes da Região Autónoma dos Açores no Conselho Económico e Social](#).

Seguiu-se o [Relatório sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado João Paulo Corvelo possa prestar depoimento na qualidade de testemunha](#).

Submetido a votação, o relatório foi aprovado por maioria.

Prosseguiu-se com o [Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 250/XI – “Recomenda ao Governo dos Açores a Criação da Entidade Reguladora do Preço do Leite à Produção nos Açores”](#).

Feita a justificação pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), intervieram no debate os/as Srs./as Deputados/as António Lima (*BE*), António Almeida

(PSD), João Corvelo (PCP), Graça Silveira (Independente), Artur Lima (CDS-PP) e António Parreira (PS).

Submetido a votação, o pedido de urgência foi rejeitado. O diploma baixou à Comissão para parecer.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Paulo Estêvão (PPM) e António Parreira (PS).

Por fim, foi aprovada por unanimidade a Proposta de Deliberação da Mesa que declara findo o período legislativo de setembro (último Plenário da legislatura).

Os trabalhos terminaram às 15 horas e 15 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Eu vou pedir à Sra. Secretária da Mesa o favor de fazer a chamada.

Eram 10 horas e 10 minutos.

Secretária: Muito bom dia a todos.

Vou proceder à chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Maria da Graça Oliveira Silva

Iasalde Fraga Nunes

João Vasco Pereira da Costa

José Manuel Gregório Ávila

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Manuel Alberto da Silva Pereira

Manuel José da Silva Ramos

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira

Maria Eduarda Silva Moniz Pimenta

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto

Mário José Diniz Tomé

Marta Cristina Moniz do Couto

Marta Ávila Matos

Mónica Gomes Oliveira Rocha

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt Ramalho

Sónia Cristina Franco Nicolau

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Partido Social Democrata (PSD)

António Manuel Silva Almeida

António Oldemiro das Neves Pedroso

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**

Catarina Goulart **Chamacame Furtado**

César Leandro Costa **Toste**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Elisa Lima de **Sousa**

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Marco José Freitas da **Costa**

Maria João Soares **Carreiro**

Mónica Reis Simões **Seidi**

Partido Popular (CDS-PP)

Artur Manuel Leal **Lima**

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Paulo José Maio de Sousa **Mendes**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão **Corvelo**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Estão presentes 51 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Vamos continuar os nossos trabalhos no ponto onde interrompemos ontem à noite. Estávamos no ponto 12 da agenda: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 52/XI – “Altera o Decreto Legislativo Regional n.º 19/2006/A, de 2 de junho”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Tínhamos como inscrições o Sr. Deputado Joaquim Machado e o Sr. Deputado Paulo Mendes. Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Sra. Presidente, efetivamente, ontem, tinha pedido a palavra e creio que até de forma mais rápida do que o Sr. Deputado João Paulo Corvelo, mas assim não foi percebido pela Mesa. Mas daí também não veio nenhum mal ao mundo. E a intenção da minha inscrição era exatamente para fazer uma interpelação à Mesa, que, não tendo sido possível ontem, faço de imediato.

O Partido Socialista, através do Sr. Deputado João Vasco Costa, invoca, para rejeitar esta iniciativa legislativa do Bloco de Esquerda, a impossibilidade de a Região legislar sobre esta matéria.

A interpelação que faço à Sra. Presidente é saber que considerações fez V. Exa. para admissibilidade deste diploma. Porque se ele vem ferido de inconstitucionalidade, que invoca o Partido Socialista, por que razão a Mesa o admitiu? Ou, pelo contrário, se a Mesa o admitiu, creio que na justa medida dele não conter as razões que são invocadas pelo Partido Socialista.

E, portanto, sintetizando, acho que a continuação da discussão deste diploma passa exatamente por esse esclarecimento de V. Exa.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Presidente da Assembleia admite as iniciativas com base nos pareceres jurídicos da Assembleia. Como sabem, a admissibilidade tem que acontecer em 5 dias. E, como é óbvio, em 5 dias, a única coisa que podemos aferir, ao abrigo do artigo 116.º do nosso Regimento, são, efetivamente, aquelas inconstitucionalidades flagrantes ou, eventualmente, questões relacionadas com o Estatuto que sejam nesses 5 dias facilmente perceptíveis.

É competência também das Comissões fazer a avaliação legislativa da iniciativa, o seu contexto histórico e, eventualmente, o seu impacto orçamental. E, portanto, da parte da Comissão, a Mesa e a Presidente da Assembleia não receberam qualquer questão sobre a admissibilidade desta matéria e, portanto, nem foi requerido nenhum parecer aos serviços que pudesse dar a indicação de que a admissibilidade poderia estar ferida de uma avaliação menos correta.

Como também só durante este Plenário é que fui confrontada com esta situação, também não tive oportunidade, junto dos serviços, de aferir se a avaliação, porventura, não foi a mais correta. Mas não é a primeira vez que as Comissões contestam os pareceres de admissibilidade.

O que temos que ter em causa é que a admissibilidade, sendo feita em 5 dias, também não pode ela própria ser um documento doutrinário que permita aferir toda a inconstitucionalidade ou, eventualmente, outras que não sejam inconstitucionais mas que nos pudessem impedir de legislar.

Neste sentido, a iniciativa foi admitida, foi avaliada pela Comissão, está em debate e terá que ser votada, naturalmente.

Sr. Deputado Paulo Mendes, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Bem, mais uma vez, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tal e qual como em 2012 e 2013, prefere refugiar-se na forma e não debater a substância.

Sr. Deputado João Vasco Costa, eu reconheço no Sr. Deputado não só competência, mas, mais do que isso, até algum gosto pelo debate parlamentar. E eu esperava que não se prendesse única e exclusivamente com a forma, porque é um argumento fácil, à laia de facto. E já vimos, aliás, pela explicação da Sra. Presidente e até pelas suas palavras que não se trata propriamente de um facto absoluto a impossibilidade de fazermos alterações através de uma adaptação à Região do Código do Trabalho. Aliás, penso que foi o Sr. Deputado que na sua intervenção até disse: parece-nos que será muito difícil ou será de duvidosa aplicabilidade uma adaptação à Região do Código do Trabalho no sentido em que é proposto aqui pelo nosso Grupo Parlamentar.

Bem, eu esperava que dissesse algo mais, mas não disse e continua preso à forma e não à substância. Lanço daqui o desafio: independentemente da forma, indo à substância, gostaria de saber... eu penso que qualquer Sr. e Sra. Deputada aqui nesta Casa e nesta Câmara gostaria de conhecer aquela que é a opinião do Grupo Parlamentar do Partido Socialista quanto à substância desta proposta.

Mas eu vou à forma também. Também vamos à forma. Bem, é certo que, tanto o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, como os Srs. e Sras. Deputadas do Partido Socialista, sempre disseram que era impossível fazer qualquer adaptação à Região, substancial, ao Código do Trabalho. Ora, mas lendo atentamente aquele que é o programa do Governo para esta legislatura (aliás, logo no início desta legislatura, eu tive a curiosidade de ver o que é que nos reservava este programa do Governo quanto a matéria laboral), mais precisamente na página 195, temos uma medida que creio que não se trata

de uma mera alteração formal, senão não fazia parte de um programa do Governo. Eu penso que um programa do Governo deve ser também e sobretudo ideológico. E na página 195, como eu estava a explicar, e passo a citar, está lá uma medida do Governo Regional para esta legislatura: “Adaptar o Código do Trabalho nacional às especificidades regionais açorianas.” Portanto, se até o próprio Governo tem inscrito no seu programa que é possível e, mais do que possível, essas adaptações têm que ter em conta as especificidades regionais açorianas... E creio que estas especificidades regionais açorianas não têm a ver única e exclusivamente com a forma, ou seja, por exemplo, com a adaptação de nomenclatura. Não me parece que seja por aí porque acho que isso seria insignificante e não faria sentido fazer parte de um programa do Governo. Aliás, fiquei de tal forma curioso que fiquei sempre expectante ao longo desta legislatura para ver o que é que o Governo nos trazia a esta Casa, ou seja, que proposta é que traria a esta Casa para adaptar o Código do Trabalho à Região, tendo em conta estas especificidades regionais açorianas.

E a proposta que nós trazemos, aqui, hoje, a esta Casa, tem a ver com isso, tem a ver com uma Região que contém uma massa laboral e, mais do que isso, uma massa laboral que tem nos jovens e nos desempregados de longa duração a população mais afetada. E, portanto, faria todo o sentido uma singela alteração ao Código Laboral por via de uma adaptação à Região do Código do Trabalho.

Mas se dúvidas houvesse, essas dúvidas dissipam-se se atendermos àquela que é a exposição de motivos do Decreto Legislativo Regional que se pretende alterar, o n.º 19/2006, em que nos é dito, e passo a citar: “No que concerne às adaptações de carácter orgânico, afigurou-se como adequada a construção de um preceito consagrando, em termos genéricos, a regra da correspondência entre órgãos e serviços da administração central com os

órgãos e serviços legalmente competentes.” Pronto, meras adaptações de nomenclatura e orgânicas.

Mas no parágrafo seguinte nós temos o seguinte: “Relativamente às adaptações de natureza substancial (...)”. Portanto, já não é formal e meramente orgânico. Também é possível. Tanto é que se formos a ver esta adaptação, este DLR trata de matéria como por exemplo férias, como por exemplo feriados.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: E, portanto, não trata de meras adaptações de nomenclatura. Vão muito mais além do que isso.

Bem, o que há aqui, de facto, são razões políticas para não se ver com bons olhos e até mesmo com bastante desconforto esta alteração que trazemos, hoje, a esta Casa.

Os Srs. e Sras. Deputadas, não só do Partido Socialista, como de todos os Grupos e Representações Parlamentares, já devem ter tido a oportunidade de ver vários estudos publicados na nossa Região em matéria de trabalho, em matéria de juventude. E devo salientar aqui um desses estudos, que, aliás, foi publicado até em livro: “Juventude açoriana e mundo do trabalho”, coordenado pelo Professor Doutor Fernando Jorge Afonso Diogo (devem conhecer muito bem), docente da Universidade dos Açores. E num resumo desse estudo e numa das conclusões é referido, passo a citar: “Existe todo um contexto social, político e económico que condiciona fortemente as opções dos jovens, as suas oportunidades e percursos sociais possíveis. Em particular está em causa as dificuldades de acesso ao emprego, a sua precarização (...)”. Portanto, esta precariedade é, de facto, uma característica específica da Região e particularmente dos jovens que procuram emprego.

Deputado João Vasco Costa (PS): Não há precariedade nos Açores!

O Orador: Mas além da precariedade, há outra característica muito específica desta Região, que tem a ver com intermitência no trabalho. E o alargamento do período experimental, que até se confunde com aqueles que são os contratos de trabalho de muito curta duração... Confundem-se, porque, às tantas, já não será necessário estabelecer contratos de trabalho de muito curta duração quando nós temos períodos experimentais tão alargados, como 6 meses. E isso será pernicioso, deveras pernicioso para os nossos jovens. E passo novamente ao estudo. E nesse estudo e no que diz respeito à tal intermitência, que é o tal entrave no trabalho, sair do trabalho e entrar ao serviço de outra empresa durante muito pouco tempo, sair e entrar novamente noutra empresa e andar assim a saltitar de trabalho em trabalho, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Isso está confuso!

O Orador: ... é uma característica muito específica da empregabilidade em termos juvenis na Região.

A reincidência de desemprego nesse universo estudado, ou seja, os jovens, é muito elevada, o que confirma que, também, para o contexto açoriano, um dos traços mais marcantes da relação da juventude com o emprego consiste na intermitência ou na circulação entre diversas situações: emprego, desemprego, inatividade.

E, nesse sentido, a proposta que aqui trazemos poderia ser e é de certeza um contributo valioso para evitar estas situações ou para pelo menos não piorar, porque já com o Código do Trabalho tal e qual como ele se encontrava antes desta alteração operada na Assembleia da República, por mão do Partido Socialista (convém também lembrar), portanto, até mesmo antes desta alteração, essa intermitência verificava-se na Região. Agora, com esta alteração, esta intermitência agravar-se-á de certeza.

Ora, estes são, aliás, factos à laia de estudos científicos que nos comprovam que, de facto, esta intermitência é um fator de não estabilização no mercado de trabalho por parte dos jovens açorianos.

E sim, é verdade, Sra. Deputada Graça Silveira. Aliás, eu fiz alusão a isso mesmo, houve uma alteração ao Código do Trabalho, operada em 2019, por autoria do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, na Assembleia da República, que aumentou este período experimental, que, já agora, recebeu também o voto favorável do PSD e a abstenção do CDS... Até o CDS teve algum pudor nesta alteração.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Veja lá o que vai dizer!

Deputada Graça Silveira (Independente): Até o CDS, que não tem pudor nenhum! Parece que é o que o senhor está a dizer...

O Orador: Mas o que devia preocupar a Sra. Deputada Graça Silveira, o que devia preocupá-la é que, enquanto se decide se esta alteração é constitucional ou inconstitucional, na realidade, os jovens açorianos continuarão submetidos a esta alteração legislativa.

E, portanto, perante este cenário (nós não sabemos quando é que o Tribunal Constitucional irá decidir, ou não, sobre a eventual inconstitucionalidade desta alteração), os jovens açorianos continuarão vulneráveis aos efeitos desta alteração legislativa. E, portanto, se a única solução é esperar para ver, nós preferimos não esperar para ver e atuar de imediato.

Quanto às observações feitas pelo Sr. Deputado do CDS-PP, Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tem nome!

O Orador: ... bem, um pouco à laia de provocação fácil, mas isso eu vou dispensar, vou fazer de conta que não existiu, até porque o Sr. Deputado do CDS-PP já nos acostumou, infelizmente, a querer às vezes ouvir aquilo que gostaria de, de facto, ouvir. Eu sei que nós muitas vezes caímos nessa

tentação. E eu tive o cuidado, daquela tribuna, de não generalizar e por isso é que eu utilizei bastantes vezes, tive esse cuidado de dizer: algumas empresas. Até tive o cuidado de dizer: quem sabe, até aquelas empresas com maior volume de faturação. Tive todo esse cuidado. Se o Sr. Deputado não ouviu bem, eu aconselhava-o, sinceramente, a consultar o Diário das Sessões.

Agora, mas indo à substância, dispensando a provocação fácil, Sr. Deputado, não é o Bloco de Esquerda que denunciou em primeira mão a gravidade da economia paralela na Região. Há um estudo da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo que nos diz que houve um aumento paulatino da economia paralela na Região e que, de acordo com os últimos dados divulgados por esse estudo, em 2012, o peso da economia paralela na economia da Região seria de 32%. E eu não estou aqui a entrar em qualquer tipo de insinuação nem mesmo de acusação.

O Sr. Deputado já foi empresário, creio eu, e também já foi e é trabalhador por conta de outrem. E sabe muito bem que um trabalhador por conta de outrem não tem qualquer possibilidade ou muito dificilmente consegue fugir aos impostos, enquanto uma empresa ou um empresário, bem, tem alguma margem de manobra. Não estou aqui a fazer qualquer tipo de insinuação, ...

Deputada Graça Silva (PS): Não está?!

O Orador: ... só estou a utilizar um exemplo que pode ser mais próximo da sua realidade. Eu também já fui empresário em nome individual e sei muito bem isso como é que é. Não estou a acusar ninguém.

Mais do que isso, eu concedo que o Sr. Deputado, a acusação que pode ter feito aqui de alguma forma, ou não, não sei, ou insinuação que possa ter feito, é que esta economia paralela se calhar tem a ver com os biscates que os trabalhadores por conta de outrem, muitas vezes, com alguma informalidade, senão bastante informalidade, sem contrato de trabalho, sem horário de

trabalho, portanto, acabam por fazer alguns biscates não declarados e, portanto, que isso é que seria, de grosso modo, o principal fator que explicaria a economia paralela na Região. Pois, mas é isso mesmo que também versa a nossa alteração, é que a regulação do mercado de trabalho contribui até mesmo nesse aspeto para uma diminuição da economia paralela. E passo a citar aquela que foi uma das conclusões deste mesmo estudo da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo, quando nos diz: “Noutras situações, quando se diminui a contratação coletiva, quando se diminui a intervenção dos sindicatos, quando se flexibiliza o mercado de trabalho, quando se desregula a relação laboral, está-se a criar condições para que mais atividades tenham condições para passarem para a economia não registada. Esta tendência é facilitada pelo aumento do desemprego e o alinhamento das condições de trabalho pelas situações mais gravosas para os trabalhadores.”

E, portanto, a alteração que nós trazemos a esta Casa é uma alteração que tem em vista uma maior regulação do mercado de trabalho e, mais do que isso, dentro dessa regulação, proteger quem é mais vulnerável no mercado de trabalho, que são os desempregados de longa duração e os jovens à procura do primeiro emprego. E, portanto, esse é o contributo que nós procuramos trazer a esta Casa.

Se o Sr. Deputado prefere reduzir todo este debate a uma mera caricatura, bem, está no seu direito, fará como quiser. Nós não caímos nessa tentação. Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra agora a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Antes de mais, e o Deputado Artur Lima certamente irá proceder à sua intervenção no âmbito daquilo que foi dito pelo Deputado Paulo Mendes, mas não posso deixar de dizer que o Sr. Deputado Paulo Mendes deu aí uma volta para justificar o injustificável, porque o Sr. Deputado é que disse e é que afirmou daquela tribuna que as empresas andavam aqui a fugir ao que eram as suas responsabilidades e a fugir ao fisco e por aí fora. E, portanto, não podemos aceitar, esta bancada não pode aceitar aquilo que foram as palavras do Sr. Deputado Paulo Mendes, que gastou 10 minutos da sua intervenção para atacar esta bancada.

E o que era o intuito da minha intervenção é que, efetivamente, na sequência até do que já foi dito ontem, é necessário enquadrar o que se está aqui a propor, atendendo ao nosso quadro atual e às nossas especificidades da nossa Região. E a verdade é que este Grupo Parlamentar entende que o combate à precariedade será e levará também à fixação de jovens e de pessoas às ilhas, porque a verdade é que estamos a falar de problemas muito concretos que existem na nossa Região. Por exemplo, no caso do concelho da Calheta, em 2010, a população residente era de cerca de 3800 pessoas. Em 2018, eram 3221. Ou seja, durante este período, aquele concelho perdeu cerca de 600 pessoas. Claro que 600 pessoas numa realidade como a ilha, por exemplo, de São Miguel pode não ser significativo. Na realidade de São Jorge é muito significativo e é muita gente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: E, como tal, para além de existirem outras necessidades: neste caso em concreto e neste exemplo que eu estou a dar do concelho da Calheta para a fixação de pessoas, nomeadamente jovens; como o caso da Saúde, não podemos continuar como aconteceu, que durante 2 anos tivemos 15 médicos de família; no caso das acessibilidades, quando as pessoas se querem deslocar por questões de saúde ou até lúdicas ou mesmo de trabalho, não o

conseguirem fazer; o caso até dos empresários, por exemplo, da Calheta, que muitas vezes têm as condições do mar que são ótimas e temos um mar chão, a verdade é que veem o transporte a ser cancelado e ficam sem poder receber a sua mercadoria na Calheta; portanto, quer também o recreio do Clube Náutico, que é necessário para aquele concelho; ou até ainda a requalificação daquela baía, que é urgente fazer. E cremos que todas estas intervenções e todas estas necessidades poderão e levarão também ao fomento da fixação das pessoas.

Mas, paralelamente a tudo isto, e há áreas que caracterizam e que fomentam a fixação de pessoas, existem também alterações legislativas que podemos e que devemos fazer perante estas realidades, como é o caso do que se está a discutir, aqui, hoje, que é a diminuição do período experimental para aqueles jovens, para aqueles desempregados de longa duração, podendo ser jovens ou não, que tenham um período experimental e que tenham um contrato por tempo indeterminado, que vejam a sua redução do período experimental dos 180 dias para os 90 dias. É isso que está aqui a propor.

Consideramos que este é mais um caminho e mais um contributo para um caminho que é preciso trilhar, que é o caminho da fixação das pessoas, em muitas ilhas, como é caso de São Jorge, que estão a ver a sua população cada vez mais reduzida, que estão a ver os seus jovens a saírem da ilha porque não têm qualidade de vida...

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é uma declaração política!

A Oradora: ... e não conseguem encontrar qualidade no seu trabalho para poder fixar a sua família.

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Eu quero, antes de mais, agradecer as suas palavras, Sr. Deputado Paulo Mendes, na forma como se dirigiu à minha pessoa e dizer-lhe o seguinte: já ontem foi aqui dito por nós que, na nossa perspetiva, não está em causa o conteúdo da vossa proposta. Para nós, tendo nós a interpretação... E atenção que nós não temos a veleidade de pensarmos que somos donos da verdade absoluta! A interpretação que o Partido Socialista e que a bancada do Partido Socialista aqui presente faz da proposta que o senhor apresenta ou que o Bloco de Esquerda apresenta é que nós não temos competência para legislar nessa matéria. Isso, para nós, é determinante.

E não vale a pena tentar dizer que a precariedade é uma especificidade dos Açores, porque com isso nós não concordamos. A precariedade é transversal ao todo nacional e não é uma característica específica da nossa Região. Discordamos em absoluto nessa matéria.

E, portanto, o que eu lhe queria dizer é exatamente isto: independentemente da bondade da sua proposta, de ver reduzido o prazo experimental de 180 para 90 dias, nós entendemos que, do ponto de vista formal e de substância, esse procedimento não pode nem deve ser feito pela nossa Região.

Mais, o Código de Trabalho tem princípios que são constitucionais, princípios esses que não se alteraram com a revisão do Código do Trabalho e, portanto, eles continuam subjacentes à sua existência.

E, finalmente, dizer-lhe também, Sr. Deputado Paulo Mendes: já em sede de Comissão, o Partido Socialista foi claro nessa exposição de interpretação que fazia. Portanto, dissemos e dissemos ao Bloco de Esquerda que essa era a nossa interpretação e que corria o risco exatamente de ser esse o nosso argumentário. Portanto, a nossa posição é esta, assenta neste fundamento e não temos absolutamente mais nada a acrescentar a toda esta discussão que

não seja isso, porque vamos andar aqui numa conversa redonda que pouco interessa.

Parece-me que o Sr. Deputado percebeu qual é a nossa motivação. Esta Casa percebeu qual é a nossa motivação. E, portanto, será essa a motivação do nosso sentido de voto.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Sra. Presidente, muito obrigado pelos esclarecimentos que produziu na sequência da minha interpelação. Esclarecimentos, aliás, que são muito importantes para aquilo que nós estamos aqui a apreciar, porque, efetivamente, aquilo que foi o trabalho produzido pelos serviços jurídicos desta Assembleia foi um trabalho bem feito. E não foi por falta de tempo que ele não teve o conteúdo que o Partido Socialista gostaria, porque, efetivamente, é muito estranho que os serviços jurídicos da Assembleia, tendo o tempo que tiveram para apreciar esta matéria, não tendo verificado, nas palavras de V. Exa., qualquer inconstitucionalidade grave, flagrante, o Partido Socialista, no mesmo espaço de tempo, conseguiu encontrar todas essas anomalias ou impedimentos da Região para poder legislar sobre essa matéria.

Coisa que deixa o Partido Socialista absolutamente coberto por uma grande incoerência. Desde logo, como já pôde adiantar o Sr. Deputado Paulo Mendes, o próprio programa do Governo que este Parlamento aprovou com o voto do Partido Socialista, e cremos que os Srs. Deputados tê-lo-ão feito de forma consciente e com conhecimento do que efetivamente estavam a aprovar, diz exatamente que a Região vai fazer a adaptação do Código do

Trabalho. E diz bem, acrescento eu, acrescenta o PSD, porque, efetivamente, nós estamos aqui em presença de um Projeto de Decreto Legislativo Regional que mais não faz do que alterar um Decreto Legislativo de 2006. A Região, em 2006, aprovou o Decreto Legislativo n.º 19, desse ano, que tem como título: “Adapta à Região o Código do Trabalho e a respetiva regulamentação.” E fê-lo em matéria, como também já aqui foi dito, por exemplo de férias. O que é que a nossa Região tem de especificidade em matéria de férias para legislar de forma diferente do resto do país? Fê-lo em matéria de feriados. Fê-lo até mais do que isso.

Deputada Graça Silveira (Independente): Temos feriados diferentes da República!

O Orador: Fê-lo, nomeadamente, quanto à composição e ao modo de sorteio dos árbitros, para fazer a arbitragem entre trabalhadores e empregadores. O que é que a nossa Região tem de específico que lhe tenha permitido, e bem (acrescenta novamente o PSD), competência para legislar sobre essa matéria?

E, portanto, a Região, hoje, dia 11 de setembro, está perante uma outra derrocada: é a derrocada da autonomia, de uma maioria que se recusa a fazer uso das competências que a Região tem! Porque, na dúvida, nós avançamos! Na dúvida, nós avançamos!

Aquilo que o Partido Socialista está aqui a fazer é a ter, como em tempos aqui foi dito, uma visão arcaica e empoeirada da autonomia.

Deputado Francisco César (PS): Pelo amor de Deus!

O Orador: Está a ter um entendimento, para citar o Sr. Deputado Francisco Coelho, “um entendimento que pura e simplesmente nega e rejeita a autonomia”.

E não se pode aceitar a autonomia se não entendermos que ela, no seu desenvolvimento teórico e prático, necessariamente introduz diferenças e sutilezas. A autonomia é exatamente isso.

Sr. Deputado Francisco Coelho, com a amizade que vem de há muitos anos e de outras atividades que ambos abraçamos com entusiasmos e julgo que também com competência, concordo com V. Exa., mas era preciso que neste momento fizesse uso dessa sua consideração que em tempos aqui produziu, e bem, a propósito de outras matérias em que a Região se dispôs a avançar contra os Velhos do Restelo, os de lá e os de cá. Lamento que, hoje, por circunstâncias que se calhar não têm a ver com a sua vontade e determinação e convicção pessoal, se deixe ficar nesse grupo dos Velhos do Restelo.

Uma coisa é certa, na dúvida, a Região deve avançar. E a fiscalização preventiva ou sucessiva fica a cargo dos órgãos que têm essa tarefa. E não deve ser este Parlamento o primeiro a negar a sua capacidade legislativa, a sua capacidade de ir à frente e a sua capacidade de tentar resolver um problema que, hoje, afeta aqueles que procuram um primeiro emprego, que são muitos nos Açores, e aqueles que estão desempregados em sistema de longa duração, portanto, há mais de 1 ano.

Deputado Carlos Silva (PS): Gostava que fosse mais!

O Orador: E, portanto, aquilo que compete, hoje, aqui, a cada um de nós é decidir a favor desses, mesmo com risco de ter aqui algum problema de constitucionalidade, porque, na dúvida, o nosso dever é ficar ao lado dos Açores e dos açorianos.

Disse.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima** (CDS-PP): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Como ficou aqui bem demonstrado neste debate (a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras é que interveio, e bem, por parte da bancada parlamentar do CDS), eu apenas fiz uma pergunta ao Sr. Deputado Paulo Mendes, do Bloco de Esquerda, quando ele afirmou dali de cima, e toda a gente ouviu, que as empresas fugiam ao fisco. Não fui só eu que ouvi, qualquer Deputado desta Casa ouviu. Se o senhor não queria dizer isso, é outra conversa, Sr. Deputado Paulo Mendes.

E devo-lhe dizer também, com toda a frontalidade, o seguinte: o senhor traz o ressabiamento para a política. O senhor quando se dirige a esta bancada, dirige-se ao Sr. Deputado Alonso Miguel, do CDS. Quando se dirige à minha pessoa, o senhor esqueceu-se do meu nome. Eu tenho nome, Sr. Deputado: Artur Lima. É o meu nome nesta bancada. O senhor refere-se apenas ao Deputado do CDS e Presidente do CDS, porque o ressabiamento e o ódio caracterizam-no politicamente, porque não conseguiu ultrapassar uma questão, uma divergência política de uma crítica que lhe fiz, aqui, há uns meses atrás.

Já tive divergências políticas com o Sr. Deputado João Paulo Corvelo, com o Sr. Deputado José San-Bento, com o Sr. Deputado Francisco César, com o Sr. Deputado Luís Maurício e mantemos todos uma boa relação pessoal. O senhor, ao contrário, mantém o ressabiamento e um ódio que não é próprio de um democrata. E, portanto, eu a si chamo pelo seu nome e trato-o condignamente, Sr. Deputado Paulo Mendes.

Quanto ao resto, fico muito satisfeito que andem a investigar a minha vida. É bom sinal, é sinal de transparência. Mas vou-lhe acrescentar: não fez a

investigação completa. Eu já fui trabalhador a recibos verdes, comecei por aí. Depois fui empresário numa sociedade por quotas. Depois fui trabalhador e sou por conta de outrem. E sou ainda trabalhador por conta de outrem e também sou agora empresário em nome individual. Portanto, eu não me vou dar ao trabalho de investigar a sua vida, porque não me interessa minimamente a sua vida pessoal e profissional. Não me interessa minimamente. Interessa-me, sim, a sua coerência política e a sua atitude política aqui dentro.

E lamento profundamente que assim seja, porque o senhor também criticou Carlos César. Atiraram-se a César como gato a bofe por causa de umas afirmações que ele tinha feito relativamente à pobreza. Mas os senhores viram aqui fazer exatamente a mesma coisa! Exatamente a mesma coisa! E, portanto, a coerência também se usa, Sr. Deputado.

Depois, quero-lhe dizer o seguinte: eu não sei se são todas, se são algumas, quando levantam o anátema sobre os empresários desta Região, que criam emprego, que são fundamentais para criarem emprego. Quem cria emprego numa sociedade democrática e plural são os empresários. Na sociedade que o seu partido defende é o Estado, que estatiza tudo. Basta ir à Venezuela, à Albânia e a outros países que o senhor e o seu partido defendem.

E devo-lhe dizer, Sr. Deputado, que me orgulho de ter sido um Ministro do CDS que aliviou a carga fiscal sobre os recibos verdes. Ou já se esqueceu? Não foi o Bloco de Esquerda!

Também me orgulho, Sr. Deputado, de ter sido um Secretário de Estado do CDS que criou o e-Fatura, combatendo a evasão fiscal, Sr. Deputado. Não foi o Bloco de Esquerda!

E, portanto, Sr. Deputado, também me orgulho de ter sido o CDS que propôs, em 96, aqui, uma redução substancial de impostos na Região Autónoma dos

Açores. Por isso é que o senhor paga menos impostos hoje em dia. Foi uma proposta do CDS!

Também me orgulho, Sr. Deputado, de ter sido o CDS que, em 2015, propôs nova redução de impostos nesta Região. Não foi o Bloco de Esquerda, Sr. Deputado! Foi o CDS!

Mas nós respeitamos os empresários, respeitamos toda a gente.

Mas talvez seja bom lembrar-lhe a coerência de Pablo Iglesias, de Espanha, esse democrata que vive numa mansão de 1 milhão e 600 mil euros, segundo foi... mas parece que não declarou tudo ao fisco, ao que parece nas notícias dos jornais. Ou talvez recordar-lhe o seu camarada Robles, que também acho que declarou tudo ao fisco.

E, portanto, eu podia ir por aí abaixo e nunca mais terminar, Sr. Deputado, mas não vou descer ao seu nível e, portanto, não vou por aí.

Agora, ressabiamento, Sr. Deputado, todos nós aqui temos discordâncias políticas, ficam aqui dentro. Lá fora tratamo-nos como seres responsáveis, que nos respeitamos uns aos outros e não misturamos as políticas com relações pessoais, ao contrário do senhor. E vem para aqui vender ética e moral...

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(* **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Bom, isto hoje é um dia muito especial e muito particular, é o fim de um ciclo e, portanto, permite-me a liberdade de eu dizer algumas coisas enquanto Deputada independente.

A forma como eu faço a discussão, neste momento, dos diplomas retira a possibilidade do joguinho de dizer que a Sra. Deputada está a dizer isto ou aquilo ou aquele outro por questões meramente políticas.

Cheguei a esta Casa, tentei aprender a ser deputada. E ser deputado não é só ter opiniões políticas, há regras, há um Regimento que temos que aprender, temos que saber como é que podemos intervir e fazer uso das diferentes figuras legislativas nesta Casa e como é que elas são mais ou menos aplicadas em determinadas situações.

Já ouvi, nesta Casa, variadíssimas vezes Deputados de bancadas grandes, com muita assessoria, a dizer que não podem aprovar um determinado Projeto de Resolução, que dá completa liberdade ao Governo para fazer como quer e entende e não se prende em relação a nada, porque politicamente se sentem desconfortáveis em votar favoravelmente ou votar contra um Projeto de Resolução. E então dizem a conversa: ah, eu não posso acompanhar porque não sei quê... Num Projeto de Resolução, legislativamente falando, ninguém está a cometer nenhum erro, está a dar um sinal político.

E depois vê-se exatamente o contrário, quando temos um Decreto Legislativo Regional, que é o que estamos aqui a discutir, em que efetivamente aquilo que nós estamos a votar é o que vai ficar em lei, ouvir partidos políticos a usar o argumento de que afinal nós podemos fazer isto tudo porque nós temos autonomia, porque politicamente dá jeito acompanhar o preâmbulo da iniciativa. Portanto, tudo isto se passa nesta Casa.

É pena que pessoas passem por aqui 4 anos e 8 anos e não aprendam pelo menos como é que se deve ser deputado, porque ser deputado não é só dizer que se está a defender o povo e fazer um debate político, nós temos responsabilidade legislativa. Para muitos, pelas suas formações de base, é

difícil. Eu, quando vim para aqui, era uma academia e que percebia de micróbios.

Deputado João Paulo Ávila (PS): E ainda percebe.

A Oradora: E, portanto, foi muito complicado para mim perceber uma série de coisas, mas fiz o esforço porque eu acho que nós não podemos desempenhar corretamente as nossas funções se não quisermos fazer este exercício e este esforço.

E não sendo uma especialista em lei, aquilo que eu sei neste momento e que foi a proposta do Bloco de Esquerda foi retirar aquilo que até a própria lei, neste momento, parece que é contra todos os portugueses. Vamos ser sérios! Não tem nada a ver com especificidade nenhuma de açorianos! O PS veio introduzir uma alteração em que, antigamente (e ninguém está a reduzir para 90 dias), só tinha que ter 180 dias de período experimental quem ia exercer funções de uma elevada complexidade e que a entidade empregadora precisava de 6 meses para ver se aquela pessoa tinha, ou não tinha, capacidade efetivamente para desempenhar aquelas funções, de que tão complexas que são precisava de 6 meses. E decidiu-se alterar isso e dizer assim: não, não, então também vamos meter nos 180 aqueles que estão à procura do primeiro emprego, porque, como nunca estiveram a trabalhar, a gente não sabe se são bons ou maus e, portanto, precisamos de mais tempo. E os que estão no desemprego prolongado, porque, é assim, vamos perceber porque é que afinal essa gente ninguém os quer empregar. Basicamente, isto, falando de forma simples para todos percebermos é isto.

Isto é injusto, mas não é só injusto para os açorianos, tanto que esta lei está, neste momento, a ser avaliada em relação a essa inconstitucionalidade por causa do Tribunal Constitucional.

O que é que o Sr. Deputado Paulo Mendes diz? Ó pá, está bem, mas então vamos já aqui na Região tirar isto, mesmo que eles decidam se é assim ou

não é, e nos Açores nós já salvaguardamos que esta injustiça não vai acontecer, para ganhar tempo. Mas pode ser uma perda de tempo, porque nós vamos fazer esta alteração, e eu tenho sérias dúvidas se existe um quadro legal para a gente poder tomar este tipo de decisões e legislar sobre isto, e depois o Representante da República veta e ficamos aqui a marinar. E, entretanto, já se resolveu na República e estamos nós aqui num imbróglio porque andamos a fazer um Decreto Legislativo Regional que afinal foi vetado, etc., etc.

Portanto, não vale a pena estarmos aqui a esgrimir argumentos se temos especificidadezinhas na Região ou não temos. Basicamente é isto que se está a passar. Penso que em termos de timing não faz sentido nenhum. Se se resolver para todos os portugueses, vai-se resolver para todos os açorianos também.

E em termos políticos vir dizer: ah, porque nós estamos do lado dos açorianos porque não queremos períodos experimentais de 6 meses. Às vezes não vale tudo. E agora digo eu: às vezes não vale tudo.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Esgotou o seu tempo para o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros... Sr. Membro do Governo:

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É coletivo!

O Orador: O Governo já desertou, já não está cá.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Está cá!

O Orador: Muito desfalcado. Muito desfalcado.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Não, senhor! Está aqui em força!

O Orador: Devo dizer que eu fico sempre surpreendido quando o Partido Socialista faz intervenções em que confunde uma região autónoma e as competências de uma região autónoma como os Açores com as competências que teria uma junta de freguesia. Nós somos uma região autónoma que tem poderes, que tem o seu Estatuto Constitucional Estatutário reconhecido. E não podemos ter uma visão redutora sobre esta matéria! E é isso que eu vejo que o Partido Socialista faz sempre que se quer refugiar numa questão em que tem muita dificuldade em afirmar o seu suposto pedigree de esquerda e o seu suposto pedigree no âmbito da defesa da justiça social. E, portanto, quando não o consegue fazer, refugia-se nesta questão.

E como muito bem o Sr. Deputado, como a bancada parlamentar do PSD, também aqui referenciou... Então, eu sou uma das vítimas da Presidência do Parlamento em relação às minhas iniciativas. Tive muitas iniciativas que não foram admitidas pela Mesa. E não foram admitidas pela Mesa, como por exemplo a criação de um provedor dos animais. Pronto, a Sra. Presidente considerou, alicerçada em pareceres jurídicos, que não tínhamos competência para essa matéria.

Agora, o que acontece é que a Sra. Presidente, que é tão meticulosa...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): É, é!

O Orador: ... em acompanhar a inconstitucionalidade ou a falta de cabimento estatutário das propostas, pelo menos no que a mim diz respeito, que até já tive expressões censuradas neste Parlamento que acabaram em condenação, em procedimento judicial, mas que aqui foram proibidas e censuradas, aqui neste Parlamento. Eu, obviamente, não posso aceitar, tendo sido alvo da especial preocupação da Sra. Presidente e da Mesa em relação à constitucionalidade das medidas, não posso de forma nenhuma

acompanhar aquela que é a posição do Partido Socialista, até porque o Partido Socialista, se achava que a iniciativa é inconstitucional, tinha prerrogativa de contestar a posição da Mesa em relação à sua admissão e não o fez. Portanto, do ponto de vista da vossa posição, é absolutamente insustentável! Insustentável! Não podem apresentar esse argumento a partir do momento em que a Mesa admitiu e a partir do momento em que V. Exas. abdicaram de contestar aquela que foi a posição da Mesa!

E devo dizer, também, em relação à iniciativa: se eu concordo com a iniciativa e se considero que temos que criar um mecanismo de combate à precariedade e que a precariedade, sendo uma preocupação geral, um problema geral do país, aqui nos Açores tem particular incidência, eu também não posso acompanhar aquela que é postura do Bloco de Esquerda nesta e em muitas matérias, que é de um dogmatismo atroz e de um fundamentalismo atroz, porque o Bloco de Esquerda não privilegia no seu discurso aquilo que quer projetar no sentido de melhorar ou resolver os problemas e melhorar a vida das pessoas e projeta o que mais dá relevância no âmbito do seu discurso político. É um ataque sistemático aos seus adversários políticos. E é um ataque sistemático privilegiando os ódios, privilegiando o conflito na sociedade, provocando constantemente o conflito na sociedade. E, portanto, é uma postura em que se privilegia o constante ataque, a constante criação de problemas e a constante criação de um combate político que é feito mais pelo ódio do que, desculpem a expressão, pelo amor.

(Aparte inaudível)

Sim! Sim! Porque o que importa é o que nós queremos projetar para melhorar a sociedade, e o Bloco de Esquerda procura constantemente fantasmas! Está

sempre na década de 80! Está sempre a ver o mesmo filme! Está sempre na caça às bruxas! Está sempre naquele filme famoso, da década de 80, o “Caça Fantasmas”. V. Exas. parecem-me o “Caça Fantasmas” deste milénio e deste século. Os senhores não conseguem sair desse filme, de procurar constantemente o combate, o conflito. Até no caso do CDS, sendo desnecessariamente acintoso, provocando uma bancada que tem, pura e simplesmente, muito legitimamente, uma posição diferente de V. Exas.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes. Dispõe de cerca de 1 minuto e meio.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Bem, começo a minha curta intervenção, terá de ser, limitada pelo tempo, para perguntar ao Sr. Secretário Regional, já que falamos em matéria laboral e falamos mais concretamente naquelas que são as condições de precariedade dos trabalhadores e principalmente dos trabalhadores jovens e desempregados de longa duração, e tendo em conta que apesar de o nosso Grupo Parlamentar e também a Representação Parlamentar do PCP ter apresentando ao longo desta legislatura várias iniciativas legislativas, por exemplo, com vista à redução da precariedade através, digamos, do reconhecimento do vínculo laboral dos famigerados beneficiários de programas ocupacionais e a Administração Pública Autónoma, e depois o Governo Regional veio ainda este ano apresentar uma proposta que finalmente reconhecia essa possibilidade de integração dos precários, neste caso beneficiários de programas ocupacionais na Administração Pública, cumprindo finalmente o desígnio, pelo menos proclamado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, de combater a precariedade, além disso, além desse contributo muito forçado devido à ação política do Bloco de

Esquerda e até mesmo da Representação Parlamentar do PCP, a única medida que eu vi ser aprovada nesta Casa teve a ver com o certificado de responsabilidade laboral que foi aprovado para o Orçamento de 2019. Sei que bem se recorda dessa medida.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: E eu gostaria de saber quantas empresas é que foram apoiadas no âmbito deste certificado de responsabilidade laboral.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Bloco de Esquerda também esgotou o seu tempo para o debate.

A Mesa, de momento, não tem inscrições. Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver. Sr. Deputado Joaquim Machado, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Parece que nos encaminhamos para o fim da discussão deste diploma sem que, objetivamente e claramente, o Partido Socialista diga da sua posição sobre a matéria que está aqui em causa, porque escudou-se politicamente, com alguma cobardia, na questão formal, sobre a qual nós também já vimos que não tem razão. Não tem razão, porque a Região legislou, em 2006, sobre esta matéria. Daí para cá, não houve nenhum constrangimento constitucional que nos tivesse obliterado as competências.

O próprio Governo Regional do Partido Socialista tinha como objetivo “adaptar o Código do Trabalho nacional às especificidades regionais açorianas”, estou a citar a página 195 do programa do Governo.

Os serviços da Assembleia Legislativa, os serviços jurídicos, concluíram pela admissibilidade e, portanto, não encontrando qualquer matéria que ferisse a legalidade desta iniciativa legislativa.

E o Partido Socialista nada diz sobre a possibilidade de se reduzir dos 180 para os 90 dias, se é uma medida justa, ou não, para os trabalhadores, se é, ou não, útil para dinamizar o mercado de emprego na Região, que tem os constrangimentos que todos nós conhecemos, nomeadamente quanto ao desemprego jovem. E, portanto, nós não sabemos qual é posição do Partido Socialista. Não sabemos qual é a posição do Partido Socialista.

E talvez estejamos, aqui, perante um Grupo Parlamentar que de manhã está ao lado da CGTP e à tarde se fixa no parecer de uma única entidade que se dignou pronunciar-se sobre esta matéria.

E de um Partido Socialista que também, em sede de Comissão, podia ter suscitado de forma mais consequente sobre a admissão, ou não, desde diploma por conter qualquer matéria que pudesse suscitar uma inconstitucionalidade. Não o fez. E, agora, aqui, perante todos nós, remete-se à tal visão arcaica e baforenta da autonomia de que nós não temos competência.

Eu devo confessar e já não terei tempo para confessar muitas mais coisas, mas que esperava, sinceramente, e digo isso com tom de amizade, ver e ouvir o Sr. Deputado Francisco Coelho pronunciar-se sobre essa posição do seu Grupo Parlamentar quanto ao entendimento do cerceamento da autonomia que o próprio Grupo faz daquilo que são as competências que nós devemos e podemos exercer. E ouvi-lo novamente dizer aqui que, na dúvida, nós avançamos, a favor dos Açores e dos açorianos.

É lamentável que não saibamos qual a posição do Partido Socialista sobre os 90 ou 180 dias, ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): O senhor pode provocar quem quiser provocar, vai ficar a falar sozinho!

O Orador: ... lembrando que esses 180 dias para os trabalhadores que estão à procura do primeiro emprego, para os trabalhadores que estão

desempregados há mais de 1 ano, nem no tempo da Troika se foi imposta uma medida assim. Nem o Código do Trabalho, feito pelo diabolizado Governo da Troika, diabolizado por V. Exas., nem esse Código do Trabalho ousou ir tão longe em matérias como esta.

E ouvindo o que os senhores aqui disseram sobre esse Código do Trabalho, eu pasmo perante o vosso silêncio. De facto, há conveniências que estão acima de muita coisa. E, infelizmente, temos um Partido Socialista que neste momento cede à conveniência...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... em vez de ceder às suas convicções. Porque acredito que nessa bancada há muita gente que tem convicções que vão para além daquilo que agora será a vossa votação.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PSD também esgotou o seu tempo.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apenas para responder ao Sr. Deputado Paulo Mendes porque me interpelou diretamente. Dizer-lhe que eu não tenho em concreto a informação que solicitou, até porque não está aqui em discussão, mas vou recolhê-la e remeterei depois ao Bloco de Esquerda, ou remeterei à Mesa para que seja distribuído a todos os partidos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições. Julgo não haver.

Vamos então passar à votação deste Projeto de Decreto Legislativo Regional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade, o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 52/XI foi rejeitado com 29 votos do Partido Socialista; tendo votado favoravelmente 17 Deputados do PSD, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 do PPM; 3 abstenções do CDS-PP e 1 da Deputada independente.

Presidente: Encerramos este nosso ponto da agenda.

Vamos agora fazer um intervalo. Regressamos um quarto para o meio-dia.

Eram 11 horas e 13 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 49 minutos.

Entramos agora no ponto 14 da nossa agenda: **Apresentação do Relatório Final da Comissão Eventual para a Reforma da Autonomia (CEVERA).**

Rege esta matéria o artigo 104.º do Regimento. E conforme foi definido pela Conferência de Líderes, depois da apresentação feita pelo Relator desta Comissão, cada Grupo e Representação Parlamentar, assim como o Governo, dispõem de 5 minutos uma única vez para intervir.

Tem a palavra, para a apresentação do relatório, o Sr. Deputado João Vasco Costa.

Deputado João Vasco Costa (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos conjugados do artigo 43.º do seu Regimento e do n.º 1 do artigo 73.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, decidiu aprovar a Resolução n.º 4/2017/A, de 24 de fevereiro, que criou a Comissão Eventual para a Reforma da Autonomia (CEVERA).

Foram, para tanto, elaborados e apresentados nesta Assembleia Legislativa Regional dos Açores dois relatórios e respetivos pareceres intercalares, datados de 21 de março de 2018 e 13 de março de 2019, para os quais se remete e dão por integralmente reproduzidos para todos os legais efeitos.

Dos mesmos consta e de forma sucinta, a composição, o objeto, objetivos, planificação e calendarização, metodologia de trabalho a desenvolver, reuniões realizadas, audições, as respetivas conclusões e/ou recomendações.

Desde deliberação de 7 de janeiro de 2019, a CEVERA reuniu enquanto subcomissão (SUBCEVERA) por 27 vezes por forma a debater, consensualizar e apresentar as propostas dos temas em análise. Todos os trabalhos, desde o seu início, resultaram em 43 reuniões infra melhor descritas e circunstanciadas em termos de tempo, modo e lugar.

A sua composição é a que resulta dos relatórios intercalares anexos e para os quais se remete, com as adaptações daí resultantes.

Por proposta do Sr. Deputado Artur Lima do CDS-PP, foi sugerido e votado por unanimidade a necessidade de um estudo e análise para a criação de um Conselho para o Estudo das Potencialidades Geopolíticas e Geoestratégicas dos Açores, designado por G2A.

Foram, então, solicitados dois pareceres, sendo um Estudos de Direito e Política Constitucional, ao Professor Rui de Medeiros, e outro de cariz político-sociológico que ponderasse a criação do Conselho para o Estudo das Potencialidades Geopolíticas e Geoestratégicas dos Açores (G2A), ao Professor Armando Mendes, que constam como anexos do presente relatório e para os quais igualmente se remete, e que resultaram, sem exceção, de um amplo trabalho de discussão, debate e contributo sério e empenhado de todas as forças partidárias que integram esta Comissão tal como muito bem é referido na nota prévia elaborada pelo prof. Rui de Medeiros, que citando diz: "Na realização deste trabalho, procedemos primeiro à análise da questão, sempre numa perspetiva de direito e política constitucional e (...) num segundo momento, e no seguimento de reuniões várias com a Comissão Eventual para a Reforma da Autonomia, procedeu-se à formulação de propostas, que constam do final de cada um dos capítulos que integram o estudo."

Nos termos da Resolução que criou a CEVERA, ficou constituída por 13 Deputados, sendo 7 do Partido Socialista, 2 do Partido Social Democrata, 1 do Centro Democrático Social/Partido Popular, 1 do Bloco de Esquerda, 1 do Partido Comunista Português e 1 do Partido Popular Monárquico, tendo os mesmos tomado posse.

Remete-se para os relatórios intercalares, no que concerne às substituições efetuadas, sua motivação e à composição final da Comissão.

Nos termos da Resolução que criou a CEVERA, esta tem por objeto:

O levantamento, diagnóstico, sistematização e consensualização, de um conjunto de medidas jurídico-normativas e político-institucionais, designadamente nos âmbitos da organização política/sistema de Governo; do sistema eleitoral e da participação cívica e política; da organização territorial

e das relações intrapoderes e na consolidação e reforço do Adquirido Autonómico;

A determinação e priorização das soluções possíveis, atento o disposto na alínea anterior;

A apresentação de uma proposta a esta Assembleia Legislativa que, na sequência do estipulado na alínea anterior, identifique as principais matérias e normas que devam ser objeto de intervenção política.

Na prossecução dos seus objetivos, a Comissão deve, entre outros:

Fomentar o debate público e a auscultação das entidades públicas e privadas que possam contribuir para a realização dos seus objetivos;

Deliberar sobre o pedido de contributos técnicos a entidades públicas ou privadas de reconhecida idoneidade;

Analisar e debater os contributos técnicos provenientes de entidades públicas ou privadas que possam colaborar na realização dos seus objetivos.

Na reunião ocorrida a 27 de março de 2017, consensualizou-se o seguinte modo de atuação:

Que não existirão tabus na apreciação das temáticas, sejam criação de partidos regionais, listas de independentes, estados federais, etc, não interessando o quê, a abertura é total, não sendo esta Comissão um concurso de ideias nem uma corrida pela paternidade de qualquer sugestão, o importante será conseguir a maior consensualização possível num conjunto vasto de assuntos, o que tornará a tarefa desta Comissão mais assertiva e profícua;

Que atenta a complexidade da tarefa a desenvolver pela Comissão, dificilmente o relatório final será elaborado em menos de 2 anos após o início das audições;

Que por tal razão, igualmente ficou decidido que serão elaborados relatórios intercalares, senão semestrais, pelo menos anuais, para permitir melhor sistematização do andamento dos trabalhos;

Por proposta do Sr. Presidente da Comissão, foi igualmente decidido solicitar aos serviços da Assembleia Legislativa Regional dos Açores a gravação e transcrição dos testemunhos e audições, em ordem a facilitar a elaboração dos relatórios de forma mais fidedigna, e desde não haja oposição de quem seja ouvido;

Que numa primeira fase dever-se-iam ouvir pessoas e entidades com contributos dados, a fim de permitir consolidar ideias e ajudar, com contributos práticos, a delimitar o âmbito concreto dos trabalhos;

Que todos os partidos políticos deverão apresentar uma carta de princípios, em prazo a definir logo após a conclusão das audições;

Que nesta primeira fase foi decidido começar por ouvir todos os Presidentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, os Presidentes do Governo da Região Autónoma dos Açores, anteriores e atual, dois professores universitários, a saber, os Professores Carlos Amaral e Luís Andrade da Universidade dos Açores, e ainda o Fórum Açoriano, o Instituto Cultural de Ponta Delgada, o Instituto Açoriano da Cultura, o Instituto Histórico e o Núcleo Cultural da Horta.

Que finalizada esta primeira fase de audições, deverá ser definida, com consenso, a base de trabalhos, tendo sido referidos, a título meramente exemplificativo, os seguintes temas:

A extinção do Representante da República e a subsequente transferência das suas atuais competências (quem dará posse e nomeará o Presidente do Governo Regional, quem fiscalizará a constitucionalidade das normas regionais?), o que implicará necessariamente uma revisão constitucional;

Sistema eleitoral e incremento das formas de participação dos cidadãos e combate à abstenção, isto após e na sequência do recebimento do estudo que, nessa matéria, e por Resolução desta Assembleia, foi encomendado à Universidade dos Açores;

Coordenação e articulação entre Poder Regional, Poder Local e, atenta a realidade de ilha, articulação também dos órgãos de ilha com funções consultivas (Conselho de Ilha) e com funções executivas (Câmaras Municipais);

Que tudo isto terá de ser efetuado na sequência das audições e tendo em conta as cartas de princípios apresentadas pelos partidos;

Por proposta do Sr. Deputado João Bruto da Costa, do Partido Social Democrata, foi aceite a criação, junto do portal da ALRA, de um link para contributos e reflexões dos cidadãos, onde igualmente será publicada a atividade e trabalhos da CEVERA, tendo, até ao momento, sido recebidos três contributos escritos por parte de cidadãos;

Por proposta do Bloco de Esquerda, decidiu-se igualmente auscultar os partidos na Assembleia da República e chamar também a juventude para esta reflexão e problemática;

Foi sugerido, igualmente, que fossem visitados alguns Parlamentos Regionais (Madeira e Canárias) a fim de perceber como funcionam, e no caso da Madeira para, em face das alterações que ali estão em curso, articular os eventuais contributos de ambos os Parlamentos em matérias que possam ser convergentes;

Igualmente, foi sugerida a audição, em fase posterior, de associações culturais de cariz mais popular, das Santas Casas da Misericórdia, Cáritas, IPSS e a audição dos plenários dos Conselhos de Ilha;

Que, tal como referido por vários partidos, parece clara a necessidade de se virem a estabelecer grupos de trabalho, já que teremos matérias tão vastas,

designadamente, o domínio público marítimo, ordenamento marítimo e regulamento do mar, o conceito de gestão partilhada e a aclaração do adquirido autonómico ao nível das relações externas.

A SUBCEVERA reuniu, nas datas e locais que constam deste relatório, por 27 vezes.

O trabalho realizado pela CEVERA e SUBCEVERA consta vertido nas atas n.ºs 2 a 35 que se anexam ao presente relatório e que fazem parte integrante do mesmo.

Deste trabalho resultaram consensualizados os seguintes princípios e ideias força:

Quanto à extinção do cargo de Representante República, foi possível consensualizar a extinção do mesmo, assumindo que seriam necessárias alterações aos articulados constitucionais, designadamente no artigo 231.º da Constituição da República Portuguesa, bem como a eleição do Presidente do Governo Regional dos Açores pela Assembleia Legislativa Regional dos Açores, típica de vários sistemas parlamentares como o Espanhol. Igualmente existe a necessidade de aditamento à Constituição da República Portuguesa de um artigo 279.º-A que prevê a fiscalização concomitante da publicação de diplomas regionais, como alternativa àquela outra que é efetuada pelo Representante da República, e, nesta sede, poderiam requerer ao Tribunal Constitucional fiscalização concomitante da constitucionalidade de qualquer norma constante de Decreto Legislativo Regional ou de Decreto Regulamentar Regional, além do Presidente da República, um quinto dos Deputados à Assembleia da República, o Presidente da respetiva Assembleia Legislativa ou um quinto dos seus Deputados. A fiscalização concomitante da constitucionalidade deve ser requerida no prazo de oito dias a contar da data da publicação do Decreto Legislativo Regional ou Decreto Regulamentar Regional, devendo o Tribunal Constitucional pronunciar-se

no prazo de vinte e cinco dias. O Tribunal Constitucional, mediante requerimento nesse sentido, pode decretar provisoriamente a suspensão da eficácia de qualquer norma constante do Decreto Legislativo Regional ou Decreto Regulamentar Regional impugnado caso esteja em causa o respeito pelos princípios fundamentais do estado de Direito Democrático ou a unidade do estado.

Já em sede de revisão Constitucional, ponderada foi a força expansiva das matérias reservadas aos órgãos de soberania, no âmbito de um novo paradigma de competência legislativa, a materialização pelo Tribunal Constitucional do requisito do âmbito regional e o apelo aos limites implícitos do poder legislativo regional, e foi consensualizado que importaria acautelar três preocupações fundamentais:

Evitar a adoção de conceitos abertos ou indeterminados, como aquele em que se transformou a referência ao âmbito regional;

Esclarecer em sede de revisão constitucional, de uma vez por todas, que as matérias reservadas aos órgãos de soberania são única e exclusivamente aquelas que integram a reserva absoluta ou relativa da Assembleia da República ou a matéria respeitante à organização e funcionamento do Governo;

Finalmente, atendendo à tentação da jurisprudência e alguma doutrina para admitir limites implícitos ao poder legislativo regional (como agora se viu no decorrer da Pandemia SARS-CoV-2), para além, obviamente, daqueles que decorrem dos limites constitucionais gerais, deve, por isso, ser clarificado que os limites expressos à autonomia regional concretizam e consomem, no plano da atividade legislativa, o disposto no artigo 225.º da Constituição.

Todas as forças partidárias mostraram-se de acordo com a eliminação da proibição de partidos de índole regional ou de âmbito regional contida no

artigo 51.º, n.º 4, da Constituição da República Portuguesa, prevendo-se antes, e tão só, a proibição/dissolução de partidos que promovam o separatismo por meios violentos e/ou não democráticos, sopesados que foram os argumentos em prol da representação do interesse nacional e sua refutação, por apelo ao valor dos interesses parciais que se concluiu serem perfeitamente compatíveis.

Também logrou consenso a ideia de que a previsão constitucional da obrigação conjunta dos símbolos nacionais e regionais, nas instalações e cerimónias de todas as instituições públicas localizadas no território regional, sem prejuízo da salvaguarda da precedência e destaque dos símbolos nacionais e de eventuais exceções impostas por razões ponderosas de pragmatismo protocolar, a aditar ao artigo 11.º da Constituição da República Portuguesa.

Consensual foi também a consideração, que se justificava a introdução de uma previsão constitucional expressa da possibilidade de serem criados, por lei, provedores setoriais, e da obrigação de estes se coordenarem e articularem com o Provedor de Justiça, devendo no texto constitucional constar a possibilidade de as Assembleias Legislativas Regionais criarem provedores sectoriais regionais, alterando-se, para o efeito, a redação do n.º 1 do artigo 232.º da Constituição. Foi nesta sede ponderado o insucesso anterior desta medida e as razões que o justificaram, em 2009 com a terceira revisão ao Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, com aquele outro entendimento de que à luz de uma leitura jurídico-constitucional não restritiva o legislador ordinário não fica impedido *a priori* de criar aqueles provedores, desde que seja plenamente caucionado o conteúdo essencial da instituição Provedor de Justiça. Todavia, a verdade é que a garantia da sua admissibilidade somente seria obtida pela constitucionalização dessa possibilidade.

Consensualizada ficou igualmente a necessidade da reinstalação do Tribunal da Relação dos Açores, bem como a necessidade de prever a existência de um representante de cada Região Autónoma no Tribunal Constitucional e, bem assim, a premente necessidade de consagrar a existência no círculo eleitoral ao Parlamento Europeu de dois representantes eleitos em cada região autónoma, evitando, deste modo, que se repitam situações como as que vivemos hoje, em que por motivos diversos tais regiões não têm qualquer representante. Todas as forças partidárias concordaram na necessidade de previsão da possibilidade de o Presidente do Governo Regional poder participar no Conselho de Ministros ou a convite do Primeiro-Ministro ou sob proposta sua.

Foi consensualizada também a necessidade de audição dos parlamentos regionais por parte do Presidente da República, antes de uma eventual decisão de os dissolver, bem como e não menos importante a premissa de que a Assembleia da República só poderá alterar as propostas de revisão estatutária ou eleitoral dos parlamentos regionais, nas respetivas matérias. Mereceu, igualmente, consenso geral, a proposta do Partido Socialista, que prevê a possibilidade de iniciativa legislativa popular, a sua regulamentação e competente procedimento para as regiões autónomas.

A criação de um Conselho para o Estudo das Potencialidades Geopolíticas e Geoestratégicas dos Açores (G2A), apresentada pelo CDS-PP, atenta a relevante importância que poderá representar para o desenvolvimento da nossa autonomia, foi unanimemente aceite por todas as forças partidárias integrantes desta Comissão.

Ao nível dominial, foram acordadas novas competências a definir, em face da relutância dos órgãos de soberania em construir, no plano prático, um modelo de gestão conjunta e partilhada das zonas marítimas adjacentes ao território das regiões autónomas, que assegure participação coconstitutiva

das regiões nessa gestão, particularmente no que concerne ao ordenamento e planeamento marítimo nacional, e diante da visão tradicionalmente restritiva que o nosso Tribunal Constitucional perfilha quanto às competências das regiões autónomas, afigura-se desejável que a Constituição da República Portuguesa convoque a definição dos termos mínimos e suficientes em que a gestão conjunta ou partilhada dessas áreas se deve realizar, sem prejuízo de se garantir o exercício exclusivo pelo Estado das prerrogativas de soberania nesses espaços. Pretende-se assim constitucionalizar uma solução relativa aos bens dominiais que seja apta a harmonizar, de forma proporcional, as funções que somente ao Estado devem pertencer com a autonomia regional e o princípio da subsidiariedade. Nesta conformidade, acordaram que as regiões autónomas devia ter o direito a uma participação constitutiva no ordenamento e na gestão das zonas marítimas adjacentes ao seu território, no quadro de uma gestão conjunta e partilhada, salvo quando esteja em causa o exercício de poderes que contendam com a integridade e soberania do Estado, bem como dispõem de competência exclusiva para licenciamento, no âmbito da utilização privativa de bens de domínio público marítimo do Estado, das atividades de extração de inertes, da pesca e de produção de energia renováveis.

Ao nível da Lei Eleitoral, o trabalho efetuado e consensualizado acabou por ser apresentado nesta Assembleia, discutido e votado nos termos por todos conhecidos, por forma a permitir uma maior agilização do processo eleitoral próximo, designadamente ao nível do voto em mobilidade, sendo certo que muitos outros aspetos foram por esta Comissão discutidos sem que o consenso tivesse ficado fechado, como sejam a nova relação poder regional-poder local, poder regional-conselhos de ilha. E ainda não foi possível lograr consenso em matéria de candidaturas de cidadãos independentes e no âmbito e extensão do voto preferencial e listas abertas.

As audições realizadas até à presente data constam, de igual modo, em documentos anexos ao presente relatório, tendo em conta que as mesmas foram objeto de gravação e posterior transcrição integral.

Os pareceres que constam como documentos anexos ao presente relatório são: o parecer Jurídico ao Professor Rui de Medeiros e o parecer político-sociológico ao Professor Armando Mendes.

Na sequência do árduo e contínuo trabalho de análise, discussão e debate dos temas estruturantes para a nossa autonomia, foi possível, em muitos casos, consensualizar as diferentes posições político-partidárias. Noutros casos tal desiderato não foi possível atingir, sendo certo que todo o trabalho efetuado ficará disponível nos serviços desta Assembleia.

Em face da situação de pandemia SARS-CoV-2, que afetou também os trabalhos desta Comissão, embora nunca a mesma tenha deixado de reunir, o certo é que todas as forças partidárias e deputados que a integram, como a generalidade dos cidadãos, passaram a dar mais atenção às questões novas e imprevisíveis resultantes desta pandemia, assumindo como prioridades as questões relacionadas com a saúde. Tal facto criou a impossibilidade de, em tempo útil e de forma consequente, apresentar a discussão nesta Assembleia de todos os pontos em análise, com os votos a favor do Partido Socialista, Partido Social Democrata e votos contra do CDS-PP, do Bloco de Esquerda, do PCP e do PPM, foi decidido apresentar este relatório (intercalar) final, sem que as propostas trabalhadas fossem discutidas em Plenário. Tal decisão obteve com a devida justificação os votos contra dos partidos que acabei de referir.

Contudo, a justificação para a não discussão e votação em Plenário assenta essencialmente no facto de que todo o trabalho se tornaria inconsequente com o fim da legislatura e, a menos de dois meses desse momento, não havia tempo para que houvesse decisão na República, caindo as propostas sem o

efeito prático que se pretende com todo o trabalho efetuado, que, como se disse, não se perde e poderá num futuro muito próximo ser aproveitado para discussão, votação e apresentação.

O presente relatório foi aprovado por maioria com os votos a favor do PS e PSD, e com os votos contra do CDS-PP, BE, PCP e PPM.

(Relatório Final da Comissão Eventual para a Reforma da Autonomia)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições. Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Apresentado que está este relatório da CEVERA, ele foi suficientemente elucidativo do muito trabalho realizado.

Eu queria começar por, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, cumprimentar respeitosamente e democraticamente todos os partidos representados nesta Casa e que compuseram a Comissão Eventual para a Reforma da Autonomia. E cumprimentar muito particularmente os Srs. Deputados que fizeram parte da Subcomissão e que, ao longo destes anos, procuraram, através de avanços e recuos, de consensos e de divergências, de afastamento de questões mais ideológicas e de também reafirmação de algumas questões mais ideológicas, mas que procuraram abnegadamente, como empenho, com compromisso, com trabalho, passar ao lado das divergências mais puramente partidárias e encontrar soluções que sirvam os Açores e os açorianos.

Esta Comissão iniciou-se, talvez, com muitos a dizerem que não era preciso olhar para os poderes das regiões autónomas e não era preciso fazer reformas da autonomia. Hoje, penso que a larga maioria dos açorianos acha que é

preciso olhar para os poderes das regiões autónomas e procurar aprofundar e reformar alguns aspetos da nossa autonomia. É certo que também estivemos em desacordo nos acordos e em acordo em alguns desacordos quanto a esta situação. Mas é certo que, hoje, penso que o trabalho realizado pela CEVERA deixa perspectivas de no futuro podermos, de facto, ser os Açores a ter uma posição de grande inovação e de grande progresso em termos daquilo que é a visão das autonomias regionais na arquitetura constitucional portuguesa.

Queria apenas, porque nestes 5 minutos de intervenção não poderei salientar muito mais, e essas matérias estão suficientemente expostas no relatório apresentado, dar nota de alguns aspetos que me parecem, e parecem ao Grupo Parlamentar do PSD, especialmente importantes para pôr fim a um certo estigma centralista que existe ainda na nossa arquitetura constitucional relativamente às autonomias:

Eu salientava que este trabalho permite, no futuro, se este Parlamento assim entender, propor uma revisão constitucional com suficiente explicação e suficiente argumentação para a extinção do cargo de Representante da República;

Para uma inovadora fiscalização concomitante da constitucionalidade que, além do mais, pressupõe que as normas emanadas deste Parlamento têm uma presunção de estarem de acordo com a Constituição;

Que eliminamos a regra da proibição de partidos regionais;

Que criamos o círculo eleitoral das regiões autónomas, elegendo dois Deputados para o Parlamento Europeu;

Que criamos o Tribunal da Relação dos Açores, ou retomamos o Tribunal da Relação dos Açores;

Que queremos a nomeação de juizes oriundos das regiões autónomas para o Tribunal Constitucional;

Que temos um reforço substantivo, essencial do parlamentarismo nos Açores, pondo o Parlamento dos Açores, de facto, no centro da atividade política nesta Região, também com o reforço essencial e muito relevante do papel do Presidente do Parlamento dos Açores, nomeadamente no desenho que fazemos da fiscalização concomitante da constitucionalidade;

E que, também, quer quanto símbolos regionais, quer quanto aos provedores setoriais, quer quanto ao domínio público, esta Comissão deixa trabalho relevante para o próximo Parlamento dos Açores, com a naturalidade que se impõe na relação com o Parlamento e com a República, poder propor uma revisão constitucional e uma alteração da Lei Eleitoral, que, de facto, alterem para melhor e reforcem as autonomias regionais na legislação que podemos ainda aprofundar quanto à Lei Eleitoral dos Açores;

A questão, eventualmente, da possibilidade, como o PSD também defende, de poder haver concorrentes independentes, listas de cidadãos independentes;

A possibilidade eventual de recordarmos quanto às listas ordenadas pelos cidadãos eleitores nas eleições regionais.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar.

São todos estes aspetos, que estão vertidos neste relatório, que nós achamos que, fora do contexto mais mediatizado das polémicas, algumas das quais mais estéreis, outras porventura respeitosamente também mais assertivas, fora de todo esse contexto, deixamos a este Parlamento (todas as Sras. e Srs. Deputados que compuseram a Comissão e em especial a Subcomissão) trabalho para, no futuro, podermos de facto aprofundar, melhorar e fazer progredir a autonomia regional.

Disse.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Uma primeira palavra, obviamente, para cumprimentar de igual modo todos os colegas que participaram nesta Comissão e também de modo muito particular os que participaram de uma forma mais intensa na Subcomissão durante estes anos e com quem foi possível ter bastantes debates e muitas reuniões de trabalho em que, sempre de forma leal e correta, foi possível debater, concordando e discordando em muitas matérias, mas permitindo que sobre diversos assuntos tivesse havido efetivamente bastante debate e bastante troca de argumentos.

O Bloco de Esquerda, nesta legislatura, assumiu um compromisso relativamente aos avanços que considerava essenciais para a autonomia.

Em 2017, ainda, e falo desta proposta porque ela chegou a estar efetivamente na CEVERA, cansados de esperar pelo Governo, avançamos com uma Anteproposta de Lei de alteração à chamada Lei do Mar, anteproposta essa que chegou a estar efetivamente na CEVERA, que levou a que o Governo Regional também apresentasse a sua Anteproposta de Lei, que, para um expediente regimental, acabou por ser essa que, tendo sido ambas aprovadas, chegou à Assembleia da República.

E acabou por ser também, na Assembleia da República, o Partido Socialista a recuar naquilo que o Parlamento dos Açores tinha aprovado, abdicando daquele que é o espaço marítimo da sua gestão para além das 200 milhas, motivo esse que levou à abstenção do Grupo Parlamentar do Bloco de

Esquerda na Assembleia da República, não compactuando com esse recuo que não podíamos acompanhar.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Isso não tem nada a ver com a CEVERA!

O Orador: Mas os trabalhos da CEVERA não se debruçaram sobre esta lei a fundo, embora o assunto (o mar) tivesse sido alvo de debate nos projetos de revisão constitucional.

Nesta Comissão, o Bloco de Esquerda assumiu, desde sempre, posições claras. Posições que se refletiram em propostas legislativas concretas e posicionamentos claros sobre os diversos caminhos que a Comissão trilhava. A 31 de dezembro de 2018, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda apresentou três iniciativas legislativas para além da alteração à Lei de Bases de Ordenamento do Espaço Marítimo, que já atrás tinha referido. Estas propostas versavam sobre uma alteração ao Estatuto Político-Administrativo, uma alteração à Lei Eleitoral, assim como um Projeto de Revisão Constitucional. Estas propostas tinham como objetivos fundamentais:

O aumento da paridade na Lei Eleitoral;

O avanço nos poderes da Região relativamente a acordos e tratados internacionais;

Uma revisão da Constituição que tivesse como objetivo o reforço da autonomia no que diz respeito ao domínio público marítimo, mas também o reforço da autonomia sem colocar em causa a interdependência de poderes na Região com a extinção do cargo de Representante da República, sendo substituído por uma entidade a criar com os mesmo poderes, mas com a legitimidade democrática;

Para além de outras matérias, como o fim da proibição de partidos regionais.

Após 1 ano de trabalho, a 3 de dezembro de 2020, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda enviou ao Presidente da Comissão uma análise ao draft que tinha sido consensualizado pela Comissão.

Assumimos a nossa posição sobre todas as propostas que estavam em cima da mesa e sobre os caminhos que seriam desenvolvidos a partir daí. Discordamos nessa carta, nessa missiva que enviamos, em vários assuntos, nomeadamente (aqueles mais relevantes) no caminho para a revisão constitucional e no caminho para a alteração à Lei Eleitoral.

Da parte do Bloco de Esquerda, estávamos, pois, prontos para debater e votar estas iniciativas, tanto aquelas que seriam as iniciativas maioritárias da Comissão, como aquelas que o Bloco de Esquerda apresentou nos assuntos em que não se revia naquele que era o caminho da Comissão.

Sobre as questões centrais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, e o Bloco de Esquerda no seu conjunto, tinha posições definidas, tendo assumido, em 2018, nos Açores, a coordenadora nacional do Bloco de Esquerda e o líder parlamentar na Assembleia da República a sua concordância com estas matérias.

Se não foi possível, nomeadamente, e se não concordaram e se não foi possível a maioria da Comissão chegar a um consenso sobre estas matérias, a revisão constitucional, a Lei Eleitoral (continuo a dizer, as mais relevantes), foi porque o Partido Socialista e o PSD não chegaram internamente a acordo sobre elas. Daí nós estarmos a debater estas matérias.

Não podemos concordar com a posição, pois, de não levar a debate e não trazer a debate as iniciativas legislativas que estavam em construção na CEVERA.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termino já, Sra. Presidente.

Esta Comissão e este Parlamento tinham este dever de trazer a debate estas iniciativas, de as debater, de as votar e de as enviar para a Assembleia da República, mesmo nós, Bloco de Esquerda, discordando de algumas delas que seriam eventualmente aprovadas. Isso seria sempre mais consequente do que não as trazer, porque mesmo que alguma ou algumas pudessem cair, a sua concretização em debate parlamentar e o seu envio para a Assembleia da República seria sempre mais consequente, mais correto e cumpriria sempre de uma forma muito mais completa aquele que era o compromisso e aquele que era o objetivo desta Comissão.

E, por isso mesmo, não podemos de forma alguma acompanhar esta decisão de não chegar e de não votar as iniciativas legislativas que estavam em discussão.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa, de momento, não tem inscrições. Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(* **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Julgo que esta Casa, a democracia e o Parlamento dos Açores devem estar satisfeitos com o trabalho que foi feito e desenvolvido pela CEVERA, ao longo dos últimos quase 3 anos.

O CDS não procurou nesta matéria andar de camisola amarela ou ter a camisola amarela ou ter um protagonismo mais do que qualquer outro. Deu o seu contributo modesto, humilde, democrático, frontal. E sempre tivemos nesta matéria uma postura de frontalidade e de lealdade para com todos os colegas e para com todos os partidos.

Poderíamos ter ido mais longe, é certo. Poderíamos já ter apresentado o relatório, é certo. Mas julgo que o fundamental é a densidade do trabalho que

foi feito, a densidade das propostas que ficam para o futuro, que são realmente relevantes para o avanço da autonomia.

É pena, efetivamente, que, por fatores diversos, não tenham sido aprovados nesta Casa, mas não tenho nenhuma dúvida da relevância do trabalho que foi feito por todos os partidos, por todos os colegas, pelo Sr. Presidente da Comissão, pelo Professor Rui Medeiros, pelo Professor Armando Mendes e por toda a gente que colaborou com grande generosidade nesta Comissão.

Infelizmente, também, não concordamos com o consenso estabelecido apenas entre três forças partidárias – o PSD, o Bloco de Esquerda e o Partido Socialista – relativamente à Lei Eleitoral.

Manifestamos, aqui, frontal e lealmente, a nossa discordância. E ainda bem que, por proposta do CDS e também do PPM, foi corrigido aquele que seria um erro grosseiro na Lei Eleitoral. No nosso entender, ou deveria ir tudo ou não ia nada. Optou, o PSD, o PS e o Bloco de Esquerda, por mandarem um apêndice da Lei Eleitoral. Lá terão as suas razões... Nós discordamos profundamente dessa matéria. E isso mudou o rumo dos consensos, porque não fomos nós que o quebramos. Embora o consenso não seja unanimismo nem unanimidade, com certeza que todos nós sabemos isso.

Mas o que se realça aqui e o que interessa realçar aqui é o trabalho de altíssima qualidade que fica para a próxima Assembleia, para quem cá estiver. Fica, com certeza, com trabalho feito para apresentar, se assim o entenderem, na Assembleia da República, na altura própria e no momento próprio.

Para terminar, apenas diria que relativamente às responsabilidades, o CDS tem as suas, não as nega. Mas terminaria dizendo: “Dai a César o que é de César.”

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado João Paulo Corvelo, tem a palavra.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero deixar aqui expresso também que não concordo quando se afirma que a Comissão não fez trabalho. Não é verdade. Houve um trabalho grande por parte desta Comissão.

Aliás, quero, desde já dizer, porque merece que diga, que respeito muito o trabalho que foi feito pelo Sr. Presidente da Comissão e que qualquer decisão e qualquer situação que existia tinha o cuidado de me telefonar e tentar falar com o PCP para que se pudesse chegar a bom porto.

No entanto, queria deixar aqui salvaguardado que por parte do PCP não existiu consenso. O PCP não concordava e não concorda com algumas coisas na Lei Eleitoral e na revisão da Constituição. Aliás, posso dar o exemplo em relação aos partidos regionais, em relação a listas de cidadãos independentes, como deixamos expresso por várias vezes ao Sr. Presidente da Comissão. E queria deixar aqui, porque nesta situação em relação à Lei Eleitoral, em termos políticos, muito mais é aquilo que nos separa do que aquilo que nos une.

De qualquer maneira, queria deixar aqui bem expresso que por parte do PCP não existiu consenso, não poderia existir, porque em termos políticos não havia possibilidade de existir esses consensos porque somos contra algumas coisas. E já dei o exemplo claro em relação à Lei Eleitoral, em relação aos partidos regionais, em relação à lista de cidadãos independentes.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Francisco Coelho e Presidente da CEVERA, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho** (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Escutamos a reforma da autonomia, como estamos a fazer, com entusiasmo, com intensidade, como se não houvesse amanhã, mas também com a serenidade e com o sentido institucional que temos que ter, como se o concreto amanhã que aí vem não fosse um amanhã eleitoral.

Resistamos à pequena tentação de picardia e de salgar o dissenso, como continuamos a resistir, em coerência, aliás, com o bom trabalho que realizamos, sereno, discreto, de boa-fé e com móbil construtivo, com consenso e com resultados.

Desde o último relatório intercalar, aqui tempestivamente apresentado, realizamos, ao nível da SUBCEVERA, 24 reuniões. Antes, já tinha ocorrido, desta SUBCEVERA, 3.

Trabalhamos com abertura de espírito e honestidade intelectual. Consensualizamos muitas soluções inovadoras e provindas do nosso alvedrio político, mas com a credibilidade e autoridade científicas dos consultores que tecnicamente nos coadjuvaram.

Há trabalho feito. Merecíamos, porventura, que ele ficasse já. Porém, bem sabemos todos que o aperfeiçoamento da autonomia é um processo em contínuo, sempre inacabado. E, por isso mesmo, entendemos, serenamente, de não avançar mais nesta fase, porque não há tempo útil para a longa negociação política que necessariamente lhe seguirá em Lisboa, porque há razões procedimentais e de respeito pela vontade popular que exigem que demos mais algum tempo a esta instituição, que será, brevemente, democraticamente, relegitimada. E só isso nos dará esperança e viabilidade bastantes para alcançarmos o sucesso que efetivamente pretendemos e ansiamos.

Alguns mesmo e alguns outros pegarão inevitavelmente no fruto deste trabalho e pegarão na tarefa que deixamos em progresso. Não é inédito e tem precedentes entre nós. E, mais uma vez, os princípios serão mais importantes que os fulanos. E o aprofundamento da autonomia prevalecerá sobre qualquer eventual protagonismo dos sicranos. E a autonomia há de mesmo aprofundar-se, servindo cada vez melhor os açorianos – sua razão primeira, única e última.

Como Presidente desta Comissão quero agradecer a todos a disponibilidade, o espírito aberto, construtivo e institucional com que, no decorrer dos seus trabalhos, abraçaram esta tarefa.

Lembrar os trabalhos competentes dos Srs. Relator e Secretário, que, aliás, estão à vista e a exame, o contributo de excelência e a disponibilidade dos nossos consultores, bem como a eficiência do apoio parlamentar.

Digo-lhes do nosso passado próximo e longínquo, este Parlamento prosseguirá incansavelmente a sua tradição de inovação institucional e de aprofundamento da autonomia.

Por isso, Sras. e Srs. Deputados, até já e até sempre.

Disse.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

E permita também que lhe agradeça, em nome da Mesa, pelo trabalho desenvolvido na qualidade de Presidente da CEVERA e assim também cumprimentar todos os Deputados que integraram essa tão importante Comissão.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não vou fulanizar a minha intervenção, não vou fazer nenhuma referência, porque nenhum dos colegas que eu pudesse visar, dos Srs. Deputados, me pode responder, uma vez que cada um de nós só tem uma única intervenção. Por isso, eu vou fazer uma intervenção de carácter genérico, atribuindo responsabilidades, obviamente, e fazendo referências àquela que é a responsabilidade dos partidos que conduziram este processo. Quero começar por referenciar, vou utilizar mesmo uma expressão forte: isto foi uma grande barraca! Ou seja, que a Comissão CEVERA não tenha conseguido concluir, ao fim de 4 anos, a sua tarefa.

Contratamos um dos melhores constitucionalistas portugueses, tivemos uma assessoria de altíssima qualidade, tivemos a oportunidade e o tempo para resolver e concluir este processo de revisão. E da parte do PPM, eu empenhei-me ao máximo nesta questão porque eu acho que é fundamental. Há muito que defendo a lista de cidadãos independentes, a possibilidade de cidadãos independentes se poderem candidatar ao Parlamento dos Açores. Aliás, o Governo Regional e o Partido Socialista tinham um compromisso eleitoral com os eleitores açorianos, estava no programa eleitoral do Partido Socialista e estava também, veja-se bem, no programa do Governo, e o Partido Socialista chega à Comissão e diz que a matéria não está decidida. Era bom que tivessem avisado os eleitores antes de meter essa matéria no programa eleitoral 4 anos antes, porque há muita gente que terá votado com esse compromisso do Partido Socialista e do Governo Regional de criar a possibilidade de cidadãos independentes se poderem candidatar. E esta foi uma matéria que o Partido Socialista arrastou, arrastou, dizendo que não tinha e não estava consensualizada dentro do partido. Eu penso que isto é

uma imoralidade do ponto de vista da atividade política. Há um compromisso, é para cumprir!

A seguir é preciso referenciar que noutras questões como as listas abertas, a eliminação do Representante da República, a criação dos partidos regionais, o PPM apresentou a primeira proposta, que já foi alguma vez apresentada no Parlamento dos Açores, para abolir a proibição de partidos regionais, obviamente, iniciando o processo constitucional e dando a nossa posição sobre esta matéria do ponto de vista do debate constitucional. O PPM apresentou esta matéria. E o que é que disse o Partido Socialista na altura? Que resolveríamos ao longo da legislatura o problema e, portanto, votou contra a criação de partidos regionais porque mais tarde iria aprovar uma proposta nesse sentido. Ora, o que se verificou é que, mais uma vez, aqui, os eleitores foram enganados. A verdade é que o Partido Socialista votou contra a única iniciativa que aqui foi apresentada nesse sentido.

A mesma coisa em relação a muitas e muitas outras matérias em que era essencial reforçar as competências da Região e em que o Partido Socialista e também o PSD, com as suas posições, com o facto de não terem permitido que estes diplomas fossem aqui discutidos no Parlamento dos Açores, inviabilizaram um trabalho enorme que foi feito. E assumo que esta pode ser uma interpretação que o PS e PSD podem discordar e é de carácter subjetivo, mas eu não tenho nenhuma dúvida que o Partido Socialista e o PSD, os dois partidos inviabilizaram que a discussão aqui fosse feita neste Parlamento, porque têm medo da posição centralista das suas lideranças nacionais. Não tenho nenhuma dúvida que os senhores tiveram medo de Lisboa! E tiveram medo, os senhores, que muitas vezes vestem a farda de campeões da autonomia. Quando chega ao momento crucial, os senhores, nesta matéria, acobardaram-se. A verdade é essa, ou seja, os senhores tiveram medo da

liderança, do que é que diriam os líderes nacionais dos vossos respetivos partidos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: E, portanto, se o trabalho da CEVERA, se os projetos da CEVERA aqui não são apresentados, deve-se exclusivamente ao Partido Socialista e ao PSD que inviabilizaram que os mesmos fossem discutidos e votados no Plenário do Parlamento dos Açores. Esta é que é a verdade! Esta é que é a verdade cristalina!

E devo dizer também que, ao longo dos últimos 8 anos (é incrível como é que isto não é referido pela nossa comunicação social), o Presidente do Governo assumiu, nos diversos discursos que realizou no Dia da Região, uma série de compromissos em relação à mudança da Lei Eleitoral, com as listas abertas. Fez referência explícita com a referência à possibilidade de serem criadas listas de independentes. Fez também referência explícita por diversas vezes a esta matéria. Até de criação de governos de ilha. Fez referência explícita a esta matéria. E tantas e tantas outras matérias. O combate à abstenção, há pouco tempo, em que seria criado nas escolas um programa para combater a abstenção. Nada! É que é um zero absoluto!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: O Presidente do Governo, Vasco Cordeiro (e termino, Sra. Presidente), assumiu compromissos com os açorianos, anunciou todos os anos no Dia da Região reformas ambiciosas e não concretizou uma única! Uma única destas reformas! Nenhuma! E ninguém diz nada! Ninguém tem a preocupação de escrutinar isto e dizer: mas o senhor anunciou isto, isto, isto e aquilo e não fez nada disso! Eu penso dizer-lhe isso no próximo debate eleitoral que tiver, no frente a frente que tiver com o Sr. Presidente do PS/Açores. Alguém tem que escrutinar e tem que lhe perguntar: mas o senhor porque é que promete coisas que não faz? Não fez nada daquilo que prometeu

ao longo dos últimos 8 anos! Não fez sequer aquilo que assumiu do ponto de vista do programa do Governo e do programa do Partido Socialista.

Deputado João Vasco Costa (PS): Já acabou o seu tempo!

O Orador: Não acabou... Ah, já acabou, Sra. Presidente. Vou já terminar. O facto de V. Exa. estar ansioso que eu termine a minha intervenção...

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado!

O Orador: ... demonstra bem e dá-me vontade de continuar, mas vou terminar, evidentemente que temos o tempo regimental.

Sra. Presidente, termino apenas com esta última referência, dizendo que esta é uma grande oportunidade perdida. Eu, na minha perspetiva, na perspetiva do PPM, considero que isto é absolutamente inadmissível, tendo em conta as despesas que foram efetuadas, tendo em conta os compromissos que existiam nos programas eleitorais dos partidos. E o tempo? 4 anos sem conseguir produzir uma reforma!

E, portanto, na minha perspetiva, há uma responsabilidade grave do PSD e do PS nesta matéria.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não há mais inscrições. Fica então encerrado este ponto da nossa agenda.

Vamos avançar com os nossos trabalhos. Passamos agora para o ponto 15:

Apresentação do Relatório do Grupo de Trabalho para a Avaliação e Acompanhamento do Processo de Reabilitação de Infraestruturas Danificadas pela Passagem do Furacão Lorenzo pelos Açores.

Os tempos são os mesmos.

Tem a palavra a Sra. Relatora do Grupo de Trabalho, a Sra. Deputada Mónica Rocha.

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores resolveu, nos termos regimentais aplicáveis e ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 44.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, constituir, no âmbito da Comissão Permanente de Economia, um Grupo de Trabalho para efeitos de avaliação e acompanhamento do processo de reabilitação de infraestruturas danificadas pela passagem do Furacão Lorenzo pelos Açores, com especial incidência no acompanhamento do processo de abastecimento de bens e mercadorias às ilhas do Grupo Ocidental.

No âmbito da Resolução n.º 1/2020, aprovada pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Horta, a 13 de dezembro de 2019, e publicada no Diário da República 1ª Série, n.º 11, de 16 de janeiro de 2020, foi constituído a 20 de janeiro de 2020, no âmbito da Comissão Permanente de Economia, no qual integraram 8 Deputados. Teve como Coordenador o Deputado do PS André Rodrigues, como Relatora a Deputada do PS Mónica Rocha, sendo ainda constituído pelos Deputados: Mário Tomé, do PS; Luís Garcia e António Vasco Viveiros, do PSD; Alonso Miguel, do CDS; António Lima, do Bloco de Esquerda; e Paulo Estêvão, do PPM, sem direito a voto. Participaram ainda os Deputados: Iasalde Nunes, Tiago Branco e Marta Matos, do PS; Bruno Belo, Carlos Ferreira, Luís Rendeiros, Jorge Jorge, Marco Costa e Joaquim Machado, do PSD; e Paulo Mendes, do Bloco de Esquerda.

Os pressupostos para a constituição deste Grupo de Trabalho foram:

A passagem do Furacão Lorenzo pelos Açores, no passado dia 2 de outubro, que provocou um enorme rasto de destruição em várias ilhas do arquipélago dos Açores, com consideráveis impactos a nível económico e social;

Os prejuízos estimados na ordem dos 330 milhões de euros, resultantes de danos verificados em infraestruturas portuárias e de apoio à atividade

portuária, na rede viária e outros equipamentos públicos, na habitação, nas pescas, na agricultura e no setor empresarial privado;

A brutal dimensão dos prejuízos causados pelo Furacão Lorenzo e, principalmente, o facto de este ter deixado um rasto de destruição em várias ilhas dos Açores;

Que a ilha das Flores foi afetada com maior gravidade pela passagem do Furacão Lorenzo, tendo em conta especialmente a destruição quase total do porto das Lajes das Flores, estimando-se que o prejuízo registado possa rondar os 190 milhões de euros;

Que a destruição do porto das Lajes das Flores implica limitações e graves constrangimentos em termos das operações de abastecimento de bens e mercadorias às ilhas das Flores e do Corvo;

Que, de igual modo, se impõe restabelecer a normalidade preexistente ao Furacão Lorenzo nas múltiplas áreas atingidas e, por conseguinte, danificadas por este;

Que urge garantir que os processos inerentes às obras de recuperação e demais procedimentos indispensáveis à regularização do funcionamento da economia regional decorram da forma mais célere possível e que respeitem integralmente os legítimos anseios das populações açorianas afetadas pela passagem do Furacão Lorenzo.

Nesse sentido, sem prejuízo da pronta e eficaz atuação do Governo Regional e da Proteção Civil, bem como da disponibilidade demonstrada por parte do Governo da República para participação financeira dos prejuízos verificados, importava acompanhar de forma próxima a implementação de soluções para o esforço de reconstrução e que correspondam às necessidades das populações e das empresas das várias ilhas afetadas.

O Grupo de Trabalho deliberou realizar audições presenciais, que foram efetuadas com recurso a videoconferência, numa adaptação dos trabalhos à

nova realidade decorrente da pandemia da COVID-19, com Associações ou Entidades da Sociedade Civil, com Membros dos Governo e com Presidentes dos Municípios afetados pelo Furacão Lorenzo, nomeadamente:

O Presidente da Câmara de Comércio e Indústria da Horta; a Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas; o Presidente da Câmara Municipal da Madalena do Pico; o Presidente da Câmara Municipal de São Roque do Pico; o Presidente da Câmara Municipal das Lajes das Flores; o Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores; o Presidente da Câmara Municipal da Horta; o Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo; o Presidente da Câmara Municipal das Velas; o Presidente da Câmara Municipal das Lajes do Pico; o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas; a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social; o Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia.

O Grupo de Trabalho deliberou ainda visitar as ilhas e os municípios mais afetados pela passagem do Furacão Lorenzo, de forma a permitir percorrer os principais locais com necessidade de intervenção, reunir com as entidades da sociedade civil e visitar os setores económicos mais afetados.

Devido à pandemia da COVID-19, o Grupo de Trabalho esteve um período de tempo impedido de se deslocar aos locais afetados e realizar a agenda de trabalho que estava inicialmente definida, tendo o Grupo de Trabalho reformulado a sua agenda, adaptando os seus trabalhos a esta nova realidade, visitando os locais mais afetados após terem sido reabertas novamente as ligações e a mobilidade interna na Região Autónoma dos Açores, dando prioridade às ilhas do Corvo, das Flores, do Faial e do Pico.

Assim, visitou e reuniu-se na ilha do Corvo com o setor do comércio, da construção civil e restauração, com a Associação Agrícola do Corvo, com a Associação de Pescadores da Ilha do Corvo, com a Santa Casa da

Misericórdia da Vila do Corvo, com o Presidente da Câmara Municipal da Vila do Corvo.

Na ilha do Pico realizaram-se visitas aos locais afetados pela passagem do furacão ao longo de toda a costa sul, da responsabilidade do Município das Lajes do Pico, da Madalena e do Governo Regional dos Açores.

Na ilha do Faial realizaram-se visitas aos locais afetados pela passagem do furacão ao longo de toda a costa sul, da responsabilidade do Município da Horta e do Governo Regional dos Açores.

Na ilha das Flores visitou-se o Porto das Poças, visitou-se o Porto das Lajes das Flores, visitou-se e reuniu-se com o setor empresarial das Flores, reuniu-se com a Associação dos Pescadores Florentinos, reuniu-se com a Associação Agrícola da Ilha das Flores, reuniu-se com a Sra. Alexandra Carneiro, representante dos empresários da Ilha das Flores.

O presente relatório, no capítulo de análise e reflexão do objeto do Grupo de Trabalho, divide-se em quatro subcapítulos que versam sobre:

Processo de preparação e ação decorrente da passagem do Furacão Lorenzo;

Levantamento dos prejuízos provocados pelo Furacão Lorenzo;

Planeamento e Programação das respostas aos prejuízos provocados pelo Furacão Lorenzo;

E, por último, o Abastecimento das ilhas das Flores e do Corvo.

De toda a análise e reflexão conclui-se que:

Mediante a previsão da passagem do Furacão Lorenzo pela Região Autónoma dos Açores, o Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) e o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores (SRPCBA), produziu diversos comunicados, avisos e alertas meteorológicos. E destes foram emanadas informações e orientações que se mostraram fundamentais para a preparação e prevenção das entidades públicas, e para a necessidade

de alertar e sensibilizar a população para as devidas medidas de autoproteção;

Face à previsão e evolução do grau de gravidade do fenómeno Furacão Lorenzo, o Governo Regional dos Açores assegurou e implementou um conjunto de medidas que pretendiam salvaguardar a segurança da população das nove ilhas do arquipélago. O Governo reforçou os meios de segurança, de proteção civil e de saúde, e preventivamente encerrou serviços públicos e troços de estradas junto ao mar;

As medidas implementadas de preparação e autoproteção, a comunicação e a coordenação entre os serviços de Proteção Civil Municipal e Regional e os diferentes departamentos do Governo Regional dos Açores, foram determinantes para uma rápida e eficaz resposta às ocorrências, durante a passagem do furacão;

Após a passagem do Furacão Lorenzo as diferentes entidades envolvidas foram rápidas e eficazes nas ações de limpeza;

Face à dimensão dos estragos das diversas ilhas e urgência de inventariação e levantamento dos mesmos, foi feito um trabalho num curto espaço de tempo, por parte de todos os departamentos governamentais e municípios afetados, apurando um valor total de 313.327.686,07 euros, ao qual acresce o IVA nas infraestruturas portuárias;

O Porto das Lajes das Flores foi a infraestrutura mais danificada, evidenciando danos estruturais profundos, que exigiram uma necessária ação orientada para a desobstrução e limpeza imediata do porto e seus acessos, por forma a assegurar o abastecimento de bens essenciais à população do Grupo Ocidental;

A declaração de situação de crise energética por parte do Governo Regional dos Açores foi fundamental para garantir uma gestão racional dos recursos

de combustíveis existentes e garantir o funcionamento dos serviços essenciais;

Após 15 dias da passagem do Furacão Lorenzo, o Governo Regional dos Açores conseguiu apresentar o levantamento dos prejuízos, aprovar um conjunto de apoios de forma a minimizar os impactos da passagem do furacão no setor empresarial, da agricultura, da habitação e das pescas, e ainda garantir a operacionalidade do Porto das Lajes das Flores para embarcações do tráfego local regional;

A ação do Governo Regional dos Açores ao decretar a situação de Calamidade Pública Regional, ao solicitar a solidariedade do Estado para com a Região e a candidatura ao Fundo de Solidariedade da União Europeia permitiram garantir meios financeiros para o processo de reconstrução após o Furacão Lorenzo;

O Governo da República demonstrou solidariedade para com a Região Autónoma dos Açores, ao assumir 85% do valor total dos prejuízos, transferindo, ainda em 2019, 20 milhões de euros, prevendo transferir mais 20 milhões de euros em 2020 ao criar condições excecionais de contratação pública, de forma a agilizar os procedimentos, e ao submeter uma candidatura ao Fundo de Solidariedade da União Europeia;

O apoio criado para os empresários dos Açores com prejuízos nas suas instalações, mercadorias e equipamentos, bem como para as empresas das Flores e do Corvo, que tiveram variação de resultados líquidos, em resultado dos constrangimentos ocorridos no abastecimento do Grupo Ocidental, tem o valor neste momento superior a 587 mil euros, estando pagas todas as candidaturas concluídas;

À data da audição do Secretário Regional da Agricultura e Florestas encontravam-se executados 466 mil euros de apoios ao setor agrícola, que correspondiam a 323 mil euros de apoio às perdas de culturas e

infraestruturas, 70 mil euros de apoio à alimentação dos animais e 73 mil euros de apoio aos agricultores com dificuldades de escoamentos dos animais das Flores e do Corvo;

Na área da habitação estão previstos 331 mil euros de investimento público no apoio às famílias afetadas, sendo 224 mil euros da responsabilidade da Direção Regional da Habitação (com execução de acordo com a entrega de comprovativo dos investimentos por parte das famílias) e 107 mil euros da responsabilidade do ISSA (100% executados);

No setor das pescas regista-se a execução de quase 40 mil euros, divididos em 22 mil euros de apoio a armadores com prejuízos, 4 mil euros em pagamentos a pescadores que ficaram impedidos de exercer a profissão, e 13 mil euros na reparação de danos nas casas de aprestos;

O Governo isentou as taxas portuárias por forma a mitigar os impactos sobre a economia da ilha das Flores;

O Governo Regional dos Açores propôs a revisão do Plano e Orçamento para o ano de 2020, tendo sido aprovada por unanimidade na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, garantindo a manutenção de todos os investimentos anteriormente previstos e reforçando o Plano de Investimentos com os novos investimentos decorrentes da passagem do furacão. Na mesma revisão garantiu a possibilidade de apoiar os Municípios em 85% do valor dos investimentos e a possibilidade de apoio às empresas regionais de tráfego local a fundo perdido;

A quase totalidade dos investimentos é da responsabilidade da Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas, com 93,7% da totalidade do valor apresentado referente, na sua maioria, a obras em infraestruturas portuárias. A segunda entidade é a Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, com 3,7% divididos entre infraestruturas de apoio às pescas e zonas de proteção costeira;

Os principais investimentos, de maior valor, dimensão e complexidade terão impacto financeiro em vários anos civis;

No apoio aos Municípios, o Governo Regional dos Açores procurou garantir a não duplicação de investimentos referenciados no levantamento inicial, contratualizando uma entidade independente para a verificação dos trabalhos e investimentos a serem executados pelos Municípios;

O Governo Regional assinou contratos ARAAL com os Municípios afetados, num total de 3,25 milhões de investimento do Governo dos Açores, e de 570 mil euros dos Municípios;

O Município que apresentou maior prejuízo foi o de Angra do Heroísmo, num total de 1,6 milhões de euros, seguido do Município das Lajes do Pico, com 935 mil euros, e do Município da Horta, com 800 mil euros;

Algumas estimativas de prejuízos e de investimentos inumeradas nos documentos entregues ao Grupo de Trabalho encontram-se abaixo do valor das empreitadas adjudicadas e outras encontram-se acima do valor das mesmas;

As intervenções de menor valor e, por conseguinte, menor complexidade técnica encontram-se executadas ou em execução, e as de maior complexidade encontram-se em fase de adjudicação de empreitada ou em fase de projeto de execução;

Cerca de 65% das intervenções previstas encontram-se executadas ou em execução, 11% em fase de concurso e 20% em fase de elaboração de projeto;

A impossibilidade de circulação por via da pandemia COVID 19 influenciou alguns dos procedimentos e projetos necessários para o avanço de algumas empreitadas, com a impossibilidade de circulação das equipas para realização de levantamentos;

Os estragos causados no porto das Lajes das Flores exigiram uma readaptação dos recursos e da logística associada ao modelo de transportes nas ilhas das Flores e do Corvo;

A 9 de outubro, e por edital do Capitão do Porto, foi autorizada a reabertura do porto das Lajes para navios com dimensão de 60 metros de comprimento e 4 metros de calado. Esta alteração exigiu recorrer a navios do tráfego local regional, nomeadamente à Empresa de Transportes Marítimos Graciosenses; O abastecimento da ilha das Flores, durante os meses de recurso aos TMG e até à contratação do “Malena”, foram referenciados nas visitas do grupo de trabalho constrangimentos no que concerne à comunicação entre empresários, transitários e armador, dificuldades de identificação de carga, mau acondicionamento e falta de manifesto;

Os empresários agrícolas também sofreram prejuízos por impossibilidade de transporte de gado para exportação e por impossibilidade de importação de alimento, sendo que após a contratação do navio “Malena”, a situação ficou regularizada;

Afigurou-se muito importante o esforço conjunto entre as entidades responsáveis, os empresários e o Fundo de Coesão na comunicação de dificuldades, bem como na construção de novas soluções e aprimorar as existentes, a bem de uma normalização dos procedimentos;

A criação do Grupo de Trabalho constituído pela Direção Regional de Transportes, Fundo de Coesão e Direção Regional de Apoio ao Investimento e Competitividade foi importante no acompanhamento dos impactos e comportamentos do modelo de transporte implementado;

O Governo recorreu a todos os meios disponíveis, como a Força Aérea, a Marinha e a SATA, para a realização de viagens complementares, de modo a minimizar e colmatar as dificuldades de transporte por parte das

empresas de tráfego local, resultantes de más condições atmosféricas e de mar;

Os trabalhos contínuos de limpeza do Porto das Lajes das Flores da competência da Empresa Portos dos Açores, permitiu novo edital do Capitão do Porto, alterando as condições de operacionalidade do porto para navios com 90 metros e calado de 5 metros;

A contratação do navio “Malena” regularizou o transporte de mercadorias de e para a ilha das Flores, aumentando a fiabilidade, a previsibilidade e a capacidade de carga;

O Governo Regional, ao recorrer a empresa marítimo-turística, garantiu o transporte marítimo de passageiros enquanto a lancha “Ariel” continuar inoperacional;

O abastecimento da ilha do Corvo, por via da alteração da sua base para a ilha do Faial, apresentou durante o período de inverno irregularidade, decorrente do maior número de milhas a navegar, que exigem maior número de horas de bom tempo para a sua realização;

Sem prejuízo de terem sido encontradas soluções para garantir o abastecimento de mercadorias e bens essenciais à ilha do Corvo, nomeadamente por via aérea, não foi ainda possível encontrar uma solução que permita normalizar o abastecimento por via marítima, especialmente no que se refere ao período de inverno. Será, por isso, essencial que se consiga a substituição do atual navio ou que se recorra/subcontrate outros navios durante o período de inverno, providenciando mais regularidade e fiabilidade ao modelo e à economia da ilha do Corvo;

A criação de um sistema de incentivos ao tráfego local regional pode potenciar a modernização e melhoria das condições dos armadores para a realização das suas operações, essencialmente por via da aquisição de navios com melhores condições;

A criação deste Grupo de Trabalho, na medida do seu objeto e ação, foi elementar por permitir analisar, acompanhar e avaliar as respostas e ações do Governo Regional perante os efeitos e danos provocados a diferentes níveis na Região dos Açores;

Da análise de toda a informação fornecida pelo Governo, foi possível fazer um balanço dos procedimentos de reabilitação e das suas diferentes fases de execução;

Por último, conclui-se que os objetivos que sustentam este Grupo de Trabalho, como é o acompanhamento e avaliação dos impactos e consequências diretas e indiretas da passagem do Furacão Lorenzo, devem-se consubstanciar na prossecução do Grupo de Trabalho na próxima legislatura.

Este Grupo de Trabalho findou a sua ação em reunião realizada no passado dia 1 de setembro, onde aprovou, por maioria, o presente relatório, com os votos favoráveis do PS, do Bloco de Esquerda, a abstenção do CDS-PP e o voto contra do PSD.

Disse.

(Relatório Final do Grupo de Trabalho para a Avaliação e Acompanhamento do Processo de Reabilitação de Infraestruturas Danificadas pela Passagem do Furacão Lorenzo pelos Açores)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa já tem uma inscrição. Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

A dimensão dos acontecimentos e as suas consequências exigiram uma grande união das pessoas e da generalidade dos agentes políticos,

económicos e sociais, com vista a atenuar os efeitos imediatos daquela tempestade e a encontrar soluções para a reposição da vida das comunidades mais afetadas e para a reparação das infraestruturas danificadas.

O PSD deu o exemplo. Desde logo, o seu Presidente, invocando os superiores interesses das pessoas, anunciou a disponibilidade do partido para votar favoravelmente a revisão do Plano e do Orçamento da Região com um reforço de verbas para a reparação dos prejuízos causados pela passagem do furacão.

Paralelamente, o Grupo Parlamentar do PSD apresentou nesta Casa um plano de apoio à economia da ilha das Flores e recomendou ao Governo:

A suspensão de todas as taxas portuárias no Grupo Ocidental, bem como as despesas de movimentação de cargas nos portos da Região relativas às mercadorias com destino às ilhas das Flores e Corvo;

A disponibilidade de um seguro que cubra os riscos de transporte de bens, em especial os perecíveis, entre o Porto da Praia da Vitória e o Porto das Lajes das Flores;

O Governo reconheceu que o PSD tinha razão e introduziu no Orçamento normas que materializavam estas recomendações;

O PSD recomendou ainda a isenção total, de forma transitória, do pagamento de contribuições para a Segurança Social por parte das empresas e trabalhadores independentes sedeados nas ilhas das Flores e Corvo;

A 11 de novembro de 2019, o PSD propôs que fosse criado um gabinete – com efetivo poder de decisão – na dependência do Presidente do Governo Regional, que tivesse como objetivo principal toda a coordenação logística do abastecimento à ilha das Flores;

Tudo isso é omitido nesse relatório.

Além disso e considerando ser da maior relevância que a Assembleia Regional acompanhasse todo o processo e contribuísse, no exercício das suas

competências, para que as pessoas e as empresas afetadas, de forma direta ou indireta, vissem os seus problemas resolvidos e as situações reparadas, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propôs a criação de uma Comissão Eventual para acompanhamento e fiscalização de todo o processo.

Este não foi o entendimento maioritário do Parlamento dos Açores, que optou pela criação de um Grupo de Trabalho no âmbito da Comissão de Economia.

Apesar de outro caminho preconizado, o Grupo Parlamentar do PSD, responsabilmente, votou favoravelmente a criação deste Grupo de Trabalho, participou ativamente nos seus trabalhos e considera que, tendo em conta os constrangimentos que vivemos durante a sua vigência, ele realizou um trabalho meritório que, infelizmente e estranhamente, o relatório apresentado pelo Partido Socialista não reflete.

Por orientação partidária, o Partido Socialista optou por elaborar e apresentar um relatório das atividades do Governo Regional ao longo de todo o processo, em vez de relatar, como seria normal, os trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho. Ora isso contraria o espírito e os objetivos que presidiram à criação deste Grupo de Trabalho.

Foi a ação do Governo que determinou a elaboração deste relatório e não, como devia ser, os trabalhos desenvolvidos por este Grupo. Para termos um relatório desta natureza bastaria que a Assembleia tivesse solicitado ao Governo um relatório circunstanciado da sua ação em todo este processo. Mas na verdade não foi isso que este Parlamento aprovou.

Não podemos é aceitar um relatório que se cinge a fazer uma descrição – em muitos domínios seletiva – da atividade do Governo omitindo a atuação dos próprios Deputados que participaram ativamente nos trabalhos e os relatos das pessoas e das instituições ouvidas. É um relatório sem contraditório que

demonstra de forma inequívoca a imagem que este Partido Socialista tem da democracia nos Açores.

Neste processo ocorreram, naturalmente, problemas e constrangimentos graves que foram do conhecimento do Grupo de Trabalho e que foram omitidos nesse relatório. Desde logo, os problemas que existiram no abastecimento às ilhas das Flores e do Corvo que deveriam ter sido salientados na sua plenitude e alvo de reflexão e recomendação no sentido de prevenir situações futuras.

Este relatório também omite as solicitações de documentos ao Governo que nunca foram satisfeitas.

No passado dia 17 de fevereiro, o Grupo Parlamentar do PSD solicitou que fossem enviados “os relatórios dos levantamentos feitos pelo Governo nas diversas ilhas, cujo valor global atinge 330 milhões de euros”. Passados 12 dias da passagem do furacão Lorenzo, o Presidente do Governo anunciou esses levantamentos e este valor de estragos. Ora, se tudo isso estava apurado passados 12 dias, porque isso não foi fornecido ao Grupo de Trabalho?

Exemplo disso foi o facto do Presidente do Governo Regional, quando anunciou o valor dos prejuízos inventariados em infraestruturas portuárias e de apoio portuário em relação por exemplo ao Porto das Poças, esses prejuízos seriam de 30 milhões de euros. Ora, afinal, o adicional ao contrato para a conclusão da obra é de apenas 1 milhão e 880 mil euros.

Não existe qualquer referência aos documentos entregues durante as audições...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... (já termino, Sra. Presidente) como é o caso da Associação Agrícola, bem como às declarações proferidas durante a audição.

Sra. Presidente, eu entregarei, no final da minha intervenção, o documento entregue ao Grupo de Trabalho pela Associação Agrícola.

Deputado Carlos Silva (PS): Afinal foi entregue!

O Orador: Não existe qualquer referência às declarações, quer da representante dos empresários, quer dos empresários em geral, no que diz respeito a toda a desorganização logística. Não consta qualquer referência às viagens programadas que nunca foram feitas quando o estado do mar o permitia, sem se dar qualquer explicação. Não existe qualquer referência ao facto de ter sido criada a expectativa de um segundo navio efetuar viagens para o Grupo Ocidental, o qual nunca aconteceu. Não consta qualquer referência ao facto do abastecimento a ilha do Corvo em pleno período de verão não estar a ocorrer de forma regular e com a previsibilidade necessária. Quem lê este relatório corre o risco de não perceber que constrangimentos tiveram os empresários das Flores. Quem lê este relatório não entende o porquê de a Associação Agrícola ter efetuado um levantamento dos prejuízos com os sobrecustos de alimentação aos agricultores de 1,5 euros por dia e por animal pelos atrasos na exportação, e o Governo entender que esses mesmos prejuízos eram apenas de 90 cêntimos.

Para cumprimos bem o nosso dever de fiscalização seria, imperioso e determinante conhecermos os relatórios dos levantamentos dos estragos de cada infraestrutura para conhecermos os fundamentos dos valores estimados para a sua recuperação que foram apresentados pelo executivo e até a inclusão de algumas intervenções. O Governo escondeu essa informação do Grupo do Trabalho e desta Assembleia. Será isto sinal de transparência?

As nossas discordâncias deste relatório não se fundamentam em questões de pormenor, mas na sua forma e, sobretudo, nas suas graves omissões.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Soubemos, ontem, que aquilo que era uma ajuda da República destinada a recuperação dos estragos do furacão Lorenzo, afinal não é. Na verdade, o Governo dos Açores vai utilizar 198 milhões de euros de fundos europeus

para fazer face aos estragos, libertando a República desse compromisso e com prejuízo para os Açores, quando esse valor deveria estar disponível para fazer face a outras situações.

Em vésperas de eleições esconde-se a informação.

Em vésperas de eleições esconde-se a verdade e isto é uma fraude política.

Deputado Carlos Silva (PS): É exatamente ao contrário!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Em suma, o Partido Socialista elaborou um relatório partidário e parcial que, para além de não respeitar o trabalho desenvolvido pelo Grupo de Trabalho, não dignifica o primeiro órgão da nossa autonomia e não serve a democracia.

O Presidente do PSD/Açores, aquando do anúncio do sentido de voto do partido à proposta de alteração do Plano e Orçamento, afirmou que “o povo não compreenderia se não nos uníssemos em torno da necessidade de resolver os problemas das populações e ilhas afetadas”.

Ora, se o Partido Socialista tivesse colocado o interesse das pessoas, das empresas e das ilhas afetadas em primeiro lugar e tivesse elaborado um relatório que descrevesse de forma objetiva e factual o trabalho deste Grupo, facilmente teria conseguido a aprovação unânime desse documento.

O Partido Socialista não quis. A força das orientações partidárias foi maior do que o desejo de consensualizar um relatório que dignificasse o trabalho desenvolvido e este Parlamento.

Deputado Francisco César (PS): Isso não é verdade!

O Orador: Para ajudar a resolver os problemas das pessoas, o PSD esteve e está sempre disponível, mas não podemos aprovar um relatório que tem apenas o propósito de constituir mais um exercício partidário em tempo eleitoral.

Disse.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

A passagem do Furacão Lorenzo pelos Açores, na madrugada do passado dia 2 de outubro, deixou um enorme rasto de destruição em várias ilhas do arquipélago e provocou avultados prejuízos financeiros e materiais.

Atendendo à gravidade dos impactos causados, o Grupo Parlamentar do CDS-PP/Açores entendeu que o Parlamento Regional teria a obrigação e a responsabilidade de acompanhar de forma muito próxima a implementação das soluções necessárias ao esforço de reconstrução e de reabilitação das infraestruturas fustigadas por aquela intempérie, com especial incidência nas ilhas mais afetadas, bem como de acompanhar o processo de normalização do abastecimento de bens e mercadorias às ilhas do Grupo Ocidental.

Foi nesse contexto que o CDS-PP propôs a criação de um grupo de trabalho, no âmbito da Comissão de Economia, que pudesse garantir o acompanhamento do processo por parte do principal órgão da autonomia e que representasse uma mais-valia em termos de proximidade e de contacto com a realidade local enquanto durassem as operações de recuperação dos danos verificados, até estar reestabelecida a normalidade no abastecimento de bens e serviços a todas as ilhas e até estar regularizado o funcionamento da economia regional, assegurando a maior celeridade e a eficiência possíveis.

Lamento que a Sra. Relatora do relatório não tenha feito referência que esta foi uma proposta do CDS-PP, subscrita pelo Partido Socialista, mas aproveito para fazê-lo agora. Em boa hora o CDS apresentou esta iniciativa. Consideramos que o Grupo de Trabalho do Furacão Lorenzo realizou um trabalho exaustivo e muito meritório, sobretudo tendo em conta o contexto de pandemia em que o mesmo foi desenvolvido. Aproveito, por isso, para saudar todos os partidos e todas as Sras. e Srs. Deputados que integraram este Grupo de trabalho, pelo empenho, pelo espírito de compromisso e de missão, saudando ainda a condução dos trabalhos promovida pelo seu Coordenador, o Sr. Deputado André Rodrigues.

Foram muitas as diligências e os contactos efetuados no âmbito dos trabalhos realizados e durante as deslocações às ilhas do Corvo, Flores, Faial e Pico, que nos permitiram ouvir as populações e as forças vivas das diferentes ilhas, efetuar um diagnóstico rigoroso da situação existente e fazer um ponto de situação em relação às operações de reabilitação das infraestruturas danificadas, bem como avaliar o processo de atribuição de apoios às famílias e empresas que foram afetadas pela passagem do Furacão Lorenzo.

No que à ação governativa diz respeito, no período pós-furacão, as conclusões a que chegamos são muito distintas:

Por um lado, pelas diligências efetuadas e pelas informações recolhidas, no que se refere à componente da atribuição de apoios e compensações às famílias e às empresas afetadas para minimizar os impactos referidos, o processo funcionou bem e a maioria das questões foram resolvidas de forma satisfatória;

Por outro lado, no que se refere à recuperação e reabilitação das infraestruturas danificadas, praticamente um ano depois, para além das operações de limpeza e de pequenas intervenções, a verdade é que a esmagadora maioria das intervenções necessárias ou ainda nem começaram

ou ainda estão por concluir. E, de facto, uma parte muito significativa das intervenções programadas ainda nem está em execução, continuando em fase de projeto ou de concurso.

Por fim, relativamente à normalização do processo de abastecimento de bens e serviços às ilhas do Grupo Ocidental, se é um facto que com o fretamento do navio “Malena” se encontrou uma solução eficiente para regularizar o abastecimento de bens e mercadorias à ilha das Flores, a verdade é que a solução para a ilha do Corvo ainda continua por encontrar. Apesar de não terem sido verificados quaisquer danos significativos nas infraestruturas portuárias da ilha do Corvo, ironicamente ainda não se conseguiu resolver o problema e normalizar o abastecimento àquela ilha.

Por isso mesmo, o Grupo Parlamentar do CDS-PP/Açores propôs a introdução de uma conclusão a este relatório de modo a deixar claro essa lacuna, sublinhando que, sem prejuízo de terem sido encontradas soluções para garantir o abastecimento de mercadorias e bens essenciais à ilha do Corvo, nomeadamente por via aérea, não foi ainda possível encontrar uma solução que permita normalizar o abastecimento por via marítima, especialmente no que se refere ao período de inverno.

No que se refere ao relatório do Grupo de Trabalho propriamente dito, no entender do Grupo Parlamentar do CDS-PP/Açores, infelizmente, o mesmo não reflete de forma suficientemente clara e próxima o trabalho exaustivo desenvolvido pelo Grupo de Trabalho, nomeadamente no que diz respeito aos contactos efetuados no âmbito das visitas realizadas às diversas ilhas e, sobretudo, no que se refere às reuniões e audições realizadas com as diferentes instituições, aprovadas em sede de definição de diligências.

Na verdade, não foi sequer feita a descrição, quer do trabalho e das intervenções dos Deputados que integraram o Grupo de Trabalho, quer das intervenções, declarações e respostas dadas pelas dezenas de representantes

de instituições e entidades ouvidas no âmbito das diligências realizadas, apesar de o Grupo Parlamentar do CDS-PP ter sugerido a sua introdução.

Ou seja, de um modo geral, quem deu o seu contributo para os trabalhos realizados no âmbito deste Grupo de Trabalho não o verá minimamente traduzido e refletido neste relatório.

Entendemos que, apesar do relatório estar bem redigido e de muito do seu conteúdo ser de facto pertinente, e nesse sentido saúdo a Sra. Relatora do Grupo de Trabalho, a Sra. Deputada Mónica Rocha, consideramos que existe muito outro conteúdo que deveria ter sido integrado neste relatório e que infelizmente não foi.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termina já, Sra. Presidente.

Tendo em conta o intuito com que o Grupo Parlamentar do CDS-PP/Açores propôs a criação deste Grupo de Trabalho, mais do que um relatório pormenorizado da ação governativa na sequência da passagem do Furacão Lorenzo, que o Parlamento poderia simplesmente ter solicitado ao Governo Regional por mera Resolução, o que se pretendia era um relatório que descrevesse a ação desenvolvida pelo Grupo de Trabalho, especialmente criado para acompanhar de forma próxima o processo de reabilitação das infraestruturas danificadas pela passagem do furacão e da reposição da normalidade no que se refere ao abastecimento das ilhas do Grupo Ocidental. No entanto, no nosso entender, o relatório apresentado não conseguiu alcançar esse desidrato, tendo para isso contribuído determinantemente a ausência das sínteses das reuniões e audiências realizadas pelo Grupo de Trabalho, nomeadamente com os Membros do Governo Regional, com os Presidentes das Autarquias, com os representantes das restantes associações

e instituições, bem como dos contactos realizados no âmbito das visitas efetuadas.

Em síntese e de forma muito prática, a leitura deste relatório deveria permitir a qualquer leitor avaliar e compreender o exaustivo trabalho realizado no âmbito deste Grupo de Trabalho e isso não acontece, razão pela qual o CDS-PP não poderia, em consciência, votar favoravelmente o relatório, optando por abster-se na votação em sede de Comissão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda participou de forma empenhada neste Grupo de Trabalho, nos seus trabalhos, procurando contribuir para o acompanhamento de uma das situações mais complicadas, mais difíceis que a Região viveu nos últimos anos – a passagem do Furacão Lorenzo e as suas consequências.

Acompanhamos, no debate que existiu previamente, a proposta que tinha sido apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD de criação de uma comissão. Pensamos que essa seria a forma mais adequada de fazer esse acompanhamento, mas também reconhecemos que o Grupo de Trabalho também teve um papel importante neste acompanhamento.

Parte substancial dos seus trabalhos decorreram durante o período da pandemia, o que dificultou de alguma forma, durante algum tempo, aquelas que seriam as deslocações normais, as visitas normais aos locais mais afetados, o que veio de certa forma também a acontecer mais tardiamente, mas em que foi possível ir aos locais mais afetados e reunir com diversas entidades.

O relatório que, aqui, hoje, debatemos e apreciamos é, regra geral, fidedigno daquele que é o trabalho de reconstrução, embora pudesse, como tive oportunidade de referir nas reuniões do Grupo de Trabalho, refletir com maior detalhe algumas das audições e uma parte do trabalho da Comissão. No entanto, o relatório tem, na sua parte que para nós, em nosso entender, é o mais importante, nas suas conclusões, um conjunto de pontos, um conjunto de conclusões que têm um peso superior e que justificaram por isso o nosso voto favorável.

Nessas conclusões, que tivemos oportunidade também de fazer algumas propostas de alteração, reflete-se aquele que é o estado atual do processo de reconstrução e de recuperação, apontando aquilo que efetivamente está a ser feito, mas também não escamoteando, não escondendo aqueles que foram problemas que existiram no caso, por exemplo, da ilha das Flores, fundamentalmente e principalmente até o navio “Malena” estar em operação, problemas que existiram no transporte marítimo e no abastecimento da ilha das Flores, mas reflete as dificuldades que existiram e que ainda estão longe de serem resolvidas, e com o aproximar do inverno urge que sejam resolvidas, no abastecimento da ilha do Corvo, apontando a necessidade de se encontrarem outras soluções que não aquela que está em utilização neste momento e que salienta essa necessidade de garantir o abastecimento da ilha do Corvo através de outra solução.

Estas conclusões, no seu geral, justificam o nosso voto favorável.

E conclui-se ainda aquilo que é para nós também extremamente importante, porque este processo está longe de estar terminado e não terminará certamente nesta legislatura e possivelmente na próxima não é certo que esteja totalmente concluído, recomenda aquilo que é uma evidência que me parece clara, que o trabalho de acompanhamento da reconstrução das diversas infraestruturas que foram afetadas ou até mesmo destruídas, no caso

do Porto das Lajes das Flores, esse acompanhamento continue na próxima legislatura. E isso parece-nos fundamental porque estamos a falar de várias infraestruturas, infraestruturas essenciais e estamos a falar de avultadíssimos investimentos que o Parlamento tem de continuar a acompanhar.

E esses motivos justificam o nosso voto favorável ao relatório.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Governo, naturalmente, não tem nada a dizer sobre aquilo que é o teor deste relatório, as suas conclusões e aqueles que foi o *modus operandi* adotado por este Grupo de Trabalho. Esse foi um trabalho e uma ação eminentemente parlamentar e, portanto, o Governo respeita esse trabalho e pôde participar no âmbito daquele que foi o agendamento definido por este Grupo de Trabalho, prestando as informações e os esclarecimentos necessários. E, por isso, saúdo o Coordenador do Grupo de Trabalho e, na sua pessoa, todos os partidos políticos e todos os Deputados que estiveram aí representados a desenvolver um sério e amplo e importante trabalho sobre esta matéria.

Mas não posso deixar de usar da palavra para esclarecer algo, tendo em conta aquilo que foi aqui referido daquela tribuna pelo Sr. Deputado Bruno Belo, que tentou passar uma ideia de falta de prestação de contas e de informação,

...

Deputado Bruno Belo (PSD): É verdade!

Deputado Joaquim Machado (PSD): É verdade!

O Orador: ... que pura e simplesmente não corresponde à verdade. O Governo Regional forneceu a este Grupo de Trabalho toda a documentação que lhe foi solicitada.

Deputado Bruno Belo (PSD): Não é verdade!

O Orador: Toda a informação que foi solicitada por este Grupo de Trabalho ao Governo Regional, e foi muita, que implicou um trabalho de sistematização e de organização de informação, toda essa informação foi fornecida a este Grupo de Trabalho.

Além disso, como os senhores bem sabem, foram vários os meus colegas com responsabilidades na tutela das áreas mais abrangidas e mais afetadas que estiveram em audição neste Grupo de Trabalho.

E é importante esclarecer a que é que se referia o Sr. Deputado Bruno Belo, porque, segundo aquilo que me chegou formalmente deste Grupo de Trabalho, era o próprio PSD que não sabia muito bem o que é que queria perguntar.

Deputado Bruno Belo (PSD): Também está enganado aí!

O Orador: E passo a explicar: o Governo Regional recebeu um conjunto de pedidos de informações de documentos concretos sobre esta matéria do Grupo de Trabalho. Respondeu a todos. Remeteu toda a informação. Passado alguns dias, volta a receber um pedido por parte do Grupo de Trabalho a pedir informação complementar sobre os relatórios no âmbito dos levantamentos dos prejuízos. Ora, só dizia isto: “Pedimos informação complementar sobre os relatórios no âmbito dos levantamentos dos prejuízos.” Ora, não há informação complementar!

Deputado Bruno Belo (PSD): Não existem os relatórios! Diga, Sr. Secretário, não existe esse relatório!

O Orador: Portanto, o próprio PSD não sabia definir o que é que era informação complementar. E, portanto, o Grupo de Trabalho pediu os

relatórios no âmbito dos levantamentos dos prejuízos. O Governo forneceu ao Grupo de Trabalho os relatórios no âmbito do levantamento dos prejuízos. E depois recebe, por proposta do PSD, um pedido de informação complementar, que o Governo, confesso, não sabe o que é essa informação complementar.

Deputado Bruno Belo (PSD): Ainda vai saber o que é que a gente pediu!

O Orador: E, pelos vistos, o PSD também não. A não ser, tendo em conta a falta de definição daquilo que é a informação complementar, esse pedido tenha sido feito propositadamente de forma a calibrar o discurso sectário e instigador que nós tivemos por parte do Sr. Deputado Bruno Belo.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: E, portanto, tivemos, nesta matéria, uma abordagem séria. Tivemos, nesta matéria, uma abordagem de fornecimento total e integral das informações que nos foram solicitadas.

E, em boa verdade, Sras. e Srs. Deputados, com muito bem sabem, relativamente à recuperação dos danos do Furacão Lorenzo, muito trabalho foi feito, muito trabalho está a ser feito, mas há ainda muito trabalho para fazer. E parafraseando o Sr. Deputado António Lima, de facto, este processo e esta matéria está longe de estar terminada. O Governo continuará a trabalhar afincadamente nesta matéria. E realça e relava a importância que terá, obviamente, o acompanhamento permanente e próximo do Parlamento dos Açores relativamente a todas as questões que têm que ver com a recuperação dos danos do Furacão Lorenzo na nossa Região.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Quero começar por fazer uma referência de justiça que penso que ainda não foi feita no âmbito deste debate, que é o facto de o CDS-PP ter tido a visão estratégica de ter proposto a criação deste Grupo de Trabalho. Foi muito importante que o CDS-PP tivesse esta visão estratégica e tivesse esta preocupação de apresentar esta proposta.

Em segundo lugar, quero aqui referenciar que no âmbito do relatório não é feita a devida referência a algo que está a falhar em toda a linha, falhou e continua a falhar, que é o abastecimento marítimo de mercadorias à ilha do Corvo. É inadmissível que durante um ano o problema não tenha sido resolvido!

Deputado André Rodrigues (PS): Tem de ir às páginas 104, 105 e 106!

O Orador: É inadmissível que a ilha do Corvo tenha ficado 50 dias sem abastecimento marítimo! E depois 30 e tal dias sem abastecimento marítimo! E, portanto, com esta irregularidade toda que foi provocada às populações, ao tecido empresarial, à população em geral, que, obviamente, vive neste sobressalto permanente. Isto é inadmissível! E não me digam que é uma situação que tem a ver com o facto de o estado do mar não possibilitar que a travessia seja feita com regularidade! É possível que a travessia seja feita com regularidade. E a melhor prova está no “Malena”. O “Malena” que foi fretado para esse efeito, tarde e a más horas e sob proposta do PPM, resolveu. É factual! Quem é que fez a primeira proposta para que fosse urgentemente fretado um navio que conseguisse abastecer a ilha das Flores? Foi o PPM! Está nos registos! Os senhores montaram uma operação com os navios existentes, que disseram que iria funcionar. Não funcionou! Ou pensam que as pessoas já esqueceram os meses em que a ilha das Flores ficou muito mal

abastecida, provocando graves prejuízos aos comerciantes e à população em geral? A população não esqueceu isso!

E os senhores o que é que disseram na altura em que montaram a operação de abastecimento com navios absolutamente inadequados? Os senhores disseram que era uma operação ótima, que estava tudo garantido. E afinal veio-se a ver que, tal como o PPM disse, e também tenho que fazer justiça, o PCP também disse, o que aconteceu foi que nem sequer 20% das necessidades da ilha das Flores foram, na altura, satisfeitas.

Agora, estando resolvido um problema, tendo-se mostrado que é possível manter uma operação regular a partir do momento em que se possa fretar um navio que tenha as condições adequadas para fazer essa travessia, eu não percebo o que é que o Governo está à espera para resolver esse problema, porque não resolveu durante o verão em que as condições do estado do mar são melhores! E agora que estamos a entrar num período de grande instabilidade e em que a agitação marítima é muito superior, agora continuamos com esse problema por resolver! Eu ainda continuo à espera da embarcação de França! Não havia uma embarcação fundeada em França, que não podia vir por causa da COVID-19? Eu vi nos debates parlamentares que havia uma embarcação, que estava o negócio feito e que essa embarcação estava para chegar à ilha do Corvo. Onde é que está essa embarcação? Deve vir em cima de um caracol!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Nunca ninguém disse isso!

O Orador: Deve vir em cima do casco de um caracol! Nunca mais chega!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): O senhor está a inventar! Pelo amor de Deus!

O Orador: Então, a embarcação que estava em França... Eu não sei quando é que essa embarcação chega!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Nunca ninguém disse isso! Pelo amor de Deus!

O Orador: É que o caracol não sabe nadar.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): O senhor está a inventar! Isso não é verdade!

O Orador: Devo dizer-vos que esta situação é preocupante. E eu só tenho uma explicação, porque uma empresa, como foi a empresa Barcos do Pico, que prestou um mau serviço...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termino já, Sra. Presidente.

Tenho que fazer esta referência. Sr. Deputado, peço-lhe desculpa, será a última... a penúltima vez. Devo-lhe dizer o seguinte: uma empresa, como a empresa Barcos do Pico, prestou um mau serviço, completamente irregular, ao longo do ano. E o que é que acontece? Tem um prémio! Há ali um contrato que é estabelecido com a empresa. E agora o que é que eles estão a fazer outra vez? Estão a manter a irregularidade mesmo no verão! Mesmo no verão! O que é que os senhores estão à espera para denunciar esse contrato e dizer: os senhores não prestam o serviço para o qual foram contratados e este contrato tem que ser denunciado. O que é que os senhores estão à espera?

Deputado João Corvelo (*PCP*): É verdade!

O Orador: E, portanto, Sra. Presidente, ...

Presidente: Tem de terminar.

O Orador: ... não abusando da sua confiança, eu quero deixar aqui bem expresso que esse problema tem que ser resolvido! E que esse problema do

transporte marítimo, os senhores têm dias para resolver essa questão! Lanço aqui este ultimato: os senhores têm dias (dias, não é semanas) para contruírem uma solução que garanta o abastecimento da ilha do Corvo durante o inverno!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Rodrigues, Coordenador do Grupo de Trabalho, tem a palavra.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Em primeiro lugar, quero referenciar, como é óbvio, que este Grupo de Trabalho foi constituído no âmbito e após aprovação nesta Assembleia após proposta do CDS-PP, também subscrita pelo Partido Socialista. E em muito boa hora que o fizemos e decidimos que através de um grupo de trabalho deveríamos desenvolver este trabalho de proximidade junto das populações mais afetadas pelo Furacão Lorenzo.

Depois, agradecer também toda a dedicação, todo o empenho da Sra. Deputada Mónica Rocha, que num trabalho árduo de muitas horas, de muita análise documental, estamos a falar de mais de 500 páginas de informação recebidas de audições e de visitas ...

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

O Orador: ... para, num curto espaço de tempo de 6 meses, fazer uma síntese de tudo aquilo que foi feito, dando resposta ao objeto e ao objetivo da Resolução aqui aprovada, que era o de avaliar e acompanhar o processo de reabilitação das infraestruturas danificadas pelo Furacão Lorenzo, bem como as questões do abastecimento às ilhas do Grupo Ocidental.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Gostava também de agradecer, enquanto Coordenador, toda a disponibilidade e todo o trabalho desenvolvido e toda a forma como todos os

Srs. Deputados procederam ao longo dos trabalhos, ao longo das audições, ao longo das visitas, que muito enriqueceu todo o trabalho nestes 6 meses e permitiu-nos chegar a uma avaliação que, na minha ótica, como é óbvio, é adequada e correta daquilo que aconteceu, daquilo que está a ser feito e daquilo que ainda falta ser feito.

Dizer que os trabalhos também foram condicionados por outro furacão, que foi a pandemia, como todos os Srs. Deputados já fizeram essa referência, mas que também este Grupo soube adaptar os seus trabalhos mesmo impedido de fazer algumas deslocações inter-ilhas. E mesmo com este período longo de impossibilidade de viagens no inter-ilhas conseguimos mesmo assim visitar as principais ilhas: o Corvo, as Flores, o Pico e o Faial. Num trabalho muito importante de proximidade, de visita aos locais afetados, com a presença de técnicos envolvidos nos levantamentos e nas soluções, com as associações representativas, com os empresários, com os autarcas e também com os membros do Governo.

Tudo isto permitiu, claramente, que o nosso trabalho, depois, enquanto Deputados, de análise, de avaliação, pudesse ser mais bem conseguido, mais bem consequente. E, na minha ótica, o relatório é factual, é transparente e sem apreciações políticas, garantindo a resposta efetiva ao objeto e ao objetivo do Grupo de Trabalho.

Agradecer também àqueles Deputados e àqueles Grupos Parlamentares que colocaram de lado este período eleitoral que hoje vivemos, que objetivamente avaliaram e analisaram o relatório pelos factos que estão lá escritos e não pela sua visão político-partidária. Aqueles que mesmo condicionados pelo tempo...

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

O Orador: ... quiseram contribuir e melhorar o presente relatório que foi proposto. E, aqui, enquanto Coordenador, tenho que agradecer o Sr.

Deputado Alonso Miguel, o Sr. Deputado António Lima, que mesmo também condicionados pelo tempo, que estamos todos nesta altura eleitoral, souberam pôr de lado essa visão político-partidária e contribuíram meritoriamente para a melhoria do relatório proposto.

Deputado Bruno Belo (PSD): Paciência!

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Dizer também que o Sr. Deputado Paulo Estêvão... Eu percebo, como é óbvio, as suas referências à ilha do Corvo. Devo-lhe dizer que a partir da página 103 do presente relatório estão lá referenciadas as dificuldades que o Grupo de Trabalho presenciou, estão relatadas no presente relatório e deram conclusões da necessidade de haver a substituição do navio, por várias formas, dizendo que pode ser pela substituição do navio, pode ser pela substituição do próprio navio nos termos do contrato existente e ainda pode ser também a solução através do sistema de incentivo criado pelo Governo. Não nos coube a nós dizer que a solução ideal é a A, a B ou a C. Foi saber o que é que se está a passar na ilha do Corvo, recolhida a informação das várias soluções que existem. É isso exatamente que está no relatório.

Deputado Tiago Branco (PS): Muito bem!

O Orador: E isso é bem diferente daquilo que o Sr. Deputado fez querer dar a entender que o relatório não tinha.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tem razão!

O Orador: O relatório fez o levantamento, propõe várias soluções, várias conclusões e depois aí tem que haver uma continuidade do nosso trabalho por parte de outras entidades.

E, por último, também quero dizer, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... terminando, permitindo a latitude que deu também aos restantes partidos, dizer que há aqui claramente um incómodo por parte de algum partido, que é aquele que votou contra, para trazer a análise político-partidária e a trica política para a análise do relatório, que é factual e é transparente.

E esse incómodo, Sra. Presidente, peço imensa desculpa, mas tem quatro motivos, que vou dizer muito rapidamente. Os motivos são:

Nós temos na Região Autónoma dos Açores um Governo Regional do Partido Socialista que deu respostas e ações imediatas às pessoas, às famílias e às empresas afetadas;

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Nós temos um Governo Regional do Partido Socialista nos Açores que quando solicitou a solidariedade nacional, recebeu um sim. E não um não como aconteceu em tempos anteriores;

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Há um incómodo deste PSD porque temos um Governo Regional do Partido Socialista que ao longo dos anos trabalhou na União Europeia para aprovar derrogações que hoje permitiu que fosse aprovado o Fundo de Solidariedade da União Europeia...

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: ... que nos vai permitir reforçar os meios para fazer face a esta catástrofe;

Existe um incómodo daquele PSD porque temos um Governo Regional que mudou o enquadramento legal para permitir que todos os municípios afetados pudessem ter também 85% de apoio aos prejuízos para recuperar as infraestruturas municipais.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, o incómodo é claro...

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ... porque é completamente contraditória a resposta quando temos um Governo do Partido Socialista a governar e quando temos algum Governo da responsabilidade do PSD a governar. De um lado, recebemos um não, vão à banca. Do outro lado, está cá a solidariedade de 85% para ajudar os açorianos e os nossos concidadãos na recuperação das suas infraestruturas.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Encerramos este nosso ponto da agenda.

Eu vou pedir aos colaboradores da Assembleia que façam o favor de distribuir os boletins de voto porque o ponto seguinte é o da **Eleição dos Representantes da Região Autónoma dos Açores no Conselho Económico e Social.**

(Interpelação inaudível)

Eu estou a respeitar a ordem da agenda. Não me tinham dito que era para alterar. Eu estou a cumprir com a ordem. E ainda temos o relatório referente ao Sr. Deputado João Paulo Corvelo. A urgência é a última coisa, ok? Pronto, então...

Deu entrada na Mesa e já foi distribuído por todos uma proposta subscrita pelo Partido Socialista que apresenta todos os requisitos formais para que possamos fazer esta votação. E depois de estarem todos distribuídos, a Sra. Secretária da Mesa vai iniciar então a chamada.

(Neste momento, foram distribuídos os boletins de voto)

Obrigada, Sra. Isabel e Sr. José António.

Vamos então iniciar a votação.

(Neste momento, procedeu-se à chamada e à contagem dos votos)

Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para fazermos o anúncio da votação.

Secretário: Muito obrigado, Sra. Presidente.

As votações foram as seguintes:

A Sra. Gilberta Rocha teve 30 votos sim, 17 não e 5 abstenções;

O Sr. José Nunes teve 29 sim, 19 não e 4 abstenções;

O Sr. José Soares, primeiro suplente, teve 27 sim, 20 não e 5 abstenções;

E o Sr. António Maciel, segundo suplente, teve 28 votos sim, 18 não e 6 abstenções.

Presidente: Fica concluída assim a eleição dos nossos representantes no Conselho Económico e Social.

Vamos avançar com os nossos trabalhos. O ponto 17 é o **Relatório sobre pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado João Paulo Corvelo possa prestar depoimento na qualidade de testemunha.**

O relatório foi distribuído por todos.

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretário: O relatório foi aprovado com 28 votos a favor do Partido Socialista, 15 do PSD, 2 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP, 1 do PPM e 1 da Deputada independente; e 1 voto contra do PSD.

Presidente: Passamos agora ao ponto 18 da nossa agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 250/XI – “Recomenda ao Governo dos Açores a Criação da Entidade Reguladora do Preço do Leite à Produção nos Açores”**. Este pedido de urgência é requerido pelo PPM.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu considero que esta iniciativa é das iniciativas mais importantes que eu apresentei nesta legislatura. É urgente. É verdadeiramente urgente que se resolva este problema.

Podem V. Exas. dizer que não existiu um processo de consulta. Que uma iniciativa com este impacto no setor teria que ter existido uma recolha das diversas opiniões do setor. Bem, nós já sabemos quais são as opiniões do setor e, sobretudo, nós sabemos qual é a opinião dos agricultores. Sabem que produzem, Sra. Presidente, um produto de excelência. Sabem que produzem um dos melhores produtos da Europa. Sabem que têm esta excelência. Sabem que mesmo no âmbito da atual crise o preço com que o leite foi vendido melhorou.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está a justificar a urgência!

O Orador: É justificar a emergência, a urgência.

Os 0.3% na Croácia... Eu não vou dar exemplos porque estou numa urgência, mas, por exemplo, só para dar um exemplo, 5.2% de crescimento do preço do leite na Bulgária. Ou seja, em plena crise da COVID, relacionada com a

COVID, o preço em toda a Europa cresce. Ora bem, nós que temos um produto de excelência vemos o preço a baixar.

E por isso é que eu considero que é essencial apresentar nesta Assembleia uma proposta que possa resolver o problema, uma proposta que possa equilibrar a relação entre a produção, a indústria transformadora e a comercialização.

Dizem-me os senhores, e já vejo algumas vozes a pedirem para me centrar na urgência. Eu estou a falar numa situação de urgência, porque há uma quebra no rendimento dos nossos agricultores. É uma quebra que eu diria que é mensal. É uma quebra progressiva e que está a lançar os nossos agricultores para rendimentos muito baixos, dos mais baixos da Europa. Nós estamos a vender, os agricultores açorianos estão a vender aos preços mais baixos da Europa. Isto é, ou não é, uma urgência resolver uma situação destas? É uma situação de enorme injustiça e é uma situação que provoca enormes problemas nos nossos agricultores e é um problema que é um problema crescente do ponto de vista de uma atividade que tem uma importância tão grande para a economia dos Açores e é uma atividade que é tão importante para o rendimento de tantas famílias. Há muitas, muitas famílias dos Açores que estão dependentes deste rendimento.

Deputado António Parreira (PS): Só hoje é que viu isso?

O Orador: É urgente, ou não é urgente, resolver este problema?

Como é que nós podemos aceitar que ao longo dos anos, quando se produz cada vez melhor, quando se produz cada vez com mais qualidade, como é que podemos aceitar que os nossos agricultores recebam cada vez menos pelo esforço do seu investimento e do seu trabalho? Alguém me consegue explicar este contrassenso?

E por isso é preciso encontrar uma solução. A solução que vos coloco aqui é uma solução amplamente defendida, nos Açores, pelos agricultores. Ou seja,

que seja criado uma entidade reguladora do preço do leite à produção nos Açores. Ou seja, colocar à mesa a produção, a indústria transformadora e a comercialização, para que possam dialogar e para que acabe aquela que é a situação atual em que a indústria decide de forma unilateral, porque é mesmo assim, a indústria define de forma unilateral que preço é pago aos produtores. Esta é uma situação que é urgente alterar e que eu espero que possa receber o apoio dos partidos representados nesta Câmara.

Uma última observação em relação a esta urgência: é evidente que os aspetos mais técnicos, mais específicos, ficam para posterior regulamentação. É evidente que se percebe que há aqui um processo de decisão que tem que ser tomado mais tarde, tem que ser aperfeiçoado mais tarde, mas há uma decisão política que é urgente tomar. E a decisão política que é urgente tomar é: vamos, ou não vamos, criar esta entidade reguladora do preço do leite, para resolver o problema da vergonha que é o preço que é pago aos produtores de leite a nível regional?

E que não me digam, que não me falem na crise, porque no último ano, na generalidade dos países europeus, o preço do leite subiu!

Deputado António Parreira (PS): Não é verdade!

O Orador: O preço do leite subiu! E que não me digam que os agricultores dos Açores não são dos mais prejudicados a nível europeu no âmbito dos preços que lhes estão a ser pagos! Que não me digam que não têm os valores mais baixos da Europa! Que não me digam isso! E, portanto, é necessário resolver esta questão!

Eu acredito que terei aqui o apoio de V. Exas., porque se não tiver o apoio de V. Exas., isso significa que os agricultores dos Açores também não têm o apoio de V. Exas.!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições. Julgo não haver... Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Apenas para justificar a posição do Bloco de Esquerda relativamente à urgência. O assunto tem, obviamente, importância. A questão do preço do leite, a situação no setor agrícola é de facto importante, merece debate, precisa de debate. A proposta em si tem relevância, é uma proposta para se criar uma entidade que tem vários intervenientes. E que pela sua natureza pensamos que uma proposta desse tipo não pode ser debatida com urgência, deve baixar à Comissão, como é natural, para que se ouçam as entidades devidas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Como é óbvio!

O Orador: E no último dia da legislatura não há, obviamente, condições para se debater uma proposta deste tipo, com estas características, reconhecendo, como é óbvio, como não podia deixar de ser, ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Não tem nada a ver com as eleições!

O Orador: ... a pertinência da questão, a necessidade de debate, a necessidade de se encontrarem também soluções, mas as soluções, neste momento, o Parlamento não poderá encontrá-las na 25.ª hora da legislatura. Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Almeida, tem agora a palavra.

(*) **Deputado António Almeida (PSD):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós gostaríamos de interpretar a iniciativa do Partido Popular Monárquico e o pedido de urgência à letra. De facto, nas considerações da iniciativa do Partido Popular Monárquico há uma súmula de um conjunto de

preocupações que viemos manifestando com urgência, ao longo destes 4 anos, aqui neste Parlamento. E, portanto, nós vamos interpretar politicamente a urgência dessa iniciativa em face da degradação do rendimento que temos assistido junto dos agricultores, dos produtores de leite, de uma forma muito particular no que se tem passado em São Miguel e na Terceira.

De facto, nós temos olhado para as medidas avulso que o Governo tem desencadeado para sanar preocupações do setor leiteiro, mas de forma inconsequente. E, de facto, as indústrias e a grande distribuição empurram para cima dos produtores aquilo que eventualmente lhes pode afetar, quer por via do mercado, quer por via do tipo de produções, que lideram manifestamente o leite e laticínios nos Açores.

Gostaríamos de deixar aqui uma mensagem de preocupação: por alguma razão, os produtores de leite de São Miguel e da Terceira estão à espera do pagamento das ajudas, dos apoios diretos ao rendimento nos próximos meses para liquidarem contas, para pagarem aos seus fornecedores. Isso é um sinal da emergência em que se encontram. E a emergência em que se encontram resulta da ausência de políticas eficazes para superar a perda de rendimento que estão sentindo.

E, portanto, nós vamos interpretar, o Grupo Parlamentar do PSD, essa urgência... porque de facto é preciso regular, monitorizar e acompanhar o que se está a passar em termos de margens com a produção, com a indústria e com a grande distribuição.

Aliás, apresentamos e foi aprovado nesta Assembleia, também com urgência, a recomendação para a elaboração de um estudo sobre os custos de produção por litro de leite em cada uma das nossas ilhas para os diversos modelos de produção e dimensão das explorações. E a entidade agora apresentada pela iniciativa do Partido Popular Monárquico vai no sentido de

complementar aquilo que vai resultar desse estudo de custo de produção por litro de leite. E, portanto, é urgente que haja monitorização e intervenção relativamente ao que se está a passar com o rendimento dos produtores e com a competitividade das indústrias.

Permita-me, Sra. Presidente, para terminar, porque é, naturalmente, o último momento em que aqui dirijo a palavra aos Srs. Deputados, para manifestar a honra e o agrado que tive em servir os açorianos e de forma muito especial e de forma muito particular os agricultores dos Açores, naturalmente, com ideias, projetos e com críticas também, na defesa, naturalmente, da melhoria do rendimentos destes produtores. Aliás, terminarei as minhas tarefas para voltar à atividade profissional no âmbito agrícola, onde sentirei, naturalmente, o resultado das medidas que forem mais ou menos adequadas, assumidas na próxima legislatura. E, portanto, lá estarei, naturalmente, sofrendo os benefícios e os malefícios das decisões que forem tomadas em termos de política agrícola.

Concluiria dando nota da satisfação e da simpatia e do respeito que fui sendo objeto de todas as Sras. e Srs. Deputados e dos Membros do Governo. E desejar a todos os que cá ficarão na próxima legislatura e os que não ficarão as maiores felicidades no desempenho das suas diversas funções. Assim farei também.

Muito obrigado a todos.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Desejo-lhe também as maiores felicidades.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, tem agora a palavra.

(*) **Deputado João Corvelo** (*PCP*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

É sempre importante vir qualquer força política, neste caso o PPM, defender os agricultores e o leite da nossa Região e o preço pago à produção. Aliás, vivemos uma crise enorme na parte agrícola, tanto no leite, como na carne. É notório. Só quem não ouve os agricultores, só quem não ouve as associações é que diz o contrário.

Uma grande parte são opções políticas tomadas pelo PSD e pelo PS em relação, por exemplo, neste caso, ao fim das quotas leiteiras na Europa. Quer dizer que foram as duas forças políticas que votaram a favor do fim das quotas leiteiras, tal e qual como o PCP dizia que isto ia prejudicar os agricultores açorianos. E veio prejudicar os agricultores açorianos.

O PCP, aqui, a nível nacional e na Europa, esteve do lado dos agricultores açorianos e dos produtores de leite, neste caso fala-se mais de São Miguel e Terceira, ao contrário das duas forças políticas maiores representadas neste Parlamento (PSD e PS) que foram a favor do fim das quotas leiteiras. Por isso, também, os agricultores vivem um sufoco financeiro enorme graças a esses dois partidos que foram a favor do fim das quotas leiteiras na Europa. Sr. Deputado Paulo Estêvão, para dizer que a Representação Parlamentar do PCP irá votar favoravelmente o seu pedido de urgência. Não dará a mão ao Partido Socialista, aqui, como outras forças políticas o darão. E veremos na votação a favor dos agricultores da nossa Região.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Agradeço ao Deputado Paulo Estêvão por ter dado a oportunidade da última iniciativa sobre a qual eu vou falar aqui. É sobre um tema muito caro, sempre foi a agricultura.

Efetivamente, o setor precisava de coragem, precisava de competência, precisava de vontade política, precisava de tanta coisa, que nunca vi aqui durante estes últimos 8 anos.

Os Açores têm um potencial enorme para desenvolver na área da agricultura. Continuamos com um sistema dependente de subsídios. Foram avisados todos os problemas que viriam com o fim das quotas leiteiras. Houve imensas iniciativas, propostas exequíveis que poderiam ter alterado a vida dos agricultores e dos produtores na Região, mas assim não aconteceu.

E, portanto, agradeço-lhe, Deputado Paulo Estêvão, pela iniciativa que trouxe. É efetivamente urgente. É urgente resolver a questão da fileira do leite do setor. Os preços não podem esmagar mais. E acho que, neste momento, se formos fazer contas, efetivamente os produtores estão a pagar para produzir leite.

Gostaria de pedir à Sra. Presidente a benevolência de poder dirigir algumas palavras, uma vez que hoje me despeço do Plenário.

Ao longo da última meia dúzia de anos, tive o privilégio de servir nesta Casa todos os açorianos que votaram no projeto político-partidário pelo qual aceitei manifestar os meus princípios e valores – o CDS.

Em democracia, a liberdade de opinião e de expressão deve ser pilar fundamental. Porém, a democracia, como muitas vezes dizemos nesta Casa, continua a ser o pior regime, à exceção de todos os outros. E, por isso, a minha passagem a independente foi só uma consequência inevitável. Não se pode gostar de uma Graça rebelde e combativa e ao mesmo tempo querê-la calada e submissa.

Sra. Presidente, as práticas parlamentares, o Regimento, a Orgânica, a Lei Eleitoral, não são favoráveis aos independentes. É urgente mudar! Os açorianos, cada vez mais, querem votar em pessoas, em projetos e não em partidos.

Não sou politicamente correta. E não poucas vezes, nesta Casa, tentaram, à falta de outros argumentos, desvalorizar-me no debate político por isso. Foi um erro! Essa sempre foi a minha grande vantagem. As pessoas esperam de nós verdade, frontalidade e coragem para as defender.

Quando aqui cheguei, trazia a plena convicção de que a minha experiência académica seria uma mais-valia na forma como poderia servir os açorianos. Rapidamente percebi que o mérito das iniciativas não era o critério para que fossem aprovadas e, por essa via, poderem beneficiar os açorianos.

Agora que volto aos corredores da academia, levo a firme convicção que esta passagem pelo Parlamento tornou-me bem mais capaz de tornar e de colocar o conhecimento ao serviço dos açorianos.

A investigação científica sempre foi a paixão que escolhi. A política foi a paixão que me apanhou desprevenida.

A todos agradeço a vossa paciência, a vossa tolerância e, acima de tudo, a vossa benevolência.

Sei que não sou fácil. E na política a aceitação assume uma importância que na verdade nunca lhe quis dar.

Aprendi muito. Aqui, fui muito feliz. E ao contrário do que se costuma dizer que na política não há amigos, aqui, fiz amizades para a vida e reencontrei amizades de toda a vida. É verdade! Os funcionários desta Assembleia sempre foram incedíveis na sua colaboração. Acolheram-me com enorme carinho, fazendo-me sentir que estava, de facto, de regresso a casa.

Caros colegas Deputados, a quem cessa agora as suas funções as maiores felicidades, aos que ficarem uma coisa é certa, a próxima legislatura terá seguramente muito menos “graça”.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Desejo-lhe igualmente as maiores felicidades.

Sr. Deputado Artur Lima, está inscrito, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Peço desculpa, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Eu acho que esta iniciativa do Deputado Paulo Estêvão e a urgência que ele aqui apresenta... acho que seria extremamente importante para uma terra como é a nossa, uma terra de lavoura, de agricultura e uma terra de pescas (setor primário), tão importante e que durante a pandemia mostrou a sua importância, como muito bem referiu o Sr. Deputado António Almeida, a quem eu aproveito para desejar as maiores felicidades e reconhecer o empenhado trabalho que aqui fez, apaixonadamente às vezes, na defesa da agricultura e dos agricultores açorianos.

É preciso dar uma mão aos agricultores. É urgente dar uma mão aos agricultores. E seria um reconhecimento extraordinário desta Casa aprovar e dar um sinal de que valorizamos a agricultura. A aprovação desta iniciativa seria o sinal maior de que esta Casa valoriza a agricultura e os nossos lavradores. Seria uma importantíssima iniciativa legislativa para terminar esta legislatura.

Portanto, Sr. Deputado Paulo Estêvão, felicito-o pela apresentação desta iniciativa legislativa. E naturalmente que o CDS votará favoravelmente a urgência.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Toste Parreira, tem a palavra.

(*) **Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Relativamente à proposta apresentada pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, nos considerandos, o senhor não refere tudo. Refere os países em que o leite aumentou. Países que, tirando a Espanha e a França, são países que produzem menos de 1% do leite da Europa, menos até do que a nossa Região. Não faz a comparação das médias no tempo em que fala, de junho de 2019 a 2020. Não diz que o leite, nos Açores, nesse período que o senhor fala, baixou 50 cêntimos por 100 quilos de leite, enquanto na Europa baixou, no mesmo período, para os mesmos 100 quilos, 1 euro e meio. Não refere que os grandes países da Europa, em todos eles, o leite baixou. Os grandes países da Europa como a Alemanha, como a Itália, como a Polónia, Holanda, todos eles.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E a Espanha?

Deputado João Corvelo (PCP): Está mal, mas não está mal nos Açores!

O Orador: Não refere que dos 28 países da Europa, ainda incluindo o Reino Unido (e podemos descontar o Reino Unido), em 19 países da Europa o leite baixou desde 11.5% até ao 0.3%. Aqueles que subiram foram aqueles pequeninos que o senhor aí referiu, que têm produções praticamente insignificantes.

Eu adoraria discutir este problema da agricultura consigo, de criar melhores condições para os lavradores, mas nas circunstâncias em que o senhor apresenta o seu Projeto de Resolução não posso fazê-lo.

Temos a consciência de que o leite dos Açores deve ser mais bem pago. Penso que já disse... penso não, já disse isso aqui várias vezes e todos os partidos nesta Casa são unânimes em que o leite dos Açores deveria estar mais bem pago.

Mas também é importante referir que o leite dos Açores pago à produção não está em contraciclo com os outros países da Europa. E aqui temos que ver as médias. E vou-me basear sempre nas médias que o senhor escolheu. Lá terá a razão de porque é que escolheu junho de 2019 e junho de 2020. Se quisermos ver na Europa a 27, na data que o senhor refere, em junho de 2019, 100 quilos de leite eram 34.03, em 2020 é de 32.57. Baixou. Se quisermos ver no Reino Unido, para os mesmos períodos, era 30.63 e agora em 2020 de 29.04. Se quisermos incluir a Europa e o Reino Unido, de 33.70 baixou para 32.23. Portanto, todos os países baixaram, infelizmente, o preço do leite. Nós não estamos em contraciclo.

Dizer também que nos Açores, infelizmente, também, o leite dos Açores nunca foi igual e nunca foi pago a um preço superior à Europa e ao país. Infelizmente, foi sempre abaixo. E essa diferença, para o mesmo período que o senhor refere, varia entre os 2 euros para o país e na ordem dos 4 euros para a Europa. Estamos sempre a falar na produção de 100 quilos de leite. Portanto, era isso que estava antes. É isso que tem acontecido.

E todos nós, aqui, temos que fazer um esforço enorme, e quando digo todos nós, estou a falar de todos os partidos políticos, para apresentar alternativas e soluções que melhorem essa situação.

Referir, Sr. Deputado, que o setor agrícola representa mais de 400 milhões de euros na economia regional, representando cerca de 10% do PIB regional

e 11 % do emprego. E, como todos nós também aqui referimos, e muito bem, é o pilar fundamental da economia dos Açores.

Ora, Sr. Deputado, a proposta que o senhor aqui traz é séria demais para se discutir sem ouvir os parceiros sociais, como o senhor próprio aí referiu que devíamos ouvir os parceiros sociais.

Estamos no último dia, na última sessão legislativa, no último dia dessa sessão, e o senhor bem sabe que a partir do dia 25 de outubro teremos um novo Governo. Espero que esse novo Governo seja o Governo do Partido Socialista, aquele que serve melhor os açorianos, a agricultura açoriana e todos.

Deputado Marco Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: Portanto, para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, não faz nenhum sentido debater, aprovar ou não a proposta apresentada, pelas razões que aqui já referi. E, por esta razão, com certeza, garantidamente que não vamos concordar com essa proposta apresentada.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então votar este pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência apresentado foi rejeitado com 28 votos do Partido Socialista e 2 do Bloco de Esquerda; tendo votado favoravelmente 16 Deputados do PSD, 1 do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM e a Sra. Deputada independente.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aqueles que concorremos nas próximas eleições, que é o meu caso, não nos podemos despedir. Não nos podemos despedir porque pode dar azar. E, por isso, não o vou fazer. Se não for eleito, pois, perdi a oportunidade de me despedir. Mas mesmo que perca, conto insistir. Portanto, como dizia alguém, voltarei se for caso disso.

O que eu gostaria, aqui, de dizer e também no âmbito... Sra. Presidente, permita-me dizer isto já que será a minha última intervenção nesta legislatura, espero, permita-me também desejar a todos os Srs. Deputados, aqueles que desempenharam funções nesta legislatura e que não se candidatam, desejar as maiores felicidades pessoais e que tudo lhes corra bem. E também àqueles que se candidatam a mesma coisa. Em democracia é assim, temos que nos respeitar uns aos outros. Temos ideias diferentes, mas acredito que todos estamos a fazer o melhor possível pelos Açores, com diferenças evidentemente programáticas.

E como a hora está adiantada, vou-me deixar de despedidas e vou centrar-me naquilo que é a minha declaração de voto.

Sr. Deputado, chamar às duas principais potências agrícolas da Europa – a França e a Espanha – países insignificantes, ...

Deputado António Parreira (PS): Não foi isso que eu referi! Não ponha coisas na minha boca que eu não disse!

O Orador: ... Sr. Deputado, não é uma opinião, é uma incorreção. É o que lhe posso dizer. Portanto, desvalorizar o potencial agrícola das duas principais potências agrícolas, que é a França e a Espanha, como bem sabe,

...

Deputado António Parreira (PS): França e Alemanha, não é Espanha!

O Orador: ... desvalorizar a importância destes dois países é algo que é absolutamente, do ponto de vista técnico, do ponto de vista estatístico, incorreto. É o que eu lhe posso dizer.

Depois, há uma oportunidade que se perdeu aqui, que é: há um facto que nós temos, um produto de enorme qualidade, de excelência... Eu não o digo por ser açoriano. Não o digo por defender os Açores. Digo por absoluta certeza de que é assim. E que há estudos. Há quem o afirme na Europa e há quem não tenha nenhuma dúvida em relação à qualidade do nosso produto. É dos melhores produtos da Europa! E até do ponto de vista da qualidade ambiental, tudo isso, que sabem que tem uma importância crescente do ponto de vista agrícola, e ainda bem.

Então, como é que um produto de excelência é vendido aos preços mais baixos da Europa? Há aqui alguma discussão de que está a ser vendido aos preços mais baixos da Europa? Há alguma dúvida de que estamos muito afastados dos preços praticados na Europa? Há alguma dúvida? Não há nenhuma dúvida sobre isto! E, portanto, é, ou não, urgente acudir aos agricultores açorianos com uma solução? Como é que é possível continuarmos a suportar uma injustiça destas, ver os nossos produtores, ver as nossas famílias a produzirem um produto de excelência e a serem mal pagos?

Deputado Francisco César (PS): Isso não é uma declaração e voto, Sra. Presidente!

O Orador: E quem decide isso, decide de forma unilateral! E a questão é esta: decidem com que critérios?

É por tudo isto que eu mantenho a convicção depois da discussão, porque depois da discussão, Sra. Presidente, eu podia ter mudado de opinião com os

argumentos que me fossem apresentados. Depois da discussão, poderia não ter votado favoravelmente a minha própria iniciativa.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Claro!

O Orador: Isso podia ter acontecido. Mas eu estou a justificar porque é que mantive a minha opinião, a minha opinião favorável. E votei favoravelmente a iniciativa, tal como o tinha pensado fazer no início. É porque os argumentos que foram aqui aduzidos não me convenceram.

Deputado António Parreira (PS): Nem os senhores a mim!

O Orador: O que me convenceram é que há aqui alguém, e eu não vou referenciar no âmbito de uma declaração de voto, é que há aqui Deputados e partidos políticos ligados ao Governo...

Deputado António Parreira (PS): Isso é uma declaração de voto?

Presidente: Sr. Deputado, eu estou a resistir até ao final da legislatura para não ter que lhe chamar a atenção, Sr. Deputado.

O Orador: Retiro esta parte: ligados ao Governo. É apenas uma intuição, Sra. Presidente.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Quero apenas referenciar, para terminar, que este é um problema grave. Nós temos que resolver isto. Nós temos que permitir aos nossos agricultores...

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ... deixarem de estar nessa situação de absoluta desigualdade, de alguém que tendo um produto de excelência diz: vamos baixar os preços. Vamos baixar os preços. E eles estão a ser... os agricultores dos Açores estão a ser constantemente prejudicados.

A resposta, Sr. Deputado e Srs. Deputados, é esta: é criar uma entidade reguladora do preço do leite à produção nos Açores! Não há outra! Esta é a

melhor solução e é isto que temos que fazer! E foi por isto que eu votei favoravelmente! E é por isso que eu não esperava que os senhores votassem contra os interesses dos agricultores dos Açores!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado António Toste Parreira.

(*) **Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Sr. Paulo Estêvão, eu não disse que a Espanha e a França eram países de pouca produção! Eu disse: à exceção destes dois.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, uma referência direta!

Deputado João Corvelo (PCP): Isso é uma declaração de voto?

O Orador: O que eu disse...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados! Sras. e Srs. Deputados! Sr. Deputado António Toste Parreira, já sabe que no âmbito das declarações de voto não se pode interpelar as bancadas. Mas faça o favor de continuar a sua declaração de voto.

O Orador: Sra. Presidente, eu estou a tentar a repor a verdade em relação àquilo que o Sr. Paulo Estêvão disse.

Presidente: Dentro dos limites regimentais pode continuar a sua declaração de voto. Sr. Deputado, pode continuar.

O Orador: Eu não disse que a Espanha e a França não eram insignificantes. À exceção destes dois! O senhor nomeou países que produzem menos de 1% do leite da Europa e menos do que a nossa Região. Foi isso que eu disse! Porque eu disse que a Alemanha, a França e o Reino Unido são os maiores produtores da Europa, representam 47% do leite da Europa. E a Espanha representa 5%. Ou seja, tirando aqueles três países, todos os outros representam menos de dois dígitos da produção de leite. Foi isso que eu disse

e não mais do que isso. Portanto, não ponha na minha boca palavras que eu não disse, Sr. Deputado!

Sr. Deputado Paulo Estêvão...

Presidente: Sr. Deputado, não pode...

Deputada Graça Silveira (Independente): Não pode interpelar numa declaração de voto!

Presidente: Desculpe...

O Orador: O senhor teve 4 anos para apresentar essa proposta!

Presidente: Sr. Deputado!

O Orador: O senhor não o fez!

Presidente: Sr. Deputado Toste Parreira!

O Orador: A minha pergunta é: porque é que o fez agora, no último dia do Plenário, no último ponto da agenda?

Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira (Independente): A Sra. Presidente está a falar consigo! Ora essa, que desrespeito!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, terminamos a nossa agenda.

A Sra. Deputada Renata Correia Botelho, pede a palavra para...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): No término deste ponto, gostaria de fazer uma interpelação à Mesa, muito breve.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Deputada.

(* **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Na ausência de enquadramento legal, de enquadramento regimental que o permita, peço a sua latitude para, tratando-se da minha última sessão plenária, dirigir também umas palavras, breves, a esta Câmara.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Deputada. E peço desculpa, também vi que a Sra. Deputada Graça Silva e a Sra. Deputada Sónia Nicolau e o Sr.

Deputado Domingos Cunha também o pretendem fazer. Portanto, darei, naturalmente... E a Sra. Deputada Mónica Rocha. Darei, naturalmente, autorização a todos para poderem falar.

A Oradora: Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Foi uma honra completar duas legislaturas ao serviço dos açorianos, integrando como independente o projeto socialista, aquele que, acredito piamente, melhor serve os Açores.

Sem prejuízo de alguma nostalgia, saio daqui com uma enorme alegria por ter tido este privilégio de desempenhar um cargo público desta importância. Pretendo agradecer à Sra. Presidente e dizer-lhe que foi uma honra ser presidida por uma mulher com a sua retidão.

Por seu intermédio, agradeço a todos os funcionários desta Casa, estendendo este meu reconhecimento aos órgãos de comunicação social que acompanham os trabalhos parlamentares.

Agradeço, sentidamente, aos colegas das outras bancadas, em especial aos da Comissão de Assuntos Sociais, e perdoem-me se destaco aqui o meu camarada e amigo João Paulo Ávila, competentíssimo Relator daquela Comissão, bem como ao incansável Sr. Rui Silva do apoio parlamentar, que muito me ajudaram, todos eles, de uma forma ou de outra, a desempenhar a exigente função de presidente daquela Comissão, durante esta legislatura.

Agradeço, igualmente, ao Governo Regional pela disponibilidade e prontidão e pela coragem com que tem conduzido os destinos desta Região, especialmente nestes tempos mais difíceis que atravessamos.

Na pessoa do meu líder parlamentar, mas dirigindo-me a toda a bancada, expresso especial gratidão aos meus camaradas, que me acolheram, desde a primeira hora, com um companheirismo extraordinário e que me fizeram

compreender, dia após dia, a grandiosidade de se estar em política inteiramente ao serviço do outro.

Daqui, tenho a certeza, levo bons amigos. Alguns, infelizmente, vi partir: Paulo, André, Zuraida, António. Bem hajam! E obrigada! São sempre e serão sempre perdas irreparáveis.

Permitam-me, contudo, por questões que creio evidentes, que realce a falta insanável do meu amigo e camarada André Bradford, com quem muito aprendi sobre política, mas também sobre inteligência, humor, integridade e humanismo.

Aos que permanecem nestas funções desejo que nunca abram mão da defesa incondicional destas ilhas e de quem cá vive, em especial dos mais frágeis: os mais pobres, os doentes, os mais velhos, os mais sós. Mas que pugnem também, sem reservas, pelo bem estar dos animais, que dividem connosco este tempo e este chão, e por esta natureza abençoada que nos rodeia. Tudo isto tem de ter lugar na vossa, na nossa luta!

Desejo-vos de coração inteiro as maiores felicidades.

E que todos nós, façamos o que fizemos nas nossas vidas, saibamos sempre sintonizar o bater do nosso coração com o coração do mundo.

Muito obrigada.

(Aplausos de pé do PS e da restante Câmara)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

(Neste momento, o Deputado Marco Costa substituiu a Deputada Elisa Sousa na Mesa)

Desejo-lhe as maiores felicidades pessoais e profissionais.

Sra. Deputada Graça Silva, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silva (PS):** Sra. Presidente, trouxe umas palavras escritas exatamente para não me escangalhar...

Deputada Graça Silveira (Independente): E já escangalhou!

A Oradora: E já escangalhei.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Gostei muito dos 8 anos em que aqui estive como deputada. Aprendi muito. Aprendi que este é um palco privilegiado onde podemos defender ideias e projetos. Aprendi que os políticos são gente normal, que querem defender os seus concidadãos. Aprendi que a política é uma função muito nobre, muitas vezes incompreendida, provavelmente por culpa nossa. Aprendi, sobretudo, que na defesa do bem comum é muito mais aquilo que nos une do que aquilo que nos separa.

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

A Oradora: Sra. Presidente, gostaria de, em primeiro lugar, cumprimentar V. Exa. Foi uma honra fazer parte desta Assembleia na altura da sua primeira presidência feminina. Gostaria de homenageá-la a si por isso, estendendo essa homenagem a todas as mulheres, sobretudo às mulheres que, ao longo de décadas e décadas, lutaram pela igualdade de direitos, sem os quais a Dra. Ana Luís não seria, hoje, Presidente do nosso Parlamento.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

A Oradora: Gostaria, igualmente, de cumprimentar todos os funcionários desta Casa, sem eles o nosso trabalho seria muito menos produtivo. Permitam-me que refira de forma particular a D. Berta Tavares, com quem tive o grato privilégio de trabalhar mais de perto. A todos o meu muito obrigada.

Cumprimentar também todos os jornalistas e restantes trabalhadores dos órgãos de comunicação social.

Cumprimentar e homenagear todos os Deputados desta Casa. Aos meus camaradas de bancada, pela amizade, pelo sentido de unidade e de entreajuda. Foi um privilégio partilhar este caminho convosco. Às restantes bancadas, não obstante não termos estado sempre de acordo, foi muito gratificante poder trabalhar com todos vós.

Aproveito, igualmente, para cumprimentar todos os Membros do Governo Regional, desejando-lhes os maiores sucessos pessoais e profissionais.

Não poderia ainda, nestas que são as minhas últimas palavras nesta Casa, deixar de fazer a minha homenagem à memória dos Deputados Paulo Parece, Zuraida Soares, André Bradford e António Marinho, que nos deixaram de uma forma tão abrupta. Foi com grande tristeza que os vimos partir.

Permita-me que também, aqui, refira de forma particular o André Bradford, de quem tive o grato privilégio... Dele guardo a memória de um homem culto, de grande inteligência e de um contagiante humor fino.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Daqui a dias há eleições. Aos que, como eu, cessam funções desejo os maiores sucessos pessoais e profissionais. Penso que o que importa é que continuemos de forma firme a servir com dedicação e sentido cívico, ainda que por outras formas, a nossa Região.

Aos que continuam nesta Assembleia desejo igualmente os maiores sucessos pessoais e profissionais, fazendo votos para que façam tudo o que estiver ao vosso alcance para podermos ter uns Açores sempre melhores.

Entrei pela primeira vez neste Parlamento com grande sentimento de honra e gratidão. Saio da mesma forma, muito honrada e grata por todo o tempo aqui vivido.

Um bem haja a todos! Havemos de nos encontrar por aí.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos de pé do PS e da restante Câmara)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Desejo-lhe igualmente as maiores felicidades.

Sra. Deputada Sónia Nicolau, tem a palavra.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo, caro Secretário Berto Messias:

Tenho aqui também escrito e espero que a emoção não impeça esta minha declaração que faço questão de a fazer, hoje, aqui.

Quero-vos dizer, a todos aqueles que me ouvem nesta Casa e que me ouvem fora desta Casa, que foi uma enorme honra desempenhar as funções de deputada da Assembleia Legislativa Regional. Penso que não há maior honra do que representar o nosso povo.

Quero, na pessoa da Sra. Presidente Ana Luís, dizer que tenho muito orgulho de ser Presidente desta Casa. Dizer que tenho orgulho de ser Presidente desta Casa, desde logo, como mulher competente, como mulher que assumiu os destinos da nossa Assembleia Legislativa Regional. É, sem dúvida, o reconhecer da luta das mulheres pelo direito à igualdade, à igualdade entre homens e mulheres. E, portanto, olho para si e olho também para todas as minhas camaradas que foram Presidentes de Comissão com redobrado orgulho.

Quero deixar aqui uma palavra aos trabalhadores e trabalhadoras desta Casa, da Assembleia Legislativa Regional, de todas as Delegações. E uma palavra muito especial, que eu penso que compreenderão, aos trabalhadores do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, espalhado pelas nove ilhas.

Se o trabalho que desempenhei ocorreu da forma como decorreu, foi, certamente, e muito, por conta do trabalho que me apoiaram, da sua dedicação.

À comunicação social, momento bons, momento maus, como tudo na vida, mas estou certa que são essenciais para uma democracia plural, para um serviço público de qualidade. Portanto, desejo a todas as Sras. e Srs. jornalistas que continuem a fazer o vosso trabalho e que continuem a fazer chegar aos açorianos uma informação credível, uma informação de excelência.

Caros colegas Deputadas e Deputados, foram quase 4 anos de muito debate, de debate aceso. Como dizia ontem o Sr. Deputado Luís Rendeiro, que também prezo, não estando já aqui, mas também deixo a minha palavra de consideração, foi uma luta ideológica, uma luta de defesa por aquilo que acreditei, por aquilo que acredito, mas quero-vos dizer, sinceramente, olhos nos olhos com todas as Sras. Deputadas e Deputados com os quais debati, que foi um gosto enorme poder debater aqueles que são os pontos de vista do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e que foram expressos pela minha voz.

Esta legislatura foi, francamente, uma legislatura que a todos nós roubou um pouco da nossa qualidade de ser humano. Perdemos o Paulo Parece, o meu colega da Comissão de Política Geral. Perdemos a Zuraida. Perdemos o André Bradford, o meu primeiro líder parlamentar, dos quais os atributos existentes nunca serão suficientes para descrever o elevado e enorme ser humano que era. Perdemos o António Marinho, Presidente da Comissão de Política Geral, de quem levo o maior apreço nesta passagem por esta Casa. Foi um Presidente de uma Comissão que me acolheu com carinho, com amizade e sempre, sempre, mesmo logicamente sendo, intimamente e para todo o sempre da minha vida, socialista, sempre me respeitou.

E, portanto, foi uma legislatura difícil, perdi também, como bem sabem, a nível pessoal uma pessoa. Foi uma legislatura difícil e tenho bem consciência que essa dificuldade também muitas vezes se transformou e deu corpo por via de que muitas vezes os problemas alheios tomei-os como meus e tomei-os como necessidades de soluções políticas.

Quero aqui expressar o meu respeito institucional por cada uma das Sras. Deputadas e Srs. Deputados desta Casa pelas posições que defendem. E estou certa que os que os move é uma causa pública, dentro do seu princípio ideológico, tal como foi a razão de todos aqueles debates em que intervim e as matérias que defendi.

Tenho um natural apreço pelos colegas, como compreenderão, da Comissão de Política Geral e da Comissão de Assuntos Sociais. O Sr. Deputado Bruno Belo já cá não está, mas deixo registado o apreço que tenho por ele. A Sra. Deputada Renata Correia Botelho, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

Quero aqui, também, para finalizar, ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, ao Sr. Deputado António Lima e ao seu Grupo Parlamentar, ao Sr. Deputado João Paulo Corvelo, ao Sr. Deputado Artur Lima, não está, mas à Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, ao Sr. Deputado Luís Maurício, os maiores sucessos a todos os Deputados aqui presentes, a todos aqueles candidatos às próximas eleições, sucessos e muita saúde.

Ao meu Grupo Parlamentar, ao meu querido Grupo Parlamentar, aos meus camaradas, alguns amigos. Alguns, entrei aqui, não eram amigos, mas saem como amigos.

Na pessoa do Presidente do Grupo Parlamentar, Deputado Francisco César, desejo todo o sucesso possível neste próximo debate eleitoral. Desejo as maiores felicidades pessoais e desejo, acima de tudo, muita saúde.

Ao Governo aqui representado, e permitir-me-ão nesta última sessão, ao meu camarada Berto Messias, Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares, quero dizer que foi uma honra gigantesca, imensa, como se costuma dizer pela nossa terra, ter tido o prazer de contactar com o Sr. Secretário e camarada Berto Messias. E desejo a todo o Governo muitas felicidades. Agradeço, como cidadã, o serviço que foi feito através das políticas instituídas por esse Governo. E a si, meu caro Secretário, camarada Berto Messias, espero que tenha uma vida muito longa, enormes sucessos políticos. E usando o slogan, e perdoar-me-ão, “p’rá frente é que é caminho”, eu estou certa que o seu caminho, caro Secretário Regional, será longo e recheado de boas coisas políticas.

A todos os presentes saudações democráticas!

Termino mesmo dizendo que desempenhar estas funções foi o meu segundo maior desafio e uma das minhas maiores honras que tive até hoje na minha vida. Desempenhei esta nobre função sempre que me foi possível, mantendo o compromisso para com a minha família partidária, na irrevogável luta pela causa pública e o compromisso possível nas circunstâncias vividas com as açorianas e açorianos.

Há, como em tudo na vida, momentos bons e momentos menos bons. Assumo-os. Assumo-os integralmente. Mas tenho a profunda convicção que em tudo o que me empenhei tive o foco de melhor servir os açorianos, onde as pessoas são a minha paixão.

Por fim, quero agradecer aos meus camaradas que, em 2016, em sede da estrutura partidária, escolheram-me através do voto secreto. A escolha direta responsabiliza muito. E tudo fiz para honrar essa mesma escolha e prestar contas. E pelo mais significativo valor quero agradecer e reconhecer, penhoradamente, aos micalenses que em 2016 votaram no Partido Socialista em São Miguel e assim permitiram que estivesse aqui a

desempenhar esta tão honrosa função. Nunca serei demasiado grata por esta possibilidade que me foi dada.

Caras colegas Deputadas, Sr. Secretário Regional (aqui um pouco ao contrário), Sra. Presidente, Mesa:

Não me despeço totalmente, direi até um dia. Estarei por aí a navegar neste nosso mar imenso, que é o nosso mar, o mar do povo açoriano, o povo que me deu a honra de o representar.

Muito obrigada, açorianos!

(Aplausos de pé do PS e da restante Câmara)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Muitas felicidades.

Sr. Deputado Domingos Cunha, tem a palavra.

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo e caro amigo:

Quero dirigir-me a esta Assembleia a título pessoal, no dia em que termina esta legislatura. E faço-o, evocando uma das modas do nosso folclore, “A Charamba”, adaptando a letra às circunstâncias: “Esta é a vez última, a vez última, que neste auditório falo”, na qualidade de Deputado.

Tive o privilégio e a honra de ter sido Deputado e de participar nas muitas e intensas atividades parlamentares, onde incluo, naturalmente, a Comissão Permanente, a Comissão de Assuntos Sociais e uma Comissão de Inquérito, com as mais variadas responsabilidades.

Procurei sempre manter o nível dos debates, pautando-os pelos princípios da ética política, respeito e cordialidade.

Recordo que tive vários interlocutores de grande qualidade nas várias e diferentes bancadas parlamentares, como no interior dos meus Grupos Parlamentares e nos sucessivos Membros dos Governos.

Nunca fugi ao debate nem às minhas responsabilidades e em tudo me empenhei para corresponder às expectativas dos açorianos, em particular, dos terceirenses.

A experiência vivida como Deputado e como Membro do IX Governo Regional afastam de mim a ideia preconceituosa, por vezes injuriosa e desleal, por não verdadeira, que emerge da sociedade sobre o conceito acerca dos políticos, no geral.

Quero, por isso, prestar uma homenagem a todas e todos os Deputados, os de agora e os de ontem, como aos Membros dos sucessivos Governos, que, nesta Assembleia e fora dela, desempenharam as suas atribuições e competências com ética, visão política, dedicação, competência e empenho em prol de todos os açorianos.

Mas não guardo uma imagem romântica da política. Guardo, sim, a amizade, a cordialidade, a solidariedade e o respeito que todos e cada um me dispensaram desinteressadamente.

Dos funcionários desta Assembleia guardo gratas recordações e a todos deixo um aceno cordial de simpatia e agradecimento, onde incluo, naturalmente, a memória dos funcionários que já partiram para outra dimensão.

Saúdo e despeço-me, também, das Sras. e Srs. jornalistas e dos seus órgãos de comunicação social e de todos os adjuntos para a comunicação social dos partidos políticos aqui representados.

Despeço-me cordialmente também de todos os trabalhadores das Delegações do Partido Socialista nas várias ilhas.

Na legislatura que hoje termina fomos rude e avassaladoramente atingidos por fenómenos naturais, pela pandemia COVID-19 e outros, com implicação direta na vida das pessoas, das famílias, das empresas, das instituições e das comunidades, mas todos nós, com a força e a coragem de quem é e habita nas ilhas de bruma, soubemos como nos ir reerguendo.

A partida prematura e súbita dos Deputados e Amigos Zuraida Soares, Paulo Parece e António Marinho, fizeram-me perceber melhor como em política é possível fazer Amigos.

Só não me posso reerguer perante a ausência do meu querido e saudoso André Bradford. Não tenho palavras para definir o sentimento que me invade perante tão abrupta ausência e rude realidade.

De cada um guardo gratas e inolvidáveis recordações, desde os ensinamentos, às partilhas, a boa disposição, o companheirismo e o respeito com que sempre me distinguiram.

Tudo fiz para lhes retribuir. Presto a cada um a minha sentida Homenagem, relembrando e revivendo as suas memórias.

A emoção colhe-me, neste momento da despedida, mas sigo aquela máxima: “o Homem que não chora, nunca saberá rir.”

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados e Sr. Membro do Governo:

Esta Assembleia é o coração da nossa autonomia, e desejo sinceramente que continue a garantir e a consolidar a democracia, a desenvolver as prerrogativas do nosso Estatuto Político e Administrativo, não só para o fortalecer, mas, sobretudo, para impor o reconhecimento da competência política da Região nos domínios que lhe são consagrados pela Constituição. Temos direitos autonómicos adquiridos além de se impor a salvaguarda da nossa açorianidade, como descreveu Vitorino Nemésio.

Quero recordar Gustavo Moura, o cidadão e o jornalista, que num artigo intitulado “Carta de São Miguel”, publicada no jornal “Diário Insular”, do dia 9 de agosto de 2012, escreveu e passo a citar:

“A humildade de reconhecer que se errou, a coragem de retificar os erros e a capacidade de diálogo só dignifica quem o faz e é a mais eficaz resposta a quem no conforto das suas sinecuras apenas fala mal, mais não vendo do que os aspetos negativos e se entretêm a lançar o descrédito e a descrença, alimentando o desinteresse e a abstenção, arruinando assim os pilares da democracia e no caso açoriano a Autonomia.” Fim de citação.

Mas, Sras. e Srs. Deputados, “no inferno, os lugares mais quentes são reservados àqueles que escolheram a neutralidade em tempo de crise”. Assim escreveu Dante Alighieri, que foi escritor, poeta e político, nascido em Florença, Itália.

Sra. Presidente da Assembleia, quero agradecer a gentileza e a amabilidade pela oportunidade em me ter concedido a permissão de expressar estas palavras na despedida e quero saudá-la pela forma responsável, pela forma serena, pela forma competente com que sempre dirigiu os trabalhos desta legislatura, como da legislatura anterior.

Quero desejar as maiores felicidades a todos os Deputados que vão aqui continuar na próxima legislatura.

E para aliviar um pouco esta situação, quero terminar tal como comecei, ao socorrer-me de um verso da nossa moda popular “*Sapateia*”, por o achar atual e pertinente. E vou citar:

“Ó Sapateia, meu bem,
Sapateia p’ra “diente”,
Adianta mais um par,
Que atrás vem muita gente.”

Um grande abraço para todos e até sempre!

(Aplausos de pé do PS e da restante Câmara)

Presidente: Caro amigo Domingos, permita que o trate assim, desejo-lhe as maiores felicidades e tudo de bom para si.

Sra. Deputada Mónia Rocha, tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Rocha (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Esta minha intervenção, nesta Casa, tem acima de tudo o propósito de com as minhas humildes palavras demonstrar o quanto estou grata por estes 4 anos, com tudo o que eles tiveram de desafiante, mas acima de tudo gratificantes.

E para isso tenho que necessariamente começar por agradecer a quem, há 4 anos, acreditou que eu poderia acrescentar, poderia contribuir... (eu sabia que ia ser difícil, mas...) poderia, com a minha entrega e compromisso, fazer um pouco mais pelo povo da ilha Terceira, pelos açorianos nas nossas nove ilhas. E, acreditem, foi isso que procurei fazer.

Tenho também que agradecer aos terceirenses que, através do seu voto, me permitiram trabalhar em prol dos mesmos, em prol de uma gente que se distingue em tantas coisas, como a sua força, a sua capacidade de festejar, a sua capacidade de lutar, de enfrentar o presente e o futuro com uma generosidade e bravura únicas.

Ao olhar para trás recordo momentos e pessoas que nunca esquecerei. Recordo o António Marinho, o Paulo Parece, a Zuraida, o nosso André. Recordo momentos como a destruição do “Mestre Simão”, a passagem do Furacão Lorenzo e agora esta pandemia. Momentos que nos mostraram que na vida a única coisa certa e que está ao nosso alcance é a nossa capacidade de levantar a cabeça e caminhar. Mostrou-nos mais uma vez que somos um

povo orgulhosamente resiliente, que somos um povo que na tormenta encontra e dá o seu melhor sem olhar a quem, demonstrando altruísmo e abnegação. Mostrou-nos, mais uma vez que somos e seremos sempre mais fortes unidos.

É com esse espírito de imensa gratidão que afirmo que saio mais rica, mais madura, mais forte em vários sentidos, mas acima de tudo mais consciente do valor e da importância do trabalho de cada um de nós, da diferença que podemos fazer na vida dos açorianos.

Sejamos capazes, e este era um dos meus objetivos quando aceitei este desafio, de humanizar um pouco mais a política, de nos darmos a conhecer um pouco mais, de mostrarmos que a crítica muitas vezes fácil e gratuita é injusta e em tudo contraproducente.

Saibamos todos mostrar, em especial aos mais jovens, que o serviço ao outro é em tudo muito digno; que a experiência de vida, as nossas, as vossas, as nossas virtudes e até os defeitos podem fazer a diferença; de entender e assumir que as dificuldades podem sempre ser transformadas em oportunidades; sejamos capazes de ouvir mais, de lutar mais; sejamos, enfim, capazes de sermos melhores todos os dias, com todos. Enfim, era esta a mensagem que gostava de deixar.

Resta-me agora deixar uma palavra de agradecimento a todos os colaboradores desta Casa, sem exceção, em especial às senhoras redatoras que tiveram muito trabalho comigo. Sei que não foi fácil. À Sra. Vera, ao Sr. José, pela paciência que tiveram comigo e com as minhas brincadeiras e se calhar até abusos. À Dorisa, à Ana, à Teresa, à Barbara, à Catarina, enfim, desculpem se não consigo nomear todos. Mas quero que saibam que são todos uma simpatia e de um profissionalismo invejável.

E não posso deixar de referir-me à Sra. Presidente, que conduz e leva esta Casa e estes meninos malcomportados com uma graciosidade que eu invejarei para o resto da vida.

Por fim, uma palavra a todos os colegas, aos meus amigos, aos que ficam e aos que partem: tenho a certeza que levo comigo, espero, o vosso respeito, a vossa amizade, o vosso carinho.

E termino prestando uma homenagem, uma palavra muito sentida aos meus filhos Francisco e Francisca, uma palavra de perdão por todas as minhas ausências, por todas as minhas faltas de paciência ou tolerância, por todas as minhas falhas. Uma palavra de gratidão por todos os dias que me recebiam e acolhiam de braços abertos cada vez que voltava a casa, sempre de uma forma incondicional.

Por último, ao meu marido e companheiro, a ele muito obrigada por todas as vezes que teve que ser pai, mãe, professor, terapeuta, enfim, de um tudo. Sem ele, sem a sua entrega, sem o seu sacrifício e o seu esforço não teria sido possível estar aqui.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Despeço-me, desejando a todos muito alegria, muito serenidade e muita gratidão, muita saúde, muita força e muita sorte.

A todos bem haja!

(Aplausos de pé do PS e da restante Câmara)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

As maiores felicidades para si.

Sr. Deputado Manuel Pereira, tem a palavra.

(* **Deputado Manuel Pereira (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Eu não tinha nada preparado e mesmo que tivesse até me sentiria envergonhado pela minha falta de qualidade comparado com as intervenções que aqui já foram feitas. Eu vou procurar ser breve porque muito já foi dito e eu gostaria de ter a capacidade também para saber dizê-las da forma como os meus colegas disseram.

Quero dizer que, quando aqui entrei, há 8 anos, tinha, naturalmente como todos nós, uma expectativa: a expectativa de trabalhar em prol dos nossos eleitores, quem nos elegeu e dos Açores em geral. Julgo que fiz, dentro das minhas limitações, tudo o que foi possível ser feito.

Esse trabalho não podia ser alcançado sem a colaboração de todos, desde funcionários a colegas de partidos, aos colegas Deputados, a toda a gente. E a todos vocês quero deixar o meu agradecimento pela paciência até que por vezes tiveram para comigo, porque, acreditem, saio neste momento com alegria, com tristeza, mas muito mais enriquecido por todo este trabalho que consegui fazer ao longo destes 8 anos.

Não poderia deixar de deixar aqui uma palavra muito especial à Sra. Presidente no apoio que me deu nesta tarefa, que, acreditem, pelo menos para mim, não foi nada fácil, de estar aqui a secretariar. Eu não fazia a ideia que era assim. Mas o meu agradecimento e o meu reconhecimento pela forma como me ajudou e conduziu os trabalhos ao longo deste tempo. E, portanto, queria desejar as maiores felicidades, a si, a todos, na pessoa dos líderes parlamentares, que transmitam aos vossos colegas.

E desejar àqueles que vão aqui continuar as maiores felicidades. Aos que saem, como eu, exatamente a mesma coisa. Saúde. E que os que ficam e os que vão ocupar estes lugares que continuem a dignificar esta Casa, que é a Casa da Autonomia.

Muito obrigado a todos. Um abraço.

(Aplausos de pé do PS e da restante Câmara)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

As maiores felicidades.

Sras. e Srs. Deputados...

Sr. Deputado André Rodrigues, tem a palavra.

(*) Deputado André Rodrigues (PS): Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caro Membro do Governo:

Como é óbvio, não poderia deixar passar esta oportunidade de transmitir e de dar algumas palavras a todos vós, em especial e em primeiro lugar à Sra. Presidente pela forma como, com o seu profissionalismo, com a sua simplicidade, conseguiu conduzir os trabalhos ao longo destes últimos 8 anos. E eu sou testemunha, muitas vezes era uma condução difícil, porque, infelizmente, nós, no calor do debate, por vezes não nos portamos também assim tanto bem. E da minha parte, também as minhas desculpas se em algum momento excedi e coloquei em causa a direção dos trabalhos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muitas vezes!

O Orador: Fala a boca santa!

Ao Sr. Secretário, amigo e camarada Berto Messias agradecer também, em seu nome, a todos os Membros do Governo a forma como prestaram os esclarecimentos devidos a esta Assembleia e a todos os Deputados. Como sabe, considero-o um parlamentar de excelência, um comunicador nato, ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: ... com o qual aprendi enquanto membro da direção e líder parlamentar desta bancada e depois também enquanto membro do Governo. O meu muito obrigado por toda a aprendizagem.

Depois, dizer a todos os Deputados desta Casa e aos camaradas da minha bancada que, acima de tudo, aquilo que levo comigo é uma aprendizagem

enorme sobre uma Região, sobre um povo que, apesar de dividido em ilhas, está unido por um mar imenso.

E aquilo que peço àqueles que abandonam as funções é que também na sua vida e nas suas profissões possam continuar a dar um contributo que também é muito necessário para o futuro da nossa Região. E aqueles que cá vão continuar, que continuem a colocar o interesse dos Açores acima de tudo e acima de todos.

Obrigado.

(Aplausos de pé do PS e da restante Câmara)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

As maiores felicidades. Tudo de bom para si.

Sras. e Srs. Deputados, naturalmente, também tenho que agradecer, antes de ler a proposta de deliberação final, tenho que fazer um agradecimento que é justo e devido a todos os colaboradores da nossa Assembleia e também àqueles que trabalham diretamente com os Grupos e Representações Parlamentares, principalmente nesta altura que atravessamos, pandémica. Os nossos serviços responderam, quer na parte mais técnica e informática, quer também na parte física de montagem de toda esta sala de Plenário, para que pudéssemos regressar dentro de alguma normalidade aos nossos trabalhos. Por isso, a eles quero deixar uma palavra de grande reconhecimento por todo o seu empenho, por toda a sua dedicação.

Queria deixar uma palavra ao Sr. Secretário Berto Messias, foi um gosto trabalhar consigo agora no Governo. E agradecer, naturalmente, também a sua colaboração na Conferência de Líderes. E, através de sim, cumprimentar, naturalmente, todos os Membros do Governo.

A todas as Sras. e os Srs. Deputados agradecer. A condução dos trabalhos só se faz também com a colaboração de todos.

Um agradecimento muito especial à Mesa desta Assembleia, que colaborou comigo não só nesta parte mais visível, parlamentar, mas também na gestão desta Casa. E muito em particular àqueles que comigo se sentaram, e nesta legislatura foram muitos: a Bárbara, a Graça, o Manuel, o Jorge Jorge, o Bruno Belo, o Marco e a Elisa, a Marta Couto e a Marta Matos. Peço desculpa, ia-me esquecendo. É que realmente desta vez foram muitos. Mas que sem eles era impossível conseguir gerir estes trabalhos. E agradeço-os por isso.

Uma palavra muito especial aos líderes parlamentares, a todos sem exceção, porque este, de facto, foi um caminho difícil. Esta legislatura foi extremamente desafiante. Já aqui foram referidas muitas situações que vamos com certeza recordar.

Há um escritor que eu admiro muito, que é o José Luís Peixoto, que diz que “as contrariedades são tão indispensáveis como as grandes vitórias”. E, de facto, foram nessas contrariedades, nesses problemas, que eu fui buscar a força para melhorar, para ficar mais forte e também para me motivar a continuar este caminho.

Mas estas pedras que encontramos pelo caminho, de uma forma ou de outra, nós conseguimos sempre ultrapassar. As perdas que sentimos e que tivemos nesta legislatura, essas são de facto irreparáveis.

E para também não haver mais demoras, permitam-me apenas que evoque aqui a memória da D. Manuela e do Sr. Honorino, colaboradores desta Casa que também nos deixaram nesta legislatura. E o Paulo, o André, a Zuraida e o António Marinho que infelizmente nos deixaram e que com certeza já se estiveram a rir várias vezes de algumas reuniões plenárias.

E, por isso, espero sinceramente que tenham todos os maiores sucessos nas vossas vidas pessoais e profissionais.

Àqueles que vão de uma forma mais definitiva, no sentido que deixarão de fazer parte desta Casa, mas que com certeza não deixarão de fazer parte da vida ativa e cívica da nossa Região, desejo as maiores felicidades, os maiores sucessos.

Àqueles que se mantêm no ativo político, pois, naturalmente, continuaremos a ver-nos por aí, mas desejo também a todos as maiores felicidades.

Passo a ler a Proposta de Deliberação Final: A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de setembro e último Plenário desta legislatura.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A Proposta de Deliberação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: As maiores felicidades e um bom regresso a casa a todos.

(Aplausos de pé da Câmara)

Eram 15 horas e 15 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

João Paulo Lopes Araújo Ávila

Partido Social Democrata (PSD)

Jaime Luís Melo Vieira

Partido Popular (CDS-PP)

Alonso Teixeira Miguel

Independente

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Partido Social Democrata (PSD)

Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**

Documentos entrados

1 - Projetos de Decreto-Lei:

Assunto: Assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) n.º 2015/757, relativo à monitorização, comunicação e verificação das emissões de CO2 provenientes do transporte marítimo - MAAC - (Reg. DL 145/XXII/2020) - n.º 183/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2020 – 09 – 07

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2020 – 09 – 24;

Assunto: Transpõe a Diretiva (UE) 2019/883, relativa aos meios portuários de receção de resíduos provenientes dos navios, tendo em vista uma maior proteção do meio marinho - MAAC - (Reg. DL 343/XXII/2020) - n.º 184/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2020 – 09 – 07

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2020 – 09 – 24;

Assunto: Estabelece os requisitos aplicáveis a edifícios de habitação e de comércio e serviços para a melhoria do seu desempenho energético e regula o Sistema de Certificação Energética de Edifícios em conformidade - MAAC - (Reg. DL 484/XXII/2020) - n.º 185/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2020 – 09 – 07

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2020 – 09 – 14;

Assunto: Cria uma linha de crédito com juros bonificados dirigida aos produtores de flores e plantas ornamentais - MA - (Reg. DL 501/XXII/2020) - n.º 186/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2020 – 09 – 10

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2020 – 09 – 14;

2 - Projeto de Resolução:

N.º 250/XI

Assunto: [Recomenda ao Governo dos Açores a Criação da Entidade Reguladora do Preço do Leite à Produção nos Açores](#)

Proveniência: PPM

Data de Entrada: 2020 – 09 – 09

PEDIDO DE URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO.

3 - Requerimentos:

Assunto: [Incapacidade do Governo prejudica gravemente agricultores Florentinos](#)

Autores: Bruno Belo (PSD)

Data de Entrada: 2020 – 09 – 07

Referência: 54.03.08 – N.º 1007/XI;

4- Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Custos com a Aeronave Airbus A330 da Sata Azores Airlines](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 09 – 07

Referência: 54.03.00 – N.º 636/XI

Assunto: [Recuperação dos estragos do Furacão Lorenzo \(Habitações e zonas mais afetadas nas freguesias da Feteira, Capelo e Castelo Branco, no Faial\)](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 09 – 07

Referência: 54.03.07 – N.º 842/XI

Assunto: [“Lay OFF” Simplificado](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 09 – 07

Referência: 54.04.00 – N.º 891/XI

Assunto: [Descontaminação dos solos da ilha Terceira e do Aquífero Basal do concelho da Praia da Vitória](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 09 – 07

Referência: 54.04.03 – N.º 901/XI

Assunto: [Consultas não COVID-19](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 09 – 07

Referência: 54.04.00 – N.º 937/XI

Assunto: [Resultados do processo interno de inquérito realizado a propósito da alegada promiscuidade existente no âmbito da aplicação do «Vale Saúde» entre o Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada e a Clínica do Bom Jesus](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 09 – 07

Referência: 54.07.02 – N.º 946/XI

Assunto: [Solicitação de toda a documentação entregue pela Sata ao Governo Regional, no sentido do mesmo realizar a “Fundamentação do pedido de auxílio de Estado” à Empresa](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 09 – 07

Referência: 54.07.00 – N.º 947/XI

Assunto: [O Governo Regional recua na questão das candidaturas de listas de cidadãos independentes à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 09 – 07

Referência: 54.07.00 – N.º 956/XI

Assunto: [A irresponsabilidade do Governo regional no âmbito da distribuição dos dividendos no Grupo EDA](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 09 – 07

Referência: 54.07.00 – N.º 958/XI

Assunto: [Reparação da grua de varagem do Porto das Poças, em Santa Cruz das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 09 – 10

Referência: 54.04.08 – N.º 994/XI

5 - Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício Ref.^a 93, a retirar o pedido de inscrição, na agenda da reunião plenária de setembro de 2020, de perguntas com resposta escrita transformadas em perguntas orais, exclusivamente referentes ao conteúdo do requerimento 945/XI, que, entretanto, foi respondido

Proveniência: Paulo Estêvão, Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2020 – 09– 07;

Assunto: Ofício Ref.^a 94, a solicitar a Sua Excelência a Presidente da ALRAA, a inscrição na agenda da reunião plenária de setembro de 2020, de perguntas com resposta escrita transformadas em perguntas orais, exclusivamente referentes ao conteúdo do requerimento 956/XI, não respondido no prazo legal, pelo Governo Regional

Proveniência: Paulo Estêvão, Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2020 – 09– 07;

Assunto: Ofício Ref.^a 95, a solicitar a Sua Excelência a Presidente da ALRAA, a inscrição na agenda da reunião plenária de setembro de 2020, de perguntas com resposta escrita transformadas em perguntas orais, exclusivamente referentes ao conteúdo do requerimento 958/XI, não respondido no prazo legal, pelo Governo Regional

Proveniência: Paulo Estêvão, Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2020 – 09– 07;

Assunto: Ofício Ref.^a 96, a solicitar a Sua Excelência a Presidente da ALRAA, a inscrição na agenda da reunião plenária de setembro de 2020, de perguntas com resposta escrita transformadas em perguntas orais, exclusivamente referentes ao conteúdo do requerimento 965/XI, não respondido no prazo legal, pelo Governo Regional

Proveniência: Paulo Estêvão, Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2020 – 09– 07;

Assunto: Correspondência particular recebida por correio eletrónico a agradecer o Voto de Congratulação dedicado por ocasião do seu 75.º Aniversário

Proveniência: Álamo Oliveira

Data de Entrada: 2020 – 09– 08;

Assunto: Correio eletrónico a comunicar a Sua Excelência a Presidente da ALRAA que retira o Projeto de Resolução n.º 160/XI - Recomenda que a administração regional e as empresas do setor público empresarial regional adotem mecanismos e formulem critérios contratuais que impossibilitem a celebração de contratos com empresas de segurança privada e de organização de serviços de autoproteção que possuam situações de incumprimento laboral em relação aos seus trabalhadores

Proveniência: Paulo Estêvão, Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2020 – 09– 10;

Assunto: Ofício a remeter a Sua Excelência a Presidente da ALRAA, na sequência do pedido solicitado pelo Presidente do Conselho Económico e Social, a proposta dos Representantes efetivos e suplentes da Região Autónoma dos Açores no Conselho Económico e Social, nomeadamente na

Comissão Especializada de Política Económica e Social (CEPES) e na Comissão Especializada de Desenvolvimento Regional e de Ordenamento do Território (CDROT), assim como as declarações de aceitação

Proveniência: Francisco César, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2020 – 09– 10;

6 - Relatórios:

Assunto: [Relatório Final da CEVERA](#)

Proveniência: Comissão Eventual para a Reforma da Autonomia dos Açores (CEVERA)

Data de Entrada: 2020 – 09 – 10

7 – Diários:

Consideram-se aprovados os Diários da Assembleia n.^{os} 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140 e 141, bem como a Separata n.º 21.

O redator, André Silva